



## Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito.

**Daniel Raventós**

Renda básica e o sonho da liberdade

**Eduardo Suplicy**

Renda Básica e a luta pela dignidade e liberdade

**Josué Pereira da Silva**

Renda Básica fortalece a autonomia

E mais:

>> **Pedro Arantes:**  
Arquitetura contem-  
porânea

>> **Paulo César  
Duque Estrada:**  
Derrida e o pensamento  
da desconstrução

# Renda Básica de Cidadania

Entre os dias 30 de junho e 2 de julho, na Universidade de São Paulo - USP, será realizado o 13º Congresso Internacional da Bien (“Basic Income Earth Network”, ou Rede Mundial da Renda Básica).

A Renda Básica de Cidadania é “uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros, em termos individuais, sem comprovação de renda nem exigência de contrapartida”, descreve **Alessandra Scalioni**, economista, citando Van Parijs e Vanderborght. Portanto, ela é universal e incondicional.

Atualizar a discussão deste direito é o tema desta edição da **IHU On-Line**. Contribuem, no debate, **Daniel Raventós**, professor da Universidade de Barcelona; **Eduardo Suplicy**, senador da República e autor da lei 10.835, que instituiu a Renda Básica de Cidadania no Brasil; **Alessandra Scalioni**, mestranda em economia na Universidade Federal Fluminense; **Leonel Cesarino Pessoa**, professor do PPG em Administração de Empresas na Universidade Nove de Julho, São Paulo; **Josué Pereira da Silva**, professor na Unicamp; **Carolina Raquel Duarte de Mello Justo**, socióloga e professora na UFSCar; **Ângela Vasconcelos**, professora na Universidade Federal Fluminense; e **Sergei Soares**, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Completam esta edição três entrevistas e dois artigos. As entrevistas foram concedidas por **Pedro Arantes**, arquiteto e urbanista; **Paulo César Duque Estrada**, professor na PUC-Rio e **Luiz Fernando Rodrigues**, professor na Unisinos. Os dois artigos são, respectivamente, de **Antonio Fausto Neto**, professor e pesquisador do PPG em Comunicação da Unisinos, comentando o livro *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização*, de Pedro Gilberto Gomes, a ser lançado no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no dia 21 de junho, e de **Denis Gerson Simões**, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, intitulado *A busca por milagres na Matrix Tupiniquim*.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

## Expediente

**IHU On-Line** é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Vanessa Alves (vanessaam@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br) e Juliana Spitaliere. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br) - ramal 4121.



LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA



Ministério  
da Cultura



## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Daniel Raventós: Renda Básica e o sonho da liberdade

PÁGINA 11 | Eduardo Suplicy: Renda Básica de Cidadania. Uma luta pela dignidade e liberdade

PÁGINA 13 | Carolina Raquel Duarte de Mello Justo: Direito à Renda Básica de Cidadania: um marco na história brasileira

PÁGINA 17 | Alessandra Scalioni: A Renda Básica de Cidadania e seus impactos na vida dos trabalhadores

PÁGINA 20 | Leonel Cesarino Pessoa: Programas de distribuição de renda corrigem o sistema tributário

PÁGINA 22 | Sergei Soares: Os programas de transferência de renda e o PIB

PÁGINA 24 | Josué Pereira da Silva: Renda Básica contribui para fortalecer a autonomia

PÁGINA 27 | Ângela Vasconcelos: Renda mínima e Renda Básica de Cidadania: direitos do cidadão

### B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 31 | Pedro Arantes: Arquitetura contemporânea: entre favelas e modernismos

» Livro da Semana

PÁGINA 34 | Antônio Fausto Neto: A midiaticização. Um novo modo de ser no mundo

» Coluna do Cepos

PÁGINA 36 | Dênis Gerson Simões: A busca por milagres na *Matrix Tupiniquim*

» Destaques On-Line

PÁGINA 38 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 44 | Paulo César Duque Estrada: Derrida e o pensamento da desconstrução

PÁGINA 46 | Luiz Fernando Medeiros Rodrigues: A expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | Mario Corso



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## Renda Básica e o sonho da liberdade

O interesse pela Renda Básica surgiu nos países desenvolvidos, mas há uma década o tema vem ganhando destaque e interesse nos países emergentes, destaca Daniel Raventós, presidente da Rede de Renda Básica

POR PATRÍCIA FACHIN | TRADUÇÃO MOISÉS SBARDELLOTTI

“**A** instauração de uma Renda Básica significaria uma independência sócio-econômica, uma base autônoma de existência muito maior do que a atual para boa parte da sociedade, principalmente para os setores mais vulneráveis e mais dominados como parte dos trabalhadores assalariados, pobres em geral, boa parte das mulheres etc.”, defende Daniel Raventós, em entrevista concedida, por e-mail, para a IHU On-Line.

Na avaliação do pesquisador, a instituição de uma Renda Básica universal aumentaria a liberdade da população e geraria impactos diretos no mundo do trabalho. “A Renda Básica tornaria praticável não só a possibilidade de se negar de forma efetiva e convincente a aceitar situações não desejadas por parte de muitos trabalhadores, mas também de se propor formas alternativas de organização do trabalho que permitissem aspirar a graus de realização pessoais mais elevados”, explica. As melhorias também seriam estendidas às mulheres e, de acordo com Raventós, possibilitariam que elas se tornassem um “contrapoder” doméstico capaz de modificar as relações de dominação entre os sexos e de incrementar a força de negociação de muitas mulheres dentro do lar, especialmente daquelas que dependem do marido ou que recebem rendas muito baixas por estarem empregadas de modo descontínuo ou em tempo parcial”.

Daniel Raventós é doutor em Ciências Econômicas e professor da Universidade de Barcelona. É presidente da Rede de Renda Básica. Entre suas obras, citamos: *Basic Income. The material conditions of freedom* (Pluto Press: London, 2007); *Las condiciones materiales de la libertad* (El Viejo Topo: Barcelona, 2007); *La Renta Básica: por una ciudadanía más libre, más igualitaria y más fraterna* (Ariel: Barcelona, 2001); *El derecho a la existencia* (Ariel: Barcelona, 1999). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - A Renda Básica (RB) está sendo instituída em outros países do mundo? Há diferenças de sua aplicação em países emergentes ou desenvolvidos?**

**Daniel Raventós** - A Renda Básica não está instituída em nenhum lugar do mundo, salvo no Alasca, e em condições tanto de origem quanto de aplicação muito extraordinárias. O debate sobre a conveniência da Renda Básica está distribuído de forma desigual no mundo. Em alguns países, o debate sobre Renda Básica é tradicional e, em outros, isso é algo puramente anedótico.

O interesse pela Renda Básica começou nos países desenvolvidos ou ricos, mas há pelo menos uma década há um indubitável interesse crescente em países emergentes. Assim, por

exemplo, na América Latina, o interesse pela Renda Básica ou pelo “Ingreso Ciudadano” (como a proposta é mais conhecida em países como Argentina e México) aumentou nos últimos anos. Na Cidade do México, desde 2001, existe uma pensão universal. Atualmente, 470 mil pessoas de 68 anos ou mais, com o único requisito de terem residido três anos na cidade, recebem uma pensão equivalente ao custo da cesta básica alimentar, de maneira individual, vitalícia e incondicional. Essas pessoas recebem uma pensão cidadã de 822 pesos<sup>1</sup> mensais. Devo dizer que o Salário Mínimo Interprofissional (SMI) para 2009 foi, no México, de 1.644 pesos<sup>2</sup> mensais (822 pesos mensais

1 Valor equivalente a R\$ 117,30. (Nota da IHU On-Line)

2 Valor equivalente a R\$ 234,60. (Nota da IHU

são exatos 50% do SMI, tal como define a lei). A Pensão Cidadã não exige a nacionalidade mexicana. Da mesma forma, a pensão da Cidade do México desde 2004 encontra-se institucionalizada como um direito exigível por lei. Em resumo, há diferenças no estado em relação ao debate sobre a Renda Básica, não somente entre países ricos e emergentes, mas entre todos.

**IHU On-Line - Que transformações a instituição da Renda Básica produziria nas questões trabalhistas e na relação dos trabalhadores com o trabalho? Qual é o significado da Renda Básica para o trabalhador?**

**Daniel Raventós** - A Renda Básica enfraquece - embora não suprima - o poder

---

On-Line)

de domínio do empresário na relação trabalhista. O poder de negociação e as estratégias nas relações trabalhistas se alteram devido ao fato de que a parte mais frágil da relação trabalhista fica fortalecida. Com isso, não se está dizendo que se consiga uma situação de igualdade entre as duas partes da relação trabalhista, já que o empresário continua sendo o agente que define o conteúdo, a forma e as condições (incluindo as econômicas) que tal relação adquire, ao mesmo tempo em que mantém o poder de direção. Mas a Renda Básica daria uma maior capacidade de negociação para os trabalhadores. É razoável pensar que a Renda Básica poderia pressionar pelo aumento salarial dos trabalhos pouco atrativos, que ninguém se veria obrigado a aceitar qualquer trabalho para sobreviver e, simultaneamente, poderia pressionar pela redução dos salários correspondentes aos trabalhos atrativos e intrinsecamente gratificantes. Os trabalhos penosos, os que são desempenhados sob condições físicas extremas, deixariam de ser aceitos com os níveis salariais atuais. Desse modo, aumentaria a pressão sobre os empresários para assumir incrementos salariais substanciais para tornar atrativas as tarefas mencionadas.

Nas economias capitalistas, as pessoas que não dispõem da propriedade de terras ou dos meios de produção devem vender sua força de trabalho no mercado trabalhista a um proprietário de terras ou dos meios de produção, chamado empregador, para poder adquirir, mediante um salário, todos aqueles meios que permitirão sua subsistência. Essa situação recebeu o nome de “mercantilização da força de trabalho” (às vezes, diretamente, “mercantilização do trabalho”), posto que essa capacidade de trabalhar dos que não têm outra propriedade que lhes permita evitar o trabalho assalariado é tratada como uma mercadoria. Os trabalhadores podem ter suas necessidades de subsistência cobertas fora do mercado mediante alguns mecanismos de provisão social. Nesse caso, sua força de trabalho é desmercantilizada. Podemos, assim, falar de graus distintos de mercantilização (e de desmercantilização) da força de

**“Às vezes, critica-se a Renda Básica por não alcançar objetivos para os quais não está projetada. Criticá-la porque não acabaria com as injustiças causadas pelo sistema capitalista soa como algo parecido a assegurar que com a vacina da malária não se suprimirá a mortalidade infantil”**

trabalho. A Renda Básica teria um efeito importante como ferramenta para a desmercantilização da força de trabalho sempre que fosse pelo menos uma quantidade que permitisse, para dizer junto com a filósofa Carole Pateman<sup>3</sup>, “a liberdade de não ser empregado”.

Mas a Renda Básica também teria outro efeito interessante sobre a classe trabalhadora que, para aqueles que têm uma concepção da liberdade republicana (resumidamente: não é livre quem não tem a existência material garantida), como é o meu caso, é particularmente importante: o aumento do poder de negociação que os membros da classe trabalhadora conseguiriam frente ao empresário. Efetivamente, a segurança que a garantia de uma Renda Básica comportaria impediria que os trabalhadores se vissem impelidos a aceitar uma oferta de trabalho de qualquer condição. Desde o momento em que sua saída do mercado do trabalho resultasse impraticável, suporia uma posição negociadora (ou de resistência, como às vezes foi chamada) muito maior do que a que os trabalhadores possuem agora. Não é a mesma coisa levar as negociações trabalhistas

até o limite da ruptura quando se conta, como é o caso dos empresários, com a possibilidade real de substituir os trabalhadores contendedes por maquinaria ou por trabalhadores atualmente em greve - os que engrossam as fileiras do outrora chamado “exército industrial de reserva” - que fazer isso sabendo que a subsistência depende de forma direta, e praticamente exclusiva, das retribuições obtidas dos indivíduos sentados do outro lado da mesa de negociação, como ocorre com os trabalhadores e trabalhadoras hoje em dia. A relação trabalhista sob o capitalismo é claramente assimétrica. A Renda Básica tornaria praticável não só a possibilidade de se negar de forma efetiva e convincente a aceitar situações não desejadas por parte de muitos trabalhadores, mas também de se propor formas alternativas de organização do trabalho que permitissem aspirar a graus de realização pessoais mais elevados.

Além disso, a Renda Básica suporia, no caso de greve, uma espécie de caixa de resistência incondicional, cujos efeitos para o fortalecimento do poder de negociação dos trabalhadores são fáceis de taxar. Efetivamente, o fato de que, no caso de conflito grevista, os trabalhadores dispusessem de uma Renda Básica permitiria enfrentar as greves de uma forma muito menos insegura do que na atualidade: no s dias de hoje, dependendo dos dias de greve, os salários podem chegar a ser reduzidos de forma dificilmente suportável se, como costuma ocorrer para a imensa maioria da classe trabalhadora, não se dispõe de outros recursos.

**IHU On-Line - O senhor disse em uma entrevista que, com uma boa Renda Básica, parte do papel dos sindicatos ficaria suprimido. Nesse sentido, os sindicatos representam um impedimento à iniciativa? Como os sindicatos lidam com a proposta da Renda Básica?**

**Daniel Raventós** - Nem todos os sindicatos têm a mesma opinião sobre a Renda Básica. Por exemplo, o ESK é um sindicato basco que está filiado à nossa associação, Red Renta Básica<sup>4</sup>, que defende

<sup>3</sup> Carole Pateman: feminista e teórica política britânica. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> A Renda Básica é um benefício pago pelo Estado, como direito de cidadania, a cada membro de pleno direito ou residente da sociedade inclusive se não quer trabalhar de forma

a Renda Básica. Na realidade, a maioria dos sindicatos não estudaram e discutiram a Renda Básica. Há alguns poucos militantes e ainda menos dirigentes sindicais que se interessaram pelo assunto, mas não as organizações sindicais como tais. Na minha opinião, os sindicatos, com a existência de uma Renda Básica, deveriam modificar seu papel, mas sua existência continuaria sendo muito necessária. A Renda Básica pode mudar situações que apontam para uma parte importante da caracterização do capitalismo. Mas fazer frente às imensas desigualdades que causam a ausência de liberdade para uma porção tão majoritária da nossa espécie requer a prática de outras medidas. Às vezes, critica-se a Renda Básica por não alcançar objetivos para os quais não está projetada. Criticá-la porque não acabaria com as injustiças causadas pelo sistema capitalista soa como algo parecido a assegurar que com a vacina da malária não se suprimirá a mortalidade infantil. A pergunta pertinente aqui é a seguinte: uma vez constatada essa trivialidade, devemos por isso suprimir as vacinações contra a malária?

Da Renda Básica, pode-se afirmar que aumentaria a liberdade de boa parte da população, desmercantilizaria, embora parcialmente, a força de trabalho, aumentaria o poder de negociação dos trabalhadores, dentre outras importantes asseverações. E quem valorizar o que essas consequências significariam para o funcionamento do capitalismo realmente existente irá apreciar a magnitude das mudanças sugeridas. Pois bem, seria abusivo exigir da Renda Básica mais do que ela realmente pode dar. Por isso mesmo, o papel dos sindicatos, mesmo com uma Renda Básica, continuaria sendo crucial. Com a Renda Básica, o sistema capitalista continua sendo um sistema capitalista. Cito só duas realidades que caracterizam a situação econômica e social do mundo de hoje: a) o controle das grandíssimas transnacionais e do

remunerada, sem levar em consideração se é rico ou pobre ou, dito de outra forma, independentemente de quais possam ser as outras possíveis fontes de renda, e sem importar com quem conviva. A Rede Renda Básica iniciou sua atividade a princípios de 2001. Mais informações em [www.redrentabasicsa.org](http://www.redrentabasicsa.org) (Nota da IHU On-Line)

**“Igualdade e liberdade não são dois objetivos a serem escolhidos independentemente um do outro. As grandes desigualdades sociais são um autêntico impedimento para a liberdade de muitos milhões de pessoas”**

capital financeiro continua estando de posse de muito poucas pessoas (e por isso a vida de muitas centenas de milhões de pessoas continuaria sendo afetada arbitrariamente); e b) os órgãos econômicos internacionais também continuariam sob o mais exclusivo controle dos países ricos, com o tipo de atuações que fomos conhecendo ao longo das últimas três décadas.

#### **IHU On-Line - Quem mais se beneficia com a instituição da Renda Básica?**

**Daniel Raventós** - A instauração de uma Renda Básica significaria uma independência sócio-econômica, uma base autônoma de existência muito maior do que a atual para boa parte da sociedade, principalmente para os setores mais vulneráveis e mais dominados como boa parte dos trabalhadores assalariados, pobres em geral, boa parte das mulheres etc. Definitivamente, a introdução de uma Renda Básica faria com que a já mencionada liberdade republicana, para alguns grandes grupos sociais, visse aumentadas as suas possibilidades.

#### **O impacto da Renda Básica no cotidiano feminino**

Irei me referir somente a esse grande e heterogêneo grupo que é formado pelas mulheres. Seria um insulto à inte-

ligência de qualquer um me deter, embora fosse brevemente, na evidência de que todas as mulheres se encontram na mesma situação social. Mas também me parece muito discutível a afirmação de que uma Renda Básica conferiria a esse grande e heterogêneo grupo de vulnerabilidade social que é formado pelas mulheres uma independência econômica que atualmente não dispõem. Mesmo que a Renda Básica, por definição, é independente da contribuição no trabalho que se possa realizar, acredito ser necessário assinalar aqui que, apesar de não receberem nenhuma remuneração monetária em troca, a maior parte das mulheres trabalha. O trabalho com remuneração no mercado constitui somente um dos tipos de trabalho existentes. Mas não é o único: existe o trabalho doméstico e o trabalho voluntário.

Apresento a seguir algumas das razões que avalizam esse aumento da liberdade republicana que a Renda Básica poderia contribuir com relação às mulheres:

Em primeiro lugar, cabe assinalar que a Renda Básica dá uma resposta contundente à necessidade de que a política social se adapte às mudanças nos modos de convivência, em especial ao incremento de famílias monoparentais encabeçadas por mulheres.

Em segundo lugar, ao constituir uma atribuição individual, a Renda Básica melhoraria a situação econômica de muitas mulheres casadas, principalmente a das que se encontram nas camadas mais empobrecidas da sociedade. Efetivamente, boa parte dos subsídios condicionados existentes tem como unidade de atribuição a família. Normalmente, o receptor e administrador é o cabeça da família - os homens, majoritariamente -, de forma que as pessoas que ocupam a posição mais frágil - as mulheres - são privadas do acesso e do controle do uso de tais ingressos.

Em terceiro lugar, a independência econômica que a Renda Básica possibilita pode fazer dela uma espécie de “contrapoder” doméstico capaz de modificar as relações de dominação entre os sexos e de incrementar a força de negociação de muitas mulheres dentro do lar, especialmente daquelas que dependem do marido ou que rece-

bem rendas muito baixas por estarem empregadas de modo descontínuo ou em tempo parcial.

Em quarto lugar, como muitas autoras feministas mostraram ao longo das últimas décadas, o sistema de seguridade social dos países ricos foi erigido assumindo que as mulheres eram econômico-dependentes de seus maridos. O que significava que os benefícios obtidos da seguridade social se deviam às contribuições de seus maridos, não à sua condição de cidadãs. Em um contexto de crescente questionamento do estereótipo “male breadwinner<sup>5</sup>”, não é uma fantasia supor que as escolhas sobre o trabalho doméstico poderiam ser tomadas de um modo muito mais consensual do que majoritariamente o são hoje.

Mas, junto a esses quatro pontos, pode-se fazer uma reflexão de maior envergadura sobre o papel da Renda Básica para favorecer republicanamente a existência material das mulheres. Resumidamente, pode ser exposta da seguinte maneira: muitos dos problemas relacionados com a questão da reciprocidade na filosofia política dos últimos anos fazem referência unicamente às atividades que têm a ver diretamente com o trabalho remunerado. É violada a reciprocidade quando uma pessoa recebe uma contribuição incondicional, a Renda Básica em nosso caso, inclusive quando essa pessoa está em perfeitas condições para trabalhar remuneradamente, e simplesmente não quer fazer isso, incorrendo clamorosamente no caso do oportunista (“free-rider<sup>6</sup>”? Coincido com aqueles que opinam que essa é uma forma muito limitada de analisar o problema, posto que se enfoca levando em consideração somente o trabalho com remuneração. É ignorado, em troca, o problema da reciprocidade (e do “free-rider”), que se produz em um tipo de trabalho não remunerado, mas muito amplo, e que é desempenhado majoritariamente pelas mulheres: o doméstico. O que, no meu entender, se enlaça com um problema de muito maior envergadura que é motivo de atenção por parte do republicanismo democrático: a situação de dependência pela

<sup>5</sup> Modelo em que o homem é o responsável pelo sustento da família. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Tradução ao português: aquele que pega carona. (Nota da IHU On-Line)

**“Uma Renda Básica  
universal e  
incondicional permitiria  
unificar a luta dos  
trabalhadores em torno  
a um direito que  
beneficia a todos, não  
importa qual seja a  
situação de sua  
atividade específica, ao  
mesmo tempo que daria  
muito mais ar para  
resistir aos ajustes sobre  
as condições de trabalho  
ou ao próprio emprego”**

qual, historicamente, inclusive depois da abolição das leis do Antigo Regime, as mulheres estiveram sujeitadas aos homens. A Renda Básica, por seu caráter universal de cidadania (ou de residência), não é dirigida nem a lares nem a pessoas com características específicas (ser homens, por exemplo). Por essa razão, ela pode ser um meio eficaz para assegurar a base autônoma de uma parte importante de mulheres que, hoje em dia, dependem, para sua existência material, de seus maridos ou companheiros.

**IHU On-Line - Como a proposta da Renda Básica é difundida, divulgada e entendida no mundo?**

**Daniel Raventós** - Acredito que a Renda Básica é uma proposta ainda pouco conhecida no mundo. Há lugares, como no Brasil mesmo, graças ao trabalho da seção brasileira da Basic Income Earth Network<sup>7</sup>, e a pessoas como Lena Lavi-

<sup>7</sup> Basic Income Earth Network: rede de acadêmicos e ativistas interessados na ideia da renda universal básica. Mais informações em [www.basicincome.org/bien](http://www.basicincome.org/bien) (Nota da IHU On-

nas<sup>8</sup> e o senador Eduardo Suplicy<sup>9</sup>, onde a proposta da Renda Básica é relativamente conhecida. No Reino da Espanha também há um certo conhecimento da proposta. Em maio de 2009, criou-se uma subcomissão parlamentar das Cortes para estudar a viabilidade de uma Renda Básica, mas ninguém parece estar muito interessado em colocá-la em funcionamento. No México e na Argentina, há seções muito ativas que também motivam que a Renda Básica seja mais ou menos conhecida em seus países. Na Itália, também há uma seção muito ativa, e assim poderíamos continuar enumerando alguns casos.

**IHU On-Line - Como a Renda Básica pode fazer frente às patologias derivadas das desigualdades sociais e da falta de liberdade?**

**Daniel Raventós** - Um dos aspectos em que a força moral da proposta da Renda Básica se põe de manifesto com maior clareza tem a ver com o fato de que ela não aponta somente para a evidência da terrível desigualdade existente no mundo contemporâneo, mas também parte da consciência das privações de liberdade que a grande desproporção das rendas e das riquezas traz consigo. Igualdade e liberdade não são dois objetivos a serem escolhidos independentemente um do outro. As grandes desigualdades sociais são um autêntico impedimento para a liberdade de muitos milhões de pessoas. E ao contrário: a falta de liberdade de muitas pessoas, a necessidade cada vez mais peremptória em que se encontram as populações trabalhadoras de pedir diariamente permissão aos ricos e aos muitos ricos para poderem subsistir nas condições ditadas por estes dis-

Line)

<sup>8</sup> Maria Helena Lavinias de Moraes: membro do comitê editorial da Feminist Economics (Routledge), Revista de Estudos Feministas, membro do Conselho Consultivo do NEPO-UNICAMP. É membro do Centro Internacional Celso Furtado. É professora-associada I do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionando na graduação e na pós-graduação (PPED) no Instituto de Economia, nas disciplinas de Economia do Bem-estar e Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais. Desde setembro de 2007 é secretária Municipal de Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Nova Iguaçu, na RM do Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Senador do estado de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. Leia nesta edição uma entrevista exclusiva com ele. (Nota da IHU On-Line)

para por sua vez o ulterior incremento da desigualdade. Porque a pobreza, com efeito, não é só privação e carência material, diferença de rendas. É também dependência do arbítrio ou da cobiça de outros, quebra da autoestima, isolamento e compartimentação social de quem a padece. Quem tem cada vez menos garantida sua existência material vê crescentemente minguada a sua liberdade (em forma de “contratos de primeiro emprego”, de precarização, de temporalidade, de “flexibilidade” ou de puro desemprego sem cobertura nenhuma). E a crescente míngua de sua liberdade redundando no crescimento da desigualdade material. Essa desigualdade material está chegando ao país mais poderoso do planeta a extremos que são difíceis de justificar inclusive para os mais conformes com o status quo. Talvez é preciso lembrar, como fazia o veterano professor da Universidade de Maryland Gar Alperovitz em um artigo do início de 2006, que atualmente, nos Estados Unidos, os 2,5 milhões mais ricos da população têm mais do que o dobro de renda do que os 100 milhões de norte-americanos com menos renda. O que é o mesmo que dizer que 1% da população mais rica tem o dobro da renda de 34% da camada inferior! Tamanha desigualdade afeta a liberdade da maioria. Isso foi escrito antes da crise econômica. Atualmente, segundo os novos dados que vão se conhecendo, a desigualdade é ainda maior.

**IHU On-Line - Qual é a importância da Renda Básica em períodos de crises econômicas e financeiras? O que uma política como a Renda Básica pode contribuir para cenários como os que estão sendo observados e previstos a curto e médio prazo?**

**Daniel Raventós** - Acredito que, em uma situação de crise econômica como a atual, a Renda Básica poderia contribuir com muitos benefícios. Vejamos.

Primeiro, com uma Renda Básica, a perda do posto de trabalho não teria consequências tão preocupantes para o bem-estar dos prejudicados. A crescente massa de desempregados provocada pela crise pressiona os trabalhadores a aceitar empregos precários de qualquer tipo, instáveis, sem cobertura social. Uma Renda Básica universal e incondicional aliviaria esses proble-

**“A crise revela claramente a importância de ter uma Renda Básica universal e incondicional como forma de prevenir a massificação ainda maior de novos pobres frente à crise, objetivo que os múltiplos programas assistenciais que pululam na América Latina não conseguem obter”**

mas, enquanto a concorrência pelos empregos e a discussão entre trabalhadores e empresários seria feita com a segurança de uma renda garantida à margem da relação trabalhista.

Em segundo lugar, a Renda Básica permitiria uma redução do risco às pessoas que tivessem empreendido projetos de auto-ocupação. Nesse sentido, ela seria mais eficiente do que os microcréditos para estimular a criação de microempresas e de cooperativas, porque significaria um benefício estável, permanente e que não gera dívida (nem interesses usurários). Em uma situação depressiva, a Renda Básica, além de representar um instrumento que facilitaria as tarefas de auto-ocupação, inclusive a organização cooperativa de seus beneficiários, significaria uma maior garantia para poder fazer frente, embora parcialmente, àqueles que não têm sucesso em seu pequeno negócio.

Em terceiro lugar, a Renda Básica poderia representar, no caso de greves operárias, como já assinaléi em uma pergunta anterior, uma espécie de caixa de resistência incondicional, cujos efeitos para o fortalecimento do poder de negociação dos trabalhadores são

fáceis de calibrar. Os conflitos trabalhistas estão aumentando como resultado da crise, porque ela não só traz consigo a redução dos postos de trabalho, mas também dos salários e de outros benefícios trabalhistas. Mais ainda, cada vez mais são os trabalhadores que ficam sem representação sindical. A Renda Básica poderia desempenhar um papel muito importante nas lutas de resistência tanto dos trabalhadores com representação, como daqueles abandonados à sua luta pessoal, reconstruindo a identidade trabalhadora em um cenário de crescente fragmentação trabalhista. Na crise, vê-se perfeitamente que a Renda Básica não é proposta como alternativa substitutiva da renda do emprego, mas sim como instrumento que fortalece a posição dos trabalhadores no posto de trabalho e na própria busca de emprego. Na situação atual, a crise está aumentando a fragmentação da classe trabalhadora em suas reivindicações, e os trabalhadores desorganizados e precários terão menos possibilidades de discutir suas condições de emprego. Uma Renda Básica universal e incondicional permitiria unificar a luta dos trabalhadores em torno a um direito que beneficia a todos, não importa qual seja a situação de sua atividade específica, ao mesmo tempo que daria muito mais ar para resistir aos ajustes sobre as condições de trabalho ou ao próprio emprego.

Em quarto lugar, a crise revela claramente a importância de ter uma Renda Básica universal e incondicional como forma de prevenir a massificação ainda maior de novos pobres frente à crise, objetivo que os múltiplos programas assistenciais que pululam na América Latina não conseguem obter, como se cansa de denunciar o economista argentino e defensor da Renda Básica, Rubén Lo Vuolo, ou o presidente da seção mexicana da BIEN, Pablo Yanes, e que exigem a comprovação da situação de necessidade para receber um benefício. Esses programas não só não cobrem toda a população necessitada, mas também, até que se comprove essa situação de necessidade (e no caso de que realmente se faça isso), a crise já terá desatado toda a sua violência sobre a população mais vulnerável. Os programas “condicionados” de renda [Conditional Cash Transfer

Programs] não têm capacidade para responder em tempo e forma às necessidades dos grupos mais vulneráveis em uma situação de crise e terminam selecionando beneficiários com critérios muito discriminatórios. Da mesma forma, esses programas alimentam uma custosa burocracia com poder para classificar os potenciais beneficiários, avaliar permanentemente seu nível e suas condições de vida, até intrometer-se na própria vida privada, gerando típicas situações de “armadilha da pobreza”. A crise gera mais espaço para a discricionariedade na distribuição de benefícios e potencia as possibilidades de usar politicamente o poder de selecionar beneficiários. A Renda Básica não só economiza custos burocráticos desnecessários, mas também outorga benefícios por direito próprio da sociedade, evitando intermediações que transformam a população necessitada em uma clientela política.

#### IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algo?

**Daniel Raventós** - Sim, gostaria de encerrar com uma ideia que, embora seja muito elementar, às vezes parece ser esquecida. A Renda Básica é uma opção social e econômica. Significa intervir economicamente em um sentido muito preciso: melhorar a situação dos mais pobres e dos que têm menos renda. A diferença entre partidários dos ricos e dos pobres, para dizer de forma simplificada, não é que os primeiros defendam o mercado livre, e os segundos queiram intervir nele. A diferença exata é a seguinte: os primeiros querem intervir no mercado para favorecer seus interesses, e os segundos querem intervir no mercado para favorecer os seus. Os bancos europeus conseguiram receber empréstimos oficiais de uma quantidade superior a 500 bilhões de euros a 1% de juros (no Reino da Espanha, mais de 75 bilhões). Os mesmos que exigem contenções nas pensões e nos salários, demissões mais baratas etc. Isso não é intervenção dos mercados para interesses claramente definidos? Há poucas semanas, o economista Dean Baker escrevia na revista *Dissent* (pode-se ler a tradução em [www.sinpermiso.info](http://www.sinpermiso.info)): “O resgate do setor financeiro consti-

tuiu a mais óbvia intervenção recente do setor público para redistribuir o ingresso para os mais ricos. Quando, no final de 2008, Goldman Sachs, Citigroup, Morgan Stanley e o resto dos grupos financeiros se viram assomados a uma quebra irreversível, em nenhum momento se moveram exigindo que o setor público lhes deixasse sozinhos. Não, esses gigantes financeiros mendigaram para que a administração pública lhes emprestasse dinheiro a juros inferiores aos de mercado e para que garantisse seus ativos. Entidades como o Goldman Sachs inclusive insistiram que o setor público devia participar no aval das dívidas de seus sócios na quebra bancária, como no caso da AIG.”

Dificilmente se poderia expressar essa ideia com maior clareza. Em meados de 2010, publicou-se que os sete maiores bancos dos EUA ganharam 18,715 bilhões de dólares, isto é, 50% mais do que no mesmo período do ano anterior! E também muito recentemente, com as perdas que as empresas aéreas tiveram, devido à interrupção de voos por causa das toneladas de cinzas lançadas na atmosfera pela erupção de um vulcão islandês, o que essas empresas aéreas pediram? Ajudas ao setor público, obviamente.

Assim, a Rede Básica, pelo menos em minha forma de entendê-la (e há muitas outras maneiras perfeitamente legítimas muito diferentes de fazer isso) é uma opção social e econômica que significa a intervenção no mercado de maneira que favoreça a maior parte da população. Não os mais ricos. Exatamente o contrário do que tem sido feito ao longo dos últimos 35 anos, se levamos em consideração elementos centrais, como a distribuição da renda que se produziu ao longo desse tempo.

#### LEIA MAIS...

- >> Sobre as propostas de Daniel Raventós, leia uma entrevista e um artigo no sítio do IHU.
- *Renda Básica: “Em busca da igualdade e da liberdade”*. Publicada em 27-10-2007 e disponível no link <http://migre.me/NN6R>;
- *Um mínimo para sobreviver em tempos de crise*. Artigo publicado em 13-5-2009 e disponível no link [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalle&id=22204](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalle&id=22204).

www.ihu.unisinos.br

## Renda Básica de Cidadania. Uma luta pela dignidade e liberdade

Programas de transferência de renda devem ser vistos como um direito, e são modelos que podem resultar num programa mais amplo como a Renda Básica de Cidadania, aponta o senador Eduardo Suplicy (PT/SP)

POR GRAZIELA WOLFART E PATRÍCIA FACHIN

“O Bolsa Família pode ser considerado um passo na direção da Renda Básica de Cidadania”, afirma o senador Eduardo Suplicy à **IHU On-Line**, por telefone. Autor da lei 10.835, que institui a Renda Básica de Cidadania, ele acredita que a aplicação deve ser feita gradualmente, beneficiando, num primeiro momento, os mais necessitados até evoluir para todos os cidadãos. Segundo ele, a Renda Básica é um direito universal de todas as pessoas “participarem da riqueza da nação”. Na entrevista a seguir, ele destaca que a maior vantagem da Renda Básica “é justamente prover liberdade para todos, no sentido em que fala Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998”, isto quer dizer que “desenvolvimento deve significar maior grau de liberdade para a sociedade”.

Suplicy menciona ainda o exemplo do Alasca, único país do mundo a instituir a Renda Básica de Cidadania, como um modelo a ser seguido pelo Brasil. Ele conta que a iniciativa rendeu ao estado, depois de 27 anos, o título de estado mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. “Hoje é considerado suicídio político para qualquer liderança política propor o fim do dividendo”, enfatiza.

Eduardo Suplicy é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, onde, atualmente, é professor, e em Economia pela Michigan State University. É senador desde 1990. Autor de diversos livros, citamos sua obra mais recente *Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta* (Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo, 2002). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - O que é a Renda Básica de Cidadania? Quem a compõe, quais são os seus objetivos?**

**Eduardo Suplicy** - A Renda Básica de Cidadania é um direito de todas as pessoas. Não importa sua origem, raça, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica. Todos devem receber uma renda que, na medida do possível, seja suficiente para atender as necessidades vitais de cada pessoa. Trata-se de um direito de participarmos da riqueza da nação. Não será negado a ninguém esse direito. Será pago conforme a lei 10.853 de 2004 para todos os residentes no Brasil e inclusive para os estrangeiros que aqui moram há cinco anos ou mais.

**IHU On-Line - Quais são as diferenças e as vantagens da Renda Básica em relação às outras formas de garantia de renda mínima como o Bolsa Família, por exemplo?**

**Eduardo Suplicy** O programa Bolsa Família constitui uma forma de garantia de renda mínima condicionada aos níveis de renda e a certas exigências, como o pré-natal em mulheres grávidas, a vacinação em crianças, bem como a frequência de crianças e jovens na escola, por exemplo. É importante definir que o Bolsa Família pode ser considerado um passo na direção da Renda Básica de Cidadania. Esta constitui uma garantia de renda mínima incondicional para todos. O valor médio pago às famílias hoje pelo Bolsa Família é de R\$ 95,00, e o programa atende 12 milhões e meio de famílias em todo o Brasil. Um pouco mais do que ¼ da população brasileira é beneficiada pelo Bolsa Família. O programa teve efeitos muito positivos do ponto de vista de ter contribuído para diminuir a pobreza absoluta e também

para diminuir o grau de desigualdade de renda no país. O Bolsa Família não foi o único programa que contribuiu para diminuir a pobreza absoluta. Mas foi um dos programas importantes. Os outros programas de transferência de renda incluem a aposentadoria rural, assim como a lei orgânica da assistência social. É importante dizer que o Bolsa Família nasceu de programas de transferência anteriores de garantia de renda mínima, associados à educação e à saúde, que foram iniciados, localmente, nos anos 1990. Esses programas de transferência de renda devem ser vistos como um direito e, em especial, a Renda Básica de Cidadania não se constitui simplesmente numa caridade ou assistência.

**IHU On-Line - Então a Renda Básica de Cidadania não pode ser considerada uma iniciativa assistencialista?**

**Eduardo Suplicy** - A Renda Básica é um direito de todas as pessoas participarem da riqueza da nação como um direito inalienável da pessoa humana. É um direito incondicional. Já é lei, aprovada por todos os partidos do Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2004. A Renda Básica de Cidadania será instituída por etapas, a critério do poder executivo, começando pelos mais necessitados.

**IHU On-Line** - Como está a aplicabilidade da Renda Básica no Brasil, hoje?

**Eduardo Suplicy** - Depende de você. Se você fizer um bom trabalho, persuadir o prefeito e os vereadores de São Leopoldo, o governador, os deputados do Rio Grande do Sul, o presidente Lula e quem for o eleito ou a eleita presidente a partir de janeiro para aplicar a lei. Vamos supor que, em janeiro de 2011, a lei seja aplicada em São Leopoldo, e que o prefeito considere que, para ser melhor que o Bolsa Família, sejam beneficiados inclusive os que já recebem verba do programa. Então, temos que pensar em um valor pelo menos superior ao pago, em média, pelo Bolsa Família. Então se começa com um valor modesto, mas que a cada ano vai crescer junto com o progresso do país. Podemos começar com R\$ 40,00 por pessoa. Considerando uma família de seis, serão R\$ 240,00. Então, todas as pessoas residentes em São Leopoldo passarão a receber R\$ 40,00 por mês e será igual para todos.

**IHU On-Line** - Que modelo de sociedade surge a partir da Renda Básica de Cidadania?

**Eduardo Suplicy** - Todos estamos persuadidos que a Renda Básica de Cidadania contribuirá para garantir e prover maior dignidade e liberdade real para todas as pessoas. Quais são as vantagens que podem justificá-la? Primeiro, ela é incondicional e significará o direito de todos participarem da riqueza da nação; segundo, ela elimina a burocracia envolvida em se ter de saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal para efeito de receber esse direito; terceiro, elimina qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa precisar dizer, para receber uma transferência de renda, que recebe um

**“A Renda Básica também seria uma alternativa àquele trabalhador que se submete a um trabalho quase escravo. As pessoas vão poder, eventualmente, fazer um curso e aguardar um tempo até que consigam uma atividade que seja de acordo com a sua propensão”**

valor x e, por isso, merece um complemento de renda; quarto, elimina o chamado fenômeno da dependência, que acontece por meio de um sistema que avalia se a pessoa recebe tal patamar de renda para ter direito a determinado complemento. O cidadão, então, decidirá se inicia ou não uma atividade econômica que lhe surge pela frente.

Se todos recebermos a Renda Básica, então, qualquer nova atividade que surja pela frente significará progresso, e o estímulo ao progresso continua. Mas a maior vantagem da Renda Básica é justamente prover maior liberdade para todos, no sentido em que fala Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 98. Ele diz que desenvolvimento deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade. Vamos supor a realidade de pessoas que vivenciam as situações mostradas no filme *Cidade de Deus*: aquele jovem que, por falta de alternativas para ajudar no sustento de sua família, resolve ser um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes. Se existisse a Renda Básica de Cidadania, ele poderia se negar a se submeter a situações que coloquem sua vida em risco. A Renda Básica também seria uma alternativa àquele trabalhador que se submete a um

trabalho quase escravo. As pessoas vão poder, eventualmente, fazer um curso e aguardar um tempo até que consigam uma atividade que seja de acordo com a sua propensão. É neste sentido que a Renda Básica de Cidadania significará maior grau de liberdade e dignidade para os cidadãos.

**IHU On-Line** - A Renda Básica paga aos cidadãos do Alasca é financiada pelos retornos obtidos da aplicação dos *royalties* do petróleo. No Brasil, a partir dos recursos do pré-sal, é possível pensar em uma proposta parecida?

**Eduardo Suplicy** - Sim. A partir da proposta do presidente Lula, de utilizar os recursos do pré-sal com a finalidade de erradicar a pobreza, promover boa educação para todos os brasileiros, desenvolver a ciência e a tecnologia, melhorar a saúde, cuidar do meio ambiente e das consequências de mudanças climáticas e, em especial, erradicar a pobreza absoluta, pode o governo, perfeitamente, considerar que os fundos dos *royalties* decorrentes da exploração da camada pré-sal sejam destinados a financiar a Renda Básica de Cidadania.

No início dos anos 1960, o prefeito de uma pequena vila de pescadores observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas boa parte da população continuava pobre. Disse ele a seus concidadãos que precisavam pensar na criação de um fundo que pertenceria a todos. Com essa finalidade, criaram um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir o fundo. O projeto teve enorme resistência e demorou cinco anos para ser implementado. Dez anos depois, esse prefeito se tornou o governador do Alasca. No final dos anos 1960, o país descobriu enorme reserva petrolífera e, então, quando eleito governador, em 1976, ele disse aos seus 300 mil habitantes que precisavam pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura. A partir disso, passaram a separar 50% dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais, como o petróleo, para instituir um fundo para todos. A proposta foi aceita por 76 mil pessoas a favor, e 38 mil contra. A partir daí, aqueles recursos

“Quando todos estivermos persuadidos de que se trata de uma boa ideia, poderemos passar de R\$ 50,00 para R\$ 100,00, depois R\$ 500,00, mil reais por mês e, assim, sucessivamente”

passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, contribuindo para diversificar a economia dos EUA e de economias internacionais, inclusive a do Brasil. Cada pessoa residente no Alasca há um ano ou mais recebe o benefício desde os anos 1980. O valor foi aumentado gradativamente e, em 2008, cada pessoa recebeu dois mil e sessenta e nove dólares. Sabe qual foi a consequência, depois de 27 anos de experiência, do fundo permanente do Alasca? Tornou-se o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. Hoje é considerado suicídio político para qualquer liderança política propor o fim do dividendo.

**IHU On-Line - Em que consiste, em sua opinião, uma renda suficiente para atender as necessidades vitais dos cidadãos? Pensando em valores, como é possível quantificar essa Renda Básica?**

**Eduardo Suplicy** - Podemos começar por uma renda modesta de R\$ 40,00 ou R\$ 50,00 por mês até atingir algo que seja considerado sustentável e que caiba nas finanças do Brasil. Quando todos estivermos persuadidos de que se trata de uma boa ideia, poderemos passar de R\$ 50,00 para R\$ 100,00, depois R\$ 500,00, mil reais por mês e, assim, sucessivamente. A lei 10.835, quando aprovada, colocou, no seu parágrafo primeiro, que a Renda Básica de Cidadania será instituída por etapas, a critério do governo, e começando pelos mais necessitados até que um dia seja igual para todos.

## Direito à Renda Básica de cidadania: um marco na história brasileira

Na percepção de Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, quanto maior o volume de direitos que acompanha o pacote de proteção social garantido pelo Estado, menores são as chances de distinção social

POR PATRICIA FACHIN

Segundo a socióloga Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, o Brasil está vivendo um “momento crucial” o qual “será um marco na história da proteção social e da cidadania”. A pesquisadora se refere ao surgimento de um novo direito: “o direito à renda”. O país “é personagem central desta história porque, ao implantar um programa de transferência de renda de grande amplitude como o Bolsa Família, tem contribuído para a legitimação e perpetuação da ideia da constituição deste direito”, menciona.

Em entrevista concedida, por e-mail, à IHU On-Line, Carolina afirma que quando todos receberem o benefício da Renda Básica como um direito, “ele será, portanto, um instrumento de redução das desigualdades sociais”.

Carolina Raquel Duarte de Mello Justo é graduada em Ciências Sociais, mestre em Ciências Políticas e doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - Unicamp. Atualmente, é professora de Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, SP. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Como avalia as políticas de transferência de renda e cidadania no Brasil? Quais as consequências dessas políticas para o futuro?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - Acredito que vivemos, no Brasil, um momento crucial, que no futuro será um marco na história da proteção social e da cidadania: o do surgimento de um novo direito, o direito à renda. E o Brasil é personagem central desta história porque, ao implantar um programa de transferência de renda de grande amplitude como o Bolsa Família, tem contribuído para a legitimação e perpetuação da ideia da constituição deste direito. No passado, muita gente considerava um absurdo o

Estado dar dinheiro às pessoas ou o recebimento de dinheiro não advindo do esforço de trabalho. Já, hoje, o Bolsa Família conta com ampla aceitação social. Seguindo por este caminho, prevejo que, futuramente, não haverá mais nenhuma crítica quanto ao fato dos cidadãos obterem uma renda, não como salário, em contrapartida ao trabalho, mas através do Estado, como um direito de cidadania. As principais consequências da instituição deste direito, a meu ver, são a eliminação da pobreza, a diminuição das desigualdades, principalmente a melhoria da distribuição de renda, a diminuição da exploração do trabalho, conforme diminua a necessidade imperiosa das pessoas terem de vender sua força de trabalho

no mercado como única alternativa de obtenção de renda para sobrevivência numa sociedade mercantilizada e monetarizada (processo que Esping-Andersen chama de “desmercadorização” da força de trabalho).

**IHU On-Line - Quais são os programas de transferência de renda mais pertinentes, hoje, no Brasil, e que efeitos eles causam na sociedade?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - Quando falamos de resultados de programas de transferência de renda, tendemos a pensar naqueles mais imediatos: se diminuiu a fome, se aumentou, e em que medida, o poder de compra das pessoas, se as crianças puderam sair da mendicância e do trabalho nas ruas e voltar a estudar. Mas eu acredito que os principais impactos destes programas referem-se ao pacto social que estabelecemos uns com os outros, ao tipo de sociedade que queremos para o futuro. Acredito que, em certos bairros, onde muitas famílias recebem o Bolsa Família, as pessoas olham umas para as outras e se reconhecem como iguais, porque o benefício fornece um padrão de equivalência. Quando todos receberem o benefício como um direito, ele será, portanto, um instrumento de redução das desigualdades sociais, não apenas em termos concretos, materiais, pelo ganho de renda que é mais significativo para as classes mais baixas - mas que mesmo assim não é um impacto tão importante, já que se trata de uma renda básica, ou seja, de baixo montante/valor -, mas, sobretudo, em termos simbólicos, porque remete a um princípio de igualdade: não importam as origens, classes sociais, raça, sexo, opção sexual, religião, enfim, todos os cidadãos terão igualmente o direito a esta renda. Quanto maior o volume de direitos que componha o pacote de proteção social garantido pelo Estado em um país, menores são as chances de distinção social. É o que acontece nos países escandinavos, onde os sistemas de proteção social são tão robustos que resta pouco para que as classes média e alta possam comprar para ter, por exemplo, serviços e condições de saúde e educação diferenciados das classes mais baixas; no fim das contas,

**“Por que sempre pensar na transferência de renda como política emergencial a partir da justificativa da necessidade? Por que não pensar de forma alternativa? Vejo - e defendo - a transferência de renda como uma política de Estado para garantir um direito, o direito à renda”**

não vão ter nada de muito melhor que elas, porque o Estado já fornece muito e bem. Então, a Renda Básica seria um direito a se somar neste pacote de proteção social, refletindo num avanço equitativo. Além disso, acredito que a legitimação crescente da ideia da Renda Básica, propiciada pela aceitação dos programas de transferência de renda no Brasil, representa uma reafirmação do pacto solidário de pertencimento a uma sociedade, para o qual conviver com a pobreza, a fome e desigualdades extremas se torna cada vez mais inaceitável.

**IHU On-Line - Em que circunstância o cidadão deve ter um rendimento mínimo garantido pelo Estado?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - O Estado tem responsabilidades para com os cidadãos que vivem dentro dos seus limites territoriais. Dentre elas, a de garantir necessidades básicas de sobrevivência. Logo, as condições de fome, pobreza e miséria são as circunstâncias mais justificáveis para que o Estado garanta um rendimento mínimo. Mas, para mim, garantir uma

renda mínima - ou melhor, básica - não deve depender de nenhuma condição, de nenhuma circunstância. Como a transferência de renda começou como política de combate à pobreza, tendemos a pensá-la a partir da justificativa da necessidade. O Bolsa Família é uma ‘ajuda para quem precisa’: é assim que a maioria o vê! Claro que o Estado deve intervir nas condições de necessidade para evitar desastres, catástrofes. Mas por que sempre pensar na transferência de renda como política emergencial a partir da justificativa da necessidade? Por que não pensar de forma alternativa? Vejo - e defendo - a transferência de renda como uma política de Estado para garantir um direito, o direito à renda. Então, o que justifica o direito à educação, à saúde, também pode justificar o direito à renda e o dever do Estado de garantir aos cidadãos uma renda básica: o fato de vivermos em sociedade, de fazermos parte desta sociedade e de compartilharmos a riqueza da nação, de buscarmos expandir padrões de civilização e de qualidade de vida para todos, de não aceitarmos mais conviver com situações de privação extrema, que limitem nossa plena participação na sociedade. São justificativas que se aplicam a todos os direitos sociais. A Renda Básica, sendo um direito, é para todos, então não deve depender de condição ou circunstância nenhuma para ser garantida pelo Estado de forma universal.

**IHU On-Line - Quais as implicações da transferência de renda enquanto política para mulheres? Qual é o impacto desses programas na vida delas? A partir de suas pesquisas, o que tem vislumbrado?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - O formato que tem predominado nos programas de transferência de renda no Brasil privilegia as mulheres como responsáveis pelo recebimento e gerenciamento do benefício, que é da família. Então, esta característica tem tido um importante impacto sobre as questões de gênero, porque “ser dona ou responsável pelo dinheiro da casa” representa um ganho de poder das mulheres em relação aos maridos, companheiros, filhos, enfim, dentro

da família. Ouvi depoimentos muito interessantes de mulheres que se sentiam orgulhosas de poderem ajudar os maridos a pagar as contas da casa. Não se trata apenas de uma questão de ordem financeira, mas de uma nova partilha dos papéis que cada um cumpre na casa. Então algumas mulheres também passaram a requerer ou exigir dos maridos que tomassem conta das crianças quando saíam para estudar ou trabalhar. Muitas passaram a sair mais de casa, a deixar o âmbito doméstico para ocupar os espaços públicos. São efeitos sobre as relações de poder entre homens e mulheres que passam a mudar. No longo prazo, talvez estes impactos sejam mais significativos rumo à construção de uma sociedade mais democrática.

**IHU On-Line - Quais são as diferenças e as vantagens da Renda Básica em relação às outras formas de garantia de renda mínima, como o Bolsa Família, por exemplo?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - É importante fazer a distinção entre renda mínima e renda básica, ainda que não sejam concepções opostas. Os propositores da renda mínima tendem a vê-la como um benefício emergencial para as famílias e cidadãos em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. É uma forma inclusive de conter a exacerbação do conflito social. Por isso, defendem que a renda mínima seja focalizada em populações mais pobres, distribuída por apenas um período curto de tempo e num valor realmente mínimo, a fim de não desestimular o trabalho. Por isso também defendem, muitas vezes, que seja cobrada uma contrapartida dos beneficiários, a fim de manter a lógica da troca, assim como o salário pelo trabalho. A renda mínima pode ser compreendida como uma medida “tapa-buraco” em relação aos efeitos perversos do capitalismo. Mesmo assim, é um “tapa-buraco” melhor que a distribuição de cestas básicas, política que supõe que as pessoas não têm autonomia para fazer escolhas e quase que precisam só de comida. Em minha opinião, é o tipo de política que não tem mais espaço nos dias de hoje, exceto em situações de calamidade,

porque oferece condições de sobrevivência tão frágeis que são inaceitáveis para a humanidade. Já os propositores da Renda Básica não têm esta preocupação com o possível desestímulo ao trabalho. E nem a veem como uma política emergencial. Ao contrário, defendem que o benefício seja universal, isto é, distribuído a todos os cidadãos; incondicional, isto é, sem exigir qualquer condição ou contrapartida dos beneficiários; e que o benefício seja vitalício e num valor que seria o máximo possível, acordado pelo conjunto da sociedade, a fim de suprir, pelo menos, as necessidades básicas dos

**“Ouvi depoimentos muito interessantes de mulheres que se sentiam orgulhosas de poderem ajudar os maridos a pagar as contas da casa. Não se trata apenas de uma questão de ordem financeira, mas de uma nova partilha dos papéis que cada um cumpre na casa”**

cidadãos. Vale lembrar que as necessidades básicas não se restringem às vitais, biológicas; cada sociedade é que define, gradativamente, num patamar superior, o que considera básico. Considerando estas distinções, eu não vejo o Bolsa Família estritamente como um programa de renda mínima, mas a meio-caminho entre ela e a Renda Básica. Isso porque, apesar do benefício ser condicionado, já abarca mais de 11 milhões de famílias. E embora o valor do benefício ainda seja muito restrito (no máximo R\$ 140,00), entendo que é decorrência do caminho que o governo

escolheu trilhar, que é o de abarcar o maior número de indivíduos possível, ou seja, o caminho da universalização. Além disso, o tempo de duração do benefício é bem mais longo que o da maioria dos programas que o precederam, que se restringiam a cerca de, no máximo, dois anos, enquanto que o do Bolsa-Família pode durar por mais de quinze anos para uma família que o obtenha a partir do nascimento do primeiro filho, e por mais tempo ainda se houver outros filhos. Então ele representa uma segurança com que as famílias podem contar para planejar a vida e o futuro. Este é um dado interessante: não foram poucas as pessoas que entrevistei que revelaram fazer uma poupança com pequena parte do dinheiro do benefício. Claro que, se o benefício já é pequeno, imagine essa poupança! Mas, novamente reafirmo: o impacto relevante aqui não é o material, mas o simbólico - ganho de segurança e de perspectiva para a vida. Então vejo o Bolsa Família como um caminho para a Renda Básica, ou para a institucionalização do direito à renda. Até porque é um programa que muito dificilmente será extinto. E, no Brasil, nós já temos uma lei que cria a Renda Básica, que não por coincidência foi sancionada um dia antes da que regulamenta o Bolsa Família.

**IHU On-Line - Como é possível pensar a construção da cidadania através de programas de renda mínima?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - A Renda Básica é considerada um direito de cidadania. Neste sentido, ela já contribui para o alargamento da cidadania porque incorpora a ela um novo direito. Mas, além disso, considerando uma noção de cidadania mais ampla, que não se restringe aos aspectos formais, é possível visualizar outros impactos dos programas de transferência de renda sobre a cidadania: a percepção dos beneficiários como integrantes da sociedade (até pelo simples fato de usarem um cartão de banco), a busca pela concretização de direitos ou pela criação de novos direitos, o aumento da participação política e a politização de espaços domésticos. Foram efeitos que verifiquei entre beneficiários que entrevistei.

**IHU On-Line - Qual é o significado da Renda Básica para a discussão sobre trabalho e cidadania nas sociedades atuais?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - Ao longo do século XX, a carteira de trabalho se tornou o passaporte da cidadania. É através dela que os indivíduos estabelecem ligação com o Estado e passam a fazer jus aos direitos trabalhistas, além de serem considerados “pessoas de bem”, e não vagabundos. Então o trabalho tem este duplo significado para a cidadania. Acontece que quem não tem trabalho, especialmente com carteira assinada, como ocorre com cerca de 50% da força de trabalho no Brasil, tem então a sua cidadania restringida. Quem defende a renda mínima costuma dizer que as pessoas não podem “receber algo em troca de nada”, nem viver sem trabalhar, porque isso comprometeria seu *status* de cidadania, isto é, com isso não fariam jus aos direitos garantidos pelo Estado como contrapartida ao trabalho despendido por elas para a produção da riqueza da nação. Neste sentido, a Renda Básica comprometeria o usufruto e o sentimento de cidadania. Mas a verdade é que, para uma boa parcela da população, a cidadania já é inexistente ou capenga devido às condições de desemprego e subemprego. Vivenciamos um dilema, hoje, porque o trabalho, que é substrato da cidadania, já não cumpre plenamente este papel, mas não há ainda um substituto para ele. Então o debate sobre renda mínima e renda básica nos ajuda a pensar sobre este dilema. Será que é possível haver cidadania sem trabalho?

**IHU On-Line - Em que medida o direito à renda mínima está relacionado ao direito ao trabalho? A renda de cidadania permitiria à força-de-trabalho recusar ocupações retribuídas por baixos salários, por exemplo?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - O trabalho é um direito civil, que não tem como ser garantido pelo Estado como as políticas sociais. Em tempos de crise, recessão, desemprego, ao mesmo tempo em que surgem demandas por políticas de combate à

pobreza, também surgem por políticas de emprego e renda. Muitos defensores da renda mínima a associavam, neste contexto, com uma tentativa de se garantir trabalho às pessoas, já que só com o benefício não conseguiriam viver sem trabalhar. Hoje, proponentes da Renda Básica argumentam que ela pode e deve ser associada a uma redução da jornada de trabalho, de tal forma a redistribuir não só a renda, mas também os postos de trabalho, e com isso garantir, além do direito à renda, também o direito ao trabalho. E conforme as pessoas tenham uma outra fonte de renda, que não apenas a oriunda do trabalho, não precisariam aceitar, pela urgência, empregos com baixíssimas remunerações. No conjunto, esta tendência levaria a uma elevação dos salários mais baixos, que costumam ficar ainda menores quando a concorrência entre trabalhadores aumenta. Enfim, a Renda Básica forneceria um referencial padrão.

**IHU On-Line - A senhora desenvolve um estudo comparativo sobre os impactos sociais e políticos dos Programas de Renda Mínima implementados por administrações petistas e não-petistas no estado de São Paulo. O que tem evidenciado nesta pesquisa?**

**Carolina Raquel Duarte de Mello Justo** - A pesquisa que realizei demonstrou que há diferenças entre governos administrados por partidos políticos distintos. Em outras palavras, os programas de transferência de renda de uns e outros não eram iguais, embora em princípio ou aparentemente fossem. Nos casos que estudei, foi perceptível que os programas de Campinas e Santo André, de administração petista, possuíam características que os aproximavam mais da concepção de Renda Básica. Já os programas de Jundiá e Santos, que eram administrados pelo PSDB e PP/PMDB, respectivamente, aproximavam-se mais da concepção de renda mínima. Mas o fator político-partidário não foi o único a influenciar esta configuração distinta dos programas nas cidades estudadas. Fatores político-institucionais também foram importantes na explicação.



Orações Ilustradas.

Acesse em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

## A Renda Básica de Cidadania e seus impactos na vida dos trabalhadores

Na avaliação da economista Alessandra Scalioni, os beneficiários do Bolsa Família conseguiram ter mais acesso a bens de consumo básico, o que “alivia a fome e a miséria”. Entretanto, ressalta, o baixo valor não conseguiu emancipar os pobres

POR PATRÍCIA FACHIN

**A**lessandra Scalioni está pesquisando os efeitos que o programa de distribuição de renda, Bolsa Família, gera no mercado de trabalho, e explica que parte significativa dos beneficiários afirma não trabalhar “por medo de declarar um trabalho precário e perder o benefício”. Tal prática, enfatiza, “dificulta muito fazer uma análise dos impactos de um programa de transferência de renda sobre o mercado de trabalho brasileiro”.

Essa situação, assinala, “revela a necessidade de se fazer valer o projeto de lei do Senador Suplicy, aprovado em 2004, em que se instituiu no Brasil, ainda que gradativamente, a Renda Básica de Cidadania, sendo o Bolsa Família seu ponto inicial. Programas universais como a Renda Básica, que não distinguem condição socioeconômica, tendem a cobrir melhor seu público-alvo que programas focalizados nos pobres, em que erros de inclusão e exclusão sempre acontecem”. A Renda Básica de Cidadania difere de outras formas de transferência de renda, pois é tratada como um direito universal de cada cidadão.

Em entrevista concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**, Alessandra Scalioni menciona, que, no Brasil, a forma de financiamento do programa “seria um desafio a ser pensado para que seu peso não comprometesse as finanças públicas”. No Alasca, a Renda Básica de Cidadania “é financiada pelos retornos obtidos da aplicação dos royalties do petróleo em ações da bolsa e títulos”. Esse, menciona, seria um bom exemplo a ser seguido no Brasil.

Alessandra Scalioni é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e, atualmente, está cursando o mestrado em Economia na Universidade Federal Fluminense - UFF. Confira a entrevista.

### **IHU On-Line - No Brasil, quais são os efeitos de programas de transferência de renda sobre o mercado de trabalho?**

**Alessandra Scalioni** - Esta pergunta não é muito fácil de ser respondida, uma vez que os dados do Cadastro Único, em que as famílias pobres requerentes ao benefício do programa Bolsa Família declaram suas informações (sexo, idade, cor, localidade, renda, ocupação etc.), mostram uma subdeclaração da condição no mercado de trabalho por parte dos cadastrados, sejam beneficiários ou não. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008)<sup>1</sup>, dentre os beneficiários com idade entre 16 e 65 anos, em média 58,7% declararam não trabalhar no período, enquanto apenas 27,9% estavam ativos

<sup>1</sup> Microdados do Cadastro Único de outubro de 2008. (Nota da entrevistada)

no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Alguns autores afirmam que o recebimento de transferências de renda tende a aumentar a oferta de trabalho dos beneficiários. Tavares (2008) analisa a oferta de trabalho das mães de famílias beneficiadas pelo programa e conclui que esta é aumentada com o recebimento do benefício para compensar a perda do rendimento das crianças da família. Mattos e Ponczek (2009) analisam a relação entre o estigma e as decisões econômicas dos beneficiários por programas de transferência do governo federal e concluem que as famílias beneficiárias que se sentem estigmatizadas tendem a procurar emprego (ofertar mais horas de trabalho) e a reduzir a probabilidade de ter membros desempregados.

No entanto, o fato de grande proporção de beneficiários afirmar que não trabalha, seja por dificuldade de inserção no mercado de trabalho, seja por medo de declarar um trabalho precário e perder o benefício, dificulta muito fazer uma análise dos impactos de um programa de transferência de renda sobre o mercado de trabalho brasileiro.

### **IHU On-Line - Que transformações os programas de transferência de renda causam nas famílias que vivem com um salário mínimo?**

**Alessandra Scalioni** - De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2003<sup>2</sup>, a família brasileira tem, em média, 3,3

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2003/default.shtm>. Último acesso em 10/07/2010. (Nota da entrevistada)

peças. Considerando quatro pessoas, para facilitar o cálculo, em uma família que vive com um salário mínimo (R\$510,00), tem-se uma renda familiar per capita de R\$127,50, o que faz com que esta família seja parte do público potencial do programa Bolsa Família (famílias com renda de R\$70,01 a R\$140,00 per capita que possuam crianças entre seus membros, ou famílias com renda per capita inferior a R\$70,00). Ainda que o valor do benefício possa variar de R\$22,00 (1 criança na família) a R\$88,00 (1 criança e 2 adolescentes), seu recebimento pode melhorar muito a vida de uma família que vive com apenas um salário mínimo. Apesar de parecer pouco, o benefício do Bolsa Família pode ajudar nas despesas com alimentação, vestuário, material escolar, entre outros. Além do benefício monetário, as condicionalidades estimulam os pais a deixarem os filhos frequentarem a escola por mais tempo, o que repercute em melhor formação dos jovens e melhor inserção no mercado de trabalho no futuro. Portanto, programas de transferência de renda geram transformações positivas em famílias que vivem com o salário mínimo, que tendem a ter maior acesso aos bens de consumo básicos e a ter crianças com maior frequência à escola.

**IHU On-Line - Críticos de programas de transferência de renda alegam que trabalhadores estão optando por não ter registro em carteira a fim de manter os benefícios sociais como Bolsa Família. Isso de fato acontece? Se sim, quais as consequências, para a sociedade, de pessoas estarem abrindo mão de um valor tão importante como o trabalho legislado? O que essa situação revela sobre os programas de transferência de renda do país?**

**Alessandra Scalioni** - Este ponto deve ser analisado com cautela. Não acredito que uma família pobre abra mão de um emprego formal - que paga um salário mínimo (R\$510,00) e garante direitos como seguro-desemprego, contribuição à previdência social - por medo de perder o benefício do Bolsa Família, que paga no máximo R\$200,00 para uma família extremamente pobre e R\$132,00 para uma família pobre. Se a família é numerosa, ter um emprego

**“O programa tem conseguido aliviar a pobreza, mas não eliminá-la. É certo que o programa tem melhorado a vida das famílias pobres brasileiras, mas ainda não logrou tirar estas famílias desta condição vulnerável”**

formal não vai eliminá-lo do programa Bolsa Família, pois o critério para seleção considera a renda familiar per capita, independente de onde provinha esta renda, ou seja, independe se o emprego é legislado ou não.

Acredito sim que programas do tipo “teste de meios” (em que é necessário comprovar a renda para ter acesso), como é o Bolsa Família, possam estimular as famílias a subdeclararem suas rendas ou omitirem o emprego precário por medo de perderem o benefício e, mais tarde, quando perderem o emprego que tende a ser temporário, não o conseguirem novamente.

Esta situação, e não a comumente usada pelos críticos do programa Bolsa Família, revela a necessidade de fazer valer o projeto de lei do **Senador Suplicy**, aprovado em 2004, em que se instituiu no Brasil, ainda que gradativamente, a Renda Básica de Cidadania, sendo o Bolsa Família seu ponto inicial. Programas universais como a Renda Básica, que não distinguem condição socioeconômica, tendem a cobrir melhor seu público-alvo que programas focalizados nos pobres, em que erros de inclusão e exclusão sempre acontecem. Segundo Van Parijs e Vanderborgh (2006), a Renda Básica de Cidadania é “uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros, em termos individuais, sem comprovação de renda nem exigência de contrapartida”. Portanto, ela difere bastante de outras formas de

transferência de renda, sendo tratada como um direito de cidadania, o que evitaria problemas como omissão e subdeclaração de renda.

**IHU On-Line - Comparando com outros programas de transferência de renda, quais são os diferenciais e as vantagens do Bolsa Família?**

**Alessandra Scalioni** - O Bolsa Família tem a vantagem, frente a programas mais universais, de ser menos custoso, pois é focalizado apenas nos pobres. Mas possui a desvantagem de gerar erros de seleção (inclusão de não pobres e exclusão de pobres), além do problema de qualquer programa do tipo “teste de meios”: a omissão e a subdeclaração de informações usadas no processo de seleção dos beneficiários.

Se comparado a outros programas na América Latina, o Bolsa Família tem algumas semelhanças com o “*Asignación Familiar*” (Uruguai) e com o “*Oportunidades*” (México), em que uma transferência monetária de renda é dada às famílias pobres com crianças entre seus membros, condicionada à frequência escolar. Estes programas de transferência de renda evoluíram muito nos últimos anos, sobretudo por serem pagos em dinheiro através de um cartão. Isto é um diferencial frente aos programas que distribuíam alimentos ou cestas básicas no passado, pois dá maior liberdade às famílias de escolherem em que gastar o benefício, priorizando as necessidades mais urgentes. E seu recebimento diretamente em bancos tende a reduzir a corrupção e a fazer o benefício chegar a quem realmente precisa.

**IHU On-Line - De que maneira, na sua avaliação, o Bolsa Família desempenha o seu maior desafio: combater a fome e a miséria, e emancipar as famílias mais pobres do país?**

**Alessandra Scalioni** - Acredito que o programa Bolsa Família tem contribuído significativamente para o combate à fome e à extrema pobreza ao garantir uma renda às famílias mais pobres. Com o benefício, as famílias têm um acesso maior a bens de consumo básicos, o que alivia a fome e a miséria. No entanto, seu baixo valor não tem conseguido emancipar as famílias pobres do país. Segundo Meideiros *et alii* (2007), o impacto do Bolsa

Família é maior sobre a intensidade da pobreza que sobre a proporção de pobres, ou seja, o programa tem conseguido aliviar a pobreza, mas não eliminá-la. É certo que o programa tem melhorado a vida das famílias pobres brasileiras, mas ainda não logrou tirar estas famílias desta condição vulnerável.

### **IHU On-Line - Quais as implicações da distribuição da Renda Básica de Cidadania e da renda mínima num país como o Brasil?**

**Alessandra Scalioni** - O Brasil é o primeiro país a instituir a Renda Básica de Cidadania, em 2004. Porém, ela ainda não foi implementada nos moldes em que foi pensada. O Alasca é o único lugar do mundo que faz algo parecido com o que se denomina Renda Básica de Cidadania, que é o pagamento de uma quantia em dinheiro a todo cidadão independente de sua renda, cor, religião ou qualquer critério. Além de seu recebimento não implicar em qualquer contrapartida. O dividendo pago anualmente aos cidadãos do Alasca é financiado pelos retornos obtidos da aplicação dos *royalties* do petróleo em ações da bolsa e títulos.

No Brasil, a distribuição de uma Renda Básica de Cidadania eliminaria custos administrativos como cadastramento dos requerentes ao benefício, monitoramento das condicionalidades e do cumprimento das contrapartidas, uma vez que todo cidadão teria o direito de receber o benefício, pobre ou não pobre. Assim, o risco de erros de exclusão não existiria, pois todos os pobres estariam cobertos pelo programa. No entanto, a implantação de um programa universal como o Renda Básica de Cidadania aumentaria os gastos do governo com transferências,

ainda que parte destas voltaria para o governo na forma de tributos, sobretudo dos não-pobres.

A forma de financiamento da Renda Básica de Cidadania no Brasil seria um desafio a ser pensado para que seu peso não comprometesse as finanças públicas. O exemplo do Alasca poderia ser seguido no Brasil, que recentemente descobriu as reservas do pré-sal. Mas os benefícios de se ter uma Renda Básica de Cidadania no país são significativos, uma vez que todo cidadão teria o direito a uma renda, como um direito de cidadania, e não como um auxílio por sua vulnerabilidade. E isto implicaria em uma melhor condição de vida dos brasileiros e um maior poder de barganha no mercado de trabalho, por exemplo, podendo o trabalhador negar empregos precários por ter uma renda garantida.

### **IHU On-Line - Em que medida o direito à Renda Básica de Cidadania está relacionado ao direito do trabalho? A Renda Básica de Cidadania (aquela renda universal destinada a qualquer cidadão) permitiria aos trabalhadores recusar ocupações retribuídas por baixos salários, por exemplo?**

**Alessandra Scalioni** - Como dito anteriormente, o direito a uma renda mínima contribui para que o trabalhador tenha melhores condições de negociar no mercado de trabalho, tendo íntima relação com o direito ao trabalho digno. O seu recebimento, acredito eu, permitiria que trabalhadores não necessitassem se submeter a qualquer tipo de trabalho para obter alguma renda. Tendo uma renda mínima, este trabalhador teria a capacidade de escolher melhor onde trabalhar, podendo recusar ocupações precárias e de baixa remuneração.

www.ihu.unisinos.br

#### LEIA MAIS...

##### Referências bibliográficas

MATTOS, E.; PONCZEK, V. Estigma, oferta de trabalho e formação de capital humano: Evidências para os beneficiários de programas de transferência no Brasil. IPEA, 2009. (Pesquisa e Planejamento Econômico, v.39 (2))

MEDEIROS, M.; SOARES, F. V.; SOARES, S. S. D.; OSÓRIO, R. G. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente / organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. - Brasília: IPEA, 2007. Volume 2 - Capítulo 17.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho das Mães. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008.

VAN PARIJS, P.; VANDERBORGHT, Y. Renda Básica de Cidadania: argumentos éticos e econômicos. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

## Programas de distribuição de renda corrigem o sistema tributário

Para Leonel Cesarino Pessoa, programas de distribuição de renda sinalizam um avanço no sentido de corrigir a injustiça do sistema tributário brasileiro

POR PATRÍCIA FACHIN

“O desenvolvimento econômico dos últimos séculos seria mais que suficiente para que a pobreza do mundo estivesse, há muito tempo, erradicada”, constata Leonel Cesarino Pessoa. Segundo ele, além da má distribuição de renda, a capacidade contributiva é outro fator que favorece o aumento da pobreza. Na entrevista a seguir, concedida, por e-mail, à IHU On-Line, o pesquisador diz que, no que se refere aos impostos diretos, a legislação institui um mínimo vital e o quantifica, mas o problema surge, justamente, com os impostos indiretos. “Nesse tipo de tributo, quem arca com o ônus fiscal é o contribuinte de direito, mas esse ônus é repassado para o contribuinte de fato, os consumidores finais. Esses podem ser muito pobres, cuja renda não ultrapasse a zona de mínimo vital. Nesse caso, eles deveriam pagar imposto? Para mim, é claro que não deveriam. Mas, no Brasil, eles pagam”. De acordo com Pessoa, “quem recebe até dois salários mínimos de renda familiar mensal gasta 53,9% do que ganha para pagar tributos”.

Na opinião do pesquisador, “iniciativas como a Renda Básica de Cidadania surgem em razão de parte da população, no Brasil e em outros países, ganhar menos do que o essencial para viver”. Assim, menciona, programas de distribuição de renda sinalizam um avanço “no sentido de corrigir a injustiça do nosso sistema tributário e fazer justiça distributiva”.

Pessoa é graduado em Direito e Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, instituição na qual fez também o doutorado. Courseu pós-doutorado na New School for Social Research, Nova York e na Università Commerciale Luigi Bocconi, em Milão, na Itália. É professor do programa de mestrado e doutorado em Administração de Empresas na Universidade Nove de Julho, São Paulo. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - De onde surge a necessidade de o mundo globalizado pensar iniciativas como a Renda Básica de Cidadania?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - Iniciativas como a Renda Básica da Cidadania surgem em razão de parte da população, no Brasil e em muitos outros países, ganhar menos do que o essencial para viver. O desenvolvimento econômico dos últimos séculos seria mais que suficiente para que a pobreza do mundo estivesse, há muito tempo, erradicada. No entanto, os dados disponíveis são de conhecimento de todos. Ao lado da pobreza extrema, nós temos a péssima distribuição de renda. Isso acontece em vários países e, nesse quesito, o Brasil se destaca. De

acordo com um livro recente, organizado pelo professor Ricardo Paes de Barros, de todos os países para os quais se tem dados disponíveis, 95% deles apresentam concentração de renda menor que a do Brasil. Por aqui, a renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual à renda apropriada pelos 50% mais pobres.

**IHU On-Line - Em que sentido a Renda Básica de Cidadania está relacionada com a capacidade contributiva?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - O princípio da capacidade contributiva aparece, hoje, nas Constituições de diversos países do mundo. No Brasil, ele apareceu, pela primeira vez, na Constituição de 1946 e, na Itália, na Constituição de 1948. Na

Alemanha, apesar de não estar expresso na Constituição, o Tribunal Constitucional Federal entende que ele é expressão do princípio da justiça fiscal, que decorre da garantia de igualdade. Os direitos tributários sul-americanos sempre foram muito influenciados pelos direitos alemão e italiano. Na Itália, inicialmente, o princípio da capacidade contributiva foi interpretado como norma meramente programática. É como se ele não fosse propriamente uma lei que produzisse efeitos, mas uma norma que estabelecesse apenas intenções políticas. A partir dos anos 1960, no entanto, essa interpretação começou a mudar. O princípio da capacidade contributiva passou a ser interpretado como possuindo um conte-

údo efetivo na proteção dos interesses, primeiro do contribuinte e depois do fisco. De acordo com essa nova interpretação, se a tributação deve ter por base a capacidade contributiva de cada um, onde não houver capacidade contributiva, não deveria haver tributação. Em outras palavras, pessoas que não têm condições econômicas para pagar impostos não deveriam pagar imposto algum. A relação mais direta entre o princípio da capacidade contributiva e a Renda Básica vem daí. A aplicação do princípio da capacidade contributiva resultou no reconhecimento de uma zona de mínimo vital na qual não deveria existir tributação. Esse reconhecimento foi feito pela doutrina da Alemanha, da Itália e também do Brasil. O princípio da capacidade contributiva também foi interpretado como desempenhando um papel na proteção do interesse do fisco. A garantia da Renda Básica também está associada à distribuição de renda, ou seja, ela surge em razão da péssima distribuição de renda. O princípio da capacidade contributiva poderia, pelo menos, em tese, cumprir uma função. Onde não houver capacidade contributiva, não deve haver tributação. Por outro lado, todas as situações que manifestam capacidade contributiva deveriam ser - todas elas - tributadas.

**IHU On-Line - O que seria, em sua opinião, o mínimo vital para que o cidadão consiga viver com dignidade? Pensando na Renda Básica de Cidadania, é possível quantificar isso em um valor determinado?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - Eu vou responder a partir da perspectiva da tributação. Em que medida essa teoria do mínimo vital é aplicada na prática, no Brasil? Esse é um tema complicado. Vamos por partes. Em princípio, no âmbito da doutrina do direito, o reconhecimento dessa zona de mínimo vital é pacífico. Todos concordam que deve haver uma zona de mínimo vital. Com relação à legislação, no entanto, nós temos duas situações distintas. No caso dos impostos diretos, a legislação institui um mínimo vital e o quantifica. Ele corresponde à zona de isenção. No caso do imposto sobre a renda, por exemplo, a renda mensal inferior a R\$ 1499,15 (mil, quatrocentos

## “A renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual à renda apropriada pelos 50% mais pobres”

tos e noventa e nove reais e quinze centavos) é isenta do imposto. No caso do IPTU, no município de São Paulo, por exemplo, todo imóvel cujo valor venal seja inferior a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) é isento de IPTU. Todo o problema surge, no entanto, quando tomamos os impostos indiretos, o ICMS, por exemplo. Nesse tipo de tributo, quem arca com o ônus fiscal é o contribuinte de direito, mas esse ônus é repassado para o contribuinte de fato, os consumidores finais. Esses podem ser muito pobres, cuja renda não ultrapasse a zona de mínimo vital. Nesse caso, eles deveriam pagar imposto? Para mim, é claro que não deveriam. Mas, no Brasil, eles pagam. E muito. Estudo recente do IPEA aponta que, hoje, no Brasil, quem recebe até dois salários mínimos de renda familiar mensal, gasta 53,9% do que ganha para pagar tributos! Se a renda mensal dessa pessoa é, portanto, inferior a dois salários mínimos por mês, ela não estaria dentro de uma zona de mínimo vital, na qual tudo o que recebe é vital para sua sobrevivência? No Brasil, essa pessoa gasta mais de 50% do que recebe em tributos indiretos. Os impostos indiretos incidem inclusive sobre a cesta básica! Eu penso que isso precisa ser revisto com urgência. Esse estudo do IPEA também aponta que as pessoas que recebem mais que 30 salários mínimos gastam apenas 29% do que recebem com tributos. Isso mostra quanto o sistema tributário brasileiro é regressivo.

**IHU On-Line - Como a inscrição do princípio da capacidade contributiva na Constituição contribuiu para equacionar o problema da justiça fiscal?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - O que eu costumo dizer é que, até hoje, esse

princípio foi muito pouco aplicado na prática. Eu pesquisei todas as decisões do Supremo Tribunal Federal que aplicaram o princípio da capacidade contributiva e publiquei o resultado no último número da Revista *Direito GV*. Lá, mostro como, desde 1988 até o ano passado, esse princípio da capacidade contributiva apareceu em pouco mais de 70 acórdãos do Supremo. O primeiro resultado, portanto, indica que ele é muito pouco aplicado. Se examinarmos, então, as situações nas quais ele é aplicado, o resultado também não é muito diferente. Vou dar um exemplo do tipo de aplicação do princípio que é feito pelo Supremo: há duas empresas, uma grande e outra pequena, e ambas têm de pagar uma determinada taxa. O Supremo decidiu que, ainda que a Constituição disponha literalmente que o princípio da capacidade contributiva deva ser aplicado apenas a impostos, ele deve ser aplicado também às taxas. Do ponto de vista da justiça distributiva, esse tipo de problema é, a meu ver, muito pouco relevante. Diria que é quase irrelevante. Não tenho conhecimento de ninguém que tenha levado, até o Supremo, questões como, por exemplo, da incidência dos impostos indiretos sobre o consumo de pessoas que se encontrem na zona de mínimo vital. Essa, sim, poderia ser uma discussão que traria temas de justiça distributiva para o âmbito do tribunal. Você poderia dizer que seria mais adequado que esse tipo de discussão se desse no âmbito do Poder Legislativo. Pode ser, mas então que comece. Não vejo o Poder Legislativo, não vejo a opinião pública discutindo a justiça da carga tributária no Brasil.

**IHU On-Line - Pessoas de baixa renda recebem auxílios do governo por meio de programas de distribuição de renda. Essa renda mínima tem algum impacto na vida das pessoas, considerando a carga tributária dos produtos?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - Sim, sem dúvida. Essa renda melhora a vida dessas pessoas e permite que elas possam consumir minimamente, não obstante os tributos indiretos.

**“Pessoas que não têm condições econômicas para pagar impostos não deveriam pagar imposto algum”**

**IHU On-Line - Qual é o sentido de programas de distribuição de renda num país em que a carga tributária indireta é altíssima?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - Em primeiro lugar, não diria que a carga tributária indireta é altíssima, mas que ela é mal distribuída. Que ela é altíssima para as pessoas que ganham pouco. O ICMS incide sobre produtos nos quais não deveria incidir, já que são objeto do consumo das pessoas mais pobres. Como eu disse, no Brasil, há incidência de ICMS, inclusive sobre os itens da cesta básica. Tendo em vista essa situação, os programas de distribuição de renda minimizam o problema do consumo dessa parcela mais pobre da população. Mas isso não significa que a situação tributária não deva mudar.

**IHU On-Line - Quais os aspectos positivos e negativos da instituição de renda mínima? Elas sinalizam um avanço ou retrocesso para a sociedade?**

**Leonel Cesarino Pessoa** - Sinalizam um avanço. Sua instituição tira uma parcela importante da população, que vive com menos do que a renda mínima, da condição de pobreza extrema. É um avanço no sentido de corrigir a injustiça do nosso sistema tributário e fazer justiça distributiva. Penso que esses programas procuram contribuir para corrigir a grave situação de desigualdade que nós temos hoje, no Brasil. São programas que procuram enfrentar aquela que é uma das principais distorções da nossa sociedade: a péssima distribuição de renda associada ao fato de parte da população ainda viver em condições de pobreza extrema. Nesse sentido, não concordo absolutamente com esse uso pejorativo do termo assistencialista.

## Os programas de transferência de renda e o PIB

Para Sergei Soares, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, programas de renda mínima e até mesmo a Renda Básica de Cidadania são satisfatórios na medida em que compensam a tendência do mercado promover uma distribuição de renda desigual

POR PATRICIA FACHIN

“O impacto de um programa de renda mínima clássico, no qual todos recebem o mesmo valor, independentemente da sua renda prévia, é sempre menor que o impacto de um programa de renda mínima focalizado, no qual apenas os mais pobres recebem ou então os mais pobres recebem mais”. A opinião é de Serguei Soares. Em entrevista, concedida, por e-mail, para a **IHU On-Line**, ele assinala que “o grande poder distributivo do Bolsa Família se deve ao fato de seus benefícios estarem avassaladoramente concentrados no terço mais pobre da população brasileira”. Segundo ele, caso os recursos aplicados no Bolsa Família “tivessem sido distribuídos igualmente entre todos, haveria, sem dúvida, um impacto progressivo sobre a desigualdade, mas menor que o verificado”.

Soares informa que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família são os programas de transferência com mais destaque no país. “35% dos brasileiros vivem em famílias beneficiárias do Bolsa Família, e 5,9% vivem em famílias que recebem pelo menos um BPC”. Isto significa que esses programas são responsáveis “por aproximadamente 1/3 da redução da desigualdade”.

Soares é doutor em Economia pela Universidade de Brasília - UnB. Atualmente, é técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - DF. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia do Bem-Estar Social. Atuando, principalmente, nos seguintes temas: habilidades cognitivas, capital humano, educação. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Quais são os programas de transferência de renda mais pertinentes, hoje, no Brasil, e que percentual da população brasileira recebe esses benefícios?**

**Sergei Soares** - A rigor, “transferência de renda” poderia incluir uma vasta gama de políticas e programas. Pagamento de aposentadorias da Previdência Social e até pagamentos de juros a pessoas físicas são considerados transferências de renda. No en-

tanto, o termo usualmente é usado para se referir às transferências focalizadas de renda, nas quais a pobreza da família recipiente é uma condição para receber o benefício. Se entendermos o termo assim, então as principais transferências de renda no Brasil são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. O Benefício de Prestação Continuada consiste no pagamento de um salário mínimo a todos os indivíduos

incapazes de trabalhar por deficiência ou idade avançada e vivendo em famílias cuja renda familiar per capita é inferior a ¼ de um salário mínimo. O Bolsa Família consiste em um benefício fixo de R\$ 68, pago a famílias cuja renda per capita é inferior a R\$ 70 ao mês, dois benefícios variáveis, um de R\$ 22 e outro de R\$ 33, pagos a famílias cuja renda per capita é inferior a R\$ 140. O benefício de R\$ 22 é pago por cada criança com menos de 16 anos, até um máximo de três, e o benefício de R\$ 33 é pago por cada adolescente com 16 ou 17 anos, até um máximo de dois. Deste modo, o benefício total do Bolsa Família varia de R\$ 22 até R\$ 200. Hoje, aproximadamente, 12,4 milhões de famílias recebem o Bolsa Família (cobertura líquida, que não inclui benefícios bloqueados, a cobertura bruta ultrapassa os 13 milhões), e 3,1 milhões de indivíduos (1,7 milhões de deficientes e 1,6 milhões de idosos) recebem o Benefício de Prestação Continuada. O IBGE estima a população brasileira em 193 milhões de habitantes, o que quer dizer que 1,6% da população é recipiente direto do BPC, e 6,4% é recipiente direto do Bolsa Família. Os recipientes indiretos, ou seja, os indivíduos que vivem em famílias que recebem estes benefícios são mais numerosos. Trinta e cinco (35%) dos brasileiros vivem em famílias beneficiárias do Bolsa Família, e 5,9% vivem em famílias que recebem pelo menos um BPC. Em termos orçamentários, no entanto, o BPC é maior. Em 2009, foram gastos R\$ 16,8 bilhões com benefícios do BPC contra R\$ 12,4 bilhões com benefícios do Bolsa Família. Juntos, não chegam a 1% do PIB.

**IHU On-Line - Quais os efeitos dos programas de renda mínima na incidência da queda da desigualdade social?**

**Sergei Soares** - Não há, no Brasil, um programa de renda mínima. Isso porque o Bolsa Família não é direito, e o BPC é apenas para aqueles que são impedidos de trabalhar. Estes dois programas, no entanto, têm sido responsáveis por aproximadamente 1/3 da redução da desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini desde 2001. Considerando que juntos não chegam a 1% do PIB, isto é bem impressionante.

**IHU On-Line - Mas esses programas podem**

**“Na medida em que um real adicional vale muito mais para um indivíduo à beira da fome que para um indivíduo rico, a transferência de renda de ricos para pobres, via tributação e transferência, aumenta o bem-estar total da sociedade”**

**ser vistos como um recurso para equilibrar a redistribuição de renda do país?**

**Sergei Soares** - Um verdadeiro programa de renda mínima sem dúvida contribuirá para uma melhor distribuição de renda. O impacto de um programa de renda mínima clássico, no qual todos recebem o mesmo valor, independentemente da sua renda prévia, é sempre menor que o impacto de um programa de renda mínima focalizado, no qual apenas os mais pobres recebem ou então os mais pobres recebem mais. O grande poder distributivo do Bolsa Família se deve ao fato de seus benefícios estarem avassaladoramente concentrados no terço mais pobre da população brasileira. Se estes mesmos recursos tivessem sido distribuídos igualmente entre todos, haveria, sem dúvida, um impacto progressivo sobre a desigualdade, mas menor que o verificado.

**IHU On-Line - Como programas de renda mínima e a Renda Básica de Cidadania propiciam bem-estar social?**

**Sergei Soares** - Na medida em que um real adicional vale muito mais para um indivíduo à beira da fome que para um indivíduo rico, a transferência de renda de ricos para pobres, via tributação e transferência, aumenta o bem-estar total da sociedade.

**IHU On-Line - No Brasil, quais são os**

**efeitos de programas de transferência de renda sobre o mercado de trabalho?**

**Sergei Soares** - Há seis estudos econométricos sobre participação no mercado de trabalho e programas de transferência de renda, e nenhum encontra efeitos substantivos, salvo sobre as mães. As mães reduzem o número de horas trabalhadas em até oito horas semanais (o número exato depende do estudo). Dada a importância de estímulo na infância para o desenvolvimento cognitivo das crianças, este é um efeito a ser comemorado.

**IHU On-Line - Que transformações os programas de distribuição de renda causam nas famílias que vivem com um salário mínimo ou com uma renda menor?**

**Sergei Soares** - Famílias que vivem com um salário mínimo devem ter, no mínimo, quatro membros para receberem um benefício do Bolsa Família. A maior parte das famílias que recebe o Bolsa Família ganha menos de um salário mínimo. As famílias que têm um ganha-pão com um salário mínimo são as menos pobres dentre as beneficiárias e, consequentemente, aquelas cujas vidas são menos influenciadas pelo Bolsa Família.

**IHU On-Line - Que aspectos deveriam caracterizar um programa de renda mínima ou a Renda Básica de Cidadania eficientes?**

**Sergei Soares** - Antes de tudo, deve ser um direito. Não pode ter “portas de saída” nem condicionalidades fora daquelas já exigidas de todos. Pode ser um direito de todos independente de sua renda ou apenas daqueles cuja renda vier a cair abaixo de certo patamar.

**IHU On-Line - A partir da renda mínima e da Renda Básica de Cidadania, é possível pensar que modelo de país?**

**Sergei Soares** - Qualquer que seja o modelo de país, uma renda mínima ou uma Renda Básica de Cidadania produzirá uma sociedade mais igualitária, mais justa e, em longo prazo, maiores oportunidades.

**IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?**

**Sergei Soares** - Espero que renda mínima ou Renda Básica de Cidadania sejam implementadas o quanto antes.

## Renda Básica fortalece a autonomia

Na avaliação de Josué Pereira da Silva, programas de transferência de renda revelam a absurda desigualdade social do país, além do “conservadorismo de parte da esquerda, que só consegue vislumbrar a possibilidade de uma emancipação por meio do trabalho”

POR PATRÍCIA FACHIN

“**E**m suas relações com um suposto direito ao trabalho, a renda mínima contribuiria, em razão de suas condicionalidades, não para transformar o trabalho em um direito, mas em um dever, fortalecendo os mecanismos de controle social e, assim, impulsionando seus beneficiários a aceitar qualquer tipo de emprego para fugir do estigma de receptor de ajuda”. A avaliação é do professor da Unicamp, Josué Pereira da Silva, e foi expressa na entrevista a seguir, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, a proposta de uma Renda Básica, por ser um direito, “contribui para fortalecer a autonomia da pessoa, dando-lhe a possibilidade de escolher as atividades que quiser exercer, com a remuneração que considerar adequada”. Para ele, programas que visam a emancipação cidadã devem “inscrever-se num leque amplo de medidas que favoreçam a mudança social em direção a uma sociedade mais justa; do contrário, poderá se acomodar num limitado reformismo, que só mascara os problemas sem os resolver”.

Silva é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, e doutor em Sociologia pela New School For Social Research, nos EUA. De sua produção bibliográfica, destacamos André Gorz. *Trabalho e política* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002); *André Gorz e seus críticos* (São Paulo: Annablume, 2006); e *Por uma sociologia do século XX* (São Paulo: Annablume, 2007). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - O que André Gorz entendia por Renda Básica Garantida (ou de Cidadania)? Em que sentido essa renda básica poderia, no entendimento dele, melhorar as condições de vida da sociedade?**

**Josué Pereira da Silva** - Na verdade, a relação de Gorz<sup>1</sup> com o debate sobre

renda básica tem dois momentos distintos: um que vai do início da década de 1980 até a metade da década de 1990; outro, de 1997 em diante. Esta distinção em dois períodos é importante porque a ela vinculam-se tanto seu entendimento do tema quanto as implicações sociais que derivam de sua análise do mesmo.

Durante os anos oitenta e primeira metade dos anos noventa, aquilo que ele chamava “renda garantida” ocupava um lugar subordinado em sua proposição de uma política programada para reduzir o tempo de trabalho, que se constituía, na época, no núcleo de suas propostas de política social. A redução do tempo de trabalho visava o combate ao desemprego em massa, em <http://migre.me/BiAI>. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia 26-09-2007. (Nota da IHU On-Line)

facilitando a distribuição do trabalho existente para o conjunto da população em condições e com disposição para trabalhar. Ciente de que a redução do tempo de trabalho não seria facilmente manejável no plano microeconômico das unidades empresariais, as quais não aceitariam a redução da duração do trabalho sem redução salarial, Gorz argumentava que essa dificuldade não se colocava da mesma forma no plano macroeconômico porque aqui o problema podia ser contornado por uma política, planejada, gerida pelo Estado. Por meio da transferência de renda, o Estado financiaria a redução do tempo de trabalho para que esta pudesse ocorrer sem redução de salário. Nesse tipo de proposição, a transferência de renda tinha, então, a função de financiar a redução do tempo de trabalho à escala da sociedade como um todo. É preciso atentar para

<sup>1</sup> André Gorz (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista **IHU On-Line**, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU Idéias, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://migre.me/BizH>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos *Cadernos IHU* n.º 5, de 2004, disponível para download

o fato de que, para Gorz, o trabalho, embora reduzido, ainda era um importante meio de integração social dos indivíduos, constituindo-se no direito político de participar da produção social; assim, a renda garantida devia se desvincular do tempo de trabalho, mas não do trabalho.

No livro *Misérias do presente, riqueza do possível*, de 1997, Gorz revê essa posição, passando, desde então, a defender a quebra total do vínculo entre trabalho e renda, perspectiva que parece mais afinada com aquela defendida pelos proponentes da Renda Básica. Essa mudança de posição funda-se numa reapreciação do contexto histórico, com destaque para a emergência do imaterial, que torna a dimensão simbólica no vetor principal da produção de bens, materiais e simbólicos, na contemporaneidade. Ora, afirmava Gorz, numa situação onde a principal força produtiva é o “intelecto geral”, o saber social acumulado e não mensurável, não é mais possível vincular o recebimento de uma renda a uma quantidade mensurável de trabalho; com isso, a alocação de uma renda deve ser universal e incondicional, não podendo, portanto, estar condicionada a uma contraprestação em trabalho. Por outro lado, em face da crescente produtividade do trabalho decorrente do emprego de novas tecnologias e da dificuldade de fornecer trabalho decente às pessoas, a alocação de uma renda universal e incondicional, o mais elevada quanto possível, constitui-se na melhor e mais eficiente ferramenta de que dispomos para resolver os impasses da crise social atual.

**IHU On-Line - Gorz defendia que a luta pela liberação não devia ser mais a luta pelo trabalho, mas sim a luta para não mais funcionar como trabalhador. A Renda Básica Garantida (ou de Cidadania) possibilita alguma perspectiva nesse sentido? É possível vislumbrar melhoras no mundo do trabalho a partir desta política?**

**Josué Pereira da Silva** - Aqui também, como na resposta à pergunta anterior, é preciso situar temporalmente sua argumentação a respeito do problema da liberação no ou do trabalho,

**“Pode-se dizer que o programa Bolsa Família brasileiro difere dos programas de renda mínima que o antecederam, inicialmente, por sua amplitude, pois cobre atualmente cerca de 12 milhões de famílias, ou seja, perto de cinquenta milhões de beneficiários, enquanto os experimentos de renda precedentes eram de escala bem menor”**

para, em seguida, relacioná-los ao tema da renda garantida. A ideia de liberação no trabalho está presente na obra de Gorz desde o início até metade da década de 1970. Embora mantivesse distanciamento crítico em relação às experiências de socialismo então existentes, Gorz partilhava com o marxismo clássico a ideia de que a sociedade socialista seria uma comunidade de produtores associados; por isso mesmo, concebia o proletariado como o sujeito da transformação social e da construção da futura sociedade socialista. Em seu livro *Adeus ao proletariado*, de 1980, que representa um acerto de contas com aquela posição, ele começa a falar em liberação não no, mas do trabalho. Essa nova posição funda-se, por um lado, num diagnóstico das novas condições históricas - revolução tecnológica e complexidade das instituições sociais - que impediriam a apropriação coletiva dos meios de produção por parte

do proletariado e, por outro, numa revisão de suas concepções anteriores a respeito da própria possibilidade de se eliminar a alienação e a divisão macro-social do trabalho. Daí, ele passa a falar de liberação do trabalho. Nesse novo contexto, o destinatário privilegiado de suas propostas não é mais o proletariado, mas sim o cidadão, cuja autonomia poderia ser, pelo menos parcialmente, garantida pela instituição de Renda Básica de Cidadania.

**IHU On-Line - Em que medida o direito à renda mínima e à Renda Básica de Cidadania**

**está relacionado ao direito ao trabalho? A Renda Básica de Cidadania permitiria aos trabalhadores recusar ocupações retribuídas por baixos salários, por exemplo?**

**Josué Pereira da Silva** - Antes de falar das relações de renda mínima e de renda básica com direito ao trabalho, creio que é preciso falar da diferença entre a renda mínima e renda básica, pois ambas se relacionam de formas distintas com o direito ao trabalho. Sem me estender muito sobre o assunto, as diferenças entre renda mínima e renda básica são grosso modo as seguintes. A renda mínima, que é uma típica política compensatória, volta-se para uma parcela específica da população, geralmente em condições de pobreza e exclusão social, que não consegue por si só superar as barreiras que impedem sua integração plena na sociedade. Além de ser uma política focada num determinado setor da população e exigir dos beneficiários algum tipo de contrapartida, a renda mínima é também temporalmente limitada, isto é, a população que recebe seu benefício deve deixar de recebê-lo a partir de certo momento pré-estabelecido. Por ser uma política de tipo emergencial, a renda mínima torna seus beneficiários em alvo de estigma, possibilitando que sejam vistos como incapazes que necessitam da ajuda de outros. A renda básica, por outro lado, é universal, incondicional e permanente, isto é, trata-se de uma renda de existência destinada a toda população de uma determinada comunidade política e não exige qualquer tipo de contrapartida, além de ser

entendida como um direito. Por tudo isso, ela impede que seus beneficiários sejam estigmatizados, já que é um direito de todo cidadão e toda cidadã.

Em suas relações com um suposto direito ao trabalho, a renda mínima contribuiria, em razão de suas condicionalidades, para transformar o trabalho não em um direito, mas num dever, fortalecendo os mecanismos de controle social e, assim, impulsionando seus beneficiários a aceitar qualquer tipo de emprego para fugir do estigma de receptor de ajuda. Já a renda básica, por ser um direito de cidadania, contribui para fortalecer a autonomia da pessoa, dando-lhe a possibilidade de escolher as atividades que quiser exercer, com a remuneração que considerar adequada.

### **IHU On-Line - Quais são as diferenças e as vantagens da Renda Básica em relação às outras formas de garantia de renda mínima como o Bolsa Família, por exemplo?**

**Josué Pereira da Silva** - Limite-me aqui a falar do Bolsa Família, procurando situá-lo em relação às duas formas anteriores de transferência de renda. De modo geral, a relação do Bolsa Família com a renda básica é semelhante à relação desta última com a renda mínima, uma vez que o Bolsa Família em muito se assemelha aos programas de renda mínima, pois ambos se dirigem a um determinado setor da população, os mais pobres, são temporalmente limitados e exigem contrapartidas dos beneficiários. Afora esses traços comuns, pode-se dizer que o programa Bolsa Família brasileiro difere dos programas de renda mínima que o antecederam, inicialmente, por sua amplitude, pois cobre atualmente cerca de 12 milhões de famílias, ou seja, perto de cinquenta milhões de beneficiários, enquanto os experimentos de renda precedentes eram de escala bem menor. Sua principal, e mais significativa, diferença em relação aos programas de renda mínima refere-se, no entanto, ao destinatário dos benefícios, pois, enquanto o renda mínima dirige-se ao indivíduo, o Bolsa Família, como seu nome sugere, tem como alvo a família, ainda que, nesta, eleja uma

pessoa, mais precisamente a mãe de família, como responsável por gerir os recursos distribuídos pelo programa.

No que diz respeito às relações do Bolsa Família com a Renda Básica, há quem considere, a exemplo do Senador Suplicy, que o Bolsa Família caminhará em direção à Renda Básica, servindo assim como um programa de transição que acabará levando à Renda Básica Universal. Creio que se o Bolsa Família continuar se ampliando para alcançar um número cada vez maior de beneficiários, isso pode de fato vir a acontecer, mas para tanto ele deve necessariamente acabar com as condicionalidades, porque estas, mesmo quando são positivas, como no caso da frequência escolar das crianças, não deixam de estigmatizar os beneficiários. As condicionalidades podem também significar um controle elitista sobre a população, além de exigir altos custos para manter a burocracia responsável por vigiar o cumprimento das mesmas. A questão do destinatário dos programas, indivíduo num caso e família no outro, merece uma análise mais aprofundada, coisa que não posso fazer aqui.

### **IHU On-Line - O Bolsa Família é uma política assistencialista ou emancipatória? É possível atingir a emancipação social a partir de programas de renda mínima ou Renda Básica de Cidadania?**

**Josué Pereira da Silva** - A questão a respeito do caráter assistencialista ou emancipatório do Bolsa Família é bastante controversa, já que a maioria dos críticos do programa considera-o assistencialista, enquanto a maioria de seus defensores considera-o emancipatório. Em ambos os casos, críticos e defensores, há pessoas de diferentes matizes políticos e ideológicos. Num texto que publiquei recentemente<sup>2</sup>, pude observar que para muitos dos comentaristas do programa, críticos ou não, a ideia de emancipação está fortemente associada à aquisição de um emprego assalariado. Ver, por exemplo,

<sup>2</sup> Ver Josué Pereira da Silva, Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família, *Ciências Sociais Unisinos*, Volume 45, no. 3, set/dez 2009, pp.196-205.

que embora seja um dos principais defensores do caráter emancipatório do programa, sustenta que a verdadeira emancipação só será alcançada por meio do trabalho, assalariado evidentemente. O caráter assistencialista ou emancipatório do Bolsa Família deve, a meu ver, ser analisado com base em dois aspectos. Primeiro, em termos de condicionalidade ou não, já que condicionalidade implica em controle, e um programa de política social que se pretende emancipatório deve se livrar de tais condicionalidades porque, no mínimo, elas contribuem para estigmatizar e não para formar cidadãos autônomos. Em segundo lugar, e já respondendo a segunda parte da pergunta, qualquer programa de perfil emancipatório, ou com essa pretensão, deve inscrever-se num leque amplo de medidas que favoreçam a mudança social em direção a uma sociedade mais justa; do contrário, poderá se acomodar num limitado reformismo, que só mascara os problemas sem os resolver.

### **IHU On-Line - O que os programas de transferência de renda revelam sobre o Brasil e que futuro de país podemos vislumbrar a partir de tais políticas públicas?**

**Josué Pereira da Silva** - Em poucas palavras, esses programas revelam antes de tudo a absurda desigualdade social num país que tem uma grande parte de sua população vivendo em situação de extrema carência material; mas, pelas diversas reações contrárias a esse tipo de programa, eles também ajudam a revelar tanto o conservadorismo de parte da esquerda, que só consegue vislumbrar a possibilidade de emancipação por meio do trabalho, quanto daqueles que, obcecados por um produtivismo cego aos seus efeitos ambientais, depositam todas as energias no crescimento econômico e na suposta geração de empregos daí decorrente. Mas, felizmente, as resistências às políticas de transferência de renda são hoje bem menores do que eram no início da década de 1990, quando as primeiras propostas e os primeiros experimentos emergiram. Por isso dá até mesmo para ser um pouco otimista com relação ao futuro.

## Renda mínima e Renda Básica de Cidadania: direitos do cidadão

Para Ângela Vasconcelos, programas de transferência de renda são parte da construção de um projeto político

POR PATRÍCIA FACHIN

“ **A** pobreza seria quase 20% maior caso não tivéssemos hoje as transferências de renda”, afirma Ângela Vasconcelos, em entrevista concedida à **IHU On-Line**. Na avaliação dela, programas de transferência de renda como a Renda Básica de Cidadania, aplicada no Alasca, são positivos, podem ser considerados “parte da construção de um projeto político”, mas, “não são se trata de um projeto socialista”. “A proposta alimenta a reprodução do capital. Mas não coloca o sujeito vivendo em condições subumanas. Concomitantemente, este cidadão tem políticas sociais que atendem suas necessidades”, aponta.

No Brasil, assinala, programas de distribuição de renda sinalizam uma mudança de paradigma. “No governo FHC, a base era a da solidariedade e dever da sociedade civil. No governo Lula, é o direito e dever do Estado”. Graduada em Serviço Social, Ângela leciona na Universidade Federal Fluminense (UFF) e faz doutorado nessa mesma área na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Confira a entrevista.

### IHU On-Line - Quais são as diferenças entre renda mínima e Renda Básica de Cidadania?

**Ângela Vasconcelos** - Quando falamos em renda mínima, estamos nos reportando a uma proposta de base teórico-filosófica com diferentes construções, por vezes sutis, que se aproximam ou não nas diversas partes do mundo. Silva<sup>1</sup>, quando da elaboração de um quadro síntese classificatório sobre a Renda Mínima, destacou três correntes.

A primeira, com base liberal, de natureza compensatória, tenta auxiliar na redução da pobreza e da miséria geradas pelo modo de produção capitalista. Desta forma trabalha, por um lado, com o Imposto Negativo, cuja unidade de referência é a família, que viabiliza incondicionalmente a renda aos trabalhadores a partir da definição das linhas de pobreza e miséria. De outro, trabalha com a Renda Mínima Universal também incondicional e que difere da anterior por ter como unidade de referência o indivíduo além de sua natureza inclusiva. Todos os sujeitos, independente de qualquer diferença, cor, sexo, idade, si-

tução financeira, trabalhadores ou não, têm direito à renda. É o que se chama de Renda Básica, dividendo social, onde os sujeitos sociais têm direito à riqueza da nação que constroem coletivamente. Ambas não limitam o tempo de recebimento da renda.

A segunda, com base distributiva, também é incondicional e de natureza complementar aos serviços e programas sociais. Como o da primeira corrente, também tem no indivíduo sua unidade de referência.

A terceira é a Renda Mínima de Inserção, complementar aos benefícios, serviços e programas sociais do sistema de proteção social. A renda é garantida àqueles que comprovarem situação de pobreza através de critérios de elegibilidade. É uma relação contratual onde a família, unidade de referência, tem condicionalidades a serem cumpridas. Caso não as cumpram bem como elevem sua renda per capita podem ser desligadas.

Definido os parâmetros de um tipo ou outro de renda mínima, podemos observar que a Renda Básica de Cidadania e a renda mínima podem conviver juntas. Ela é um tipo de renda mínima que se firma na redistribuição, sem restrições,

dos lucros que advém da riqueza, aos cidadãos de um determinado local, região. E isto faz muita diferença sob o ponto de vista da ação focal e seletiva presentes nas outras propostas. Agora, nada impede novas formulações.

### IHU On-Line - Que transformações a Renda Básica de Cidadania proporciona na vida do indivíduo em relação à renda mínima?

**Ângela Vasconcelos** - Acredito que a experiência de um cidadão no Alasca é bastante positiva. O indivíduo tem no Estado o reconhecimento de que faz parte dele. É direito dele receber um dividendo da riqueza que produz. De qualquer forma, não estamos falando de nenhum projeto socialista. É ao ‘Welfare State’ que nos referimos. A proposta alimenta a reprodução do capital. Mas não coloca o sujeito vivendo em condições subumanas. Concomitantemente, este cidadão tem políticas sociais que atendem suas necessidades. Ao mesmo tempo, tem um sistema de proteção social que, na emergência de uma situação social, o socorre para que adiante se reerga e siga em frente. Refiro-me a uma região onde a Renda Básica é um dividendo social. Imagi-

<sup>1</sup> SILVA, Ma. Ozanira da Silva e . Crise da Sociedade Salarial e Renda mínima: nova forma de fazer Política Social? São Paulo. Cadernos de Pesquisa, n.29, NEPP/UNICAMP,1996,pp37-38

nemos nós aqui, no Rio de Janeiro, no município de Macaé, onde os *royalties* do Petróleo, quando existiam de forma bem mais farta e sem controle social, fossem distribuídos por todos os moradores. Não temos qualquer dúvida que o IDH seria muito maior do que se apresenta hoje, depois de tantos anos de recebimento, sem políticas sociais eficazes, sem controle e participação sociais. Porém, não queremos dizer que a Renda Básica resolve a redução da pobreza ou que a renda mínima o faz. Sob o nosso ponto de vista, e várias pesquisas têm indicado no Brasil, na América Latina e em outras regiões do mundo, são ações conjuntas onde as políticas de Estado devem vir acompanhadas de participação e controle sociais.

Então, respondendo mais objetivamente à sua questão: podemos indicar que, em se tratando da realidade na qual vivemos em diferentes regiões do Brasil, das metrópoles aos grandes, médios e pequenos municípios, com grotesca diferença entre o urbano e o rural, ações pontuais tornam melhores as condições de vida dos trabalhadores em curto prazo. Se não vêm acompanhadas de firmes políticas sociais e investimentos nos setores da indústria, comércio e serviços, além de política de crédito compatível aos limites de pagamento dos pequenos e médios agricultores, em médio e longo prazos, estão fadadas ao fracasso.

**IHU On-Line - Renda Básica e renda mínima podem ser consideradas políticas assistencialistas ou emancipatórias?**

**Ângela Vasconcelos** - Ambas são direitos dos cidadãos. Ambas pela via redistributiva. Uma como dividendo e a outra pela via da focalização ou universalização. O problema é que, se não temos a outra face da moeda, as políticas sociais e um sistema de proteção social que responda as demandas sociais, como indicamos anteriormente, ambas podem se assistencializar. Claro que pela via da renda mínima universal e/ou a de inserção cujo público é focalizado num segmento social pauperizado isto é mais comum. No Brasil, nós temos uma arraigada cultura política que favorece as ações assistencialistas e clientelistas nos

diversos programas sociais. É um problema crônico. A tímida participação e controle sociais permanentes na garantia de direitos também têm gerado um novo movimento na esfera pública que é judicializar tudo. E por estas questões penso que por mais que queiramos ambas, as experiências estão distantes de ser emancipatórias.

**IHU On-Line - Em que sentido a Renda Básica de Cidadania pode ser entendida como um instrumento de autonomia moral ao indivíduo?**

**Ângela Vasconcelos** - Não vemos por este ângulo até porque, como indiquei anteriormente, uma autonomia moral ou de qualquer natureza depende das ações sociais conjugadas que envolvam governo e sociedade civil.

**IHU On-Line - Que impacto social os programas de transferência de vida causam na vida dos cidadãos? Essas políticas devem ser direcionadas aos indivíduos ou às famílias? Há alguma diferença, para os beneficiados, caso o dinheiro seja destinado à família ou ao indivíduo?**

**Ângela Vasconcelos** - Causam impacto significativo, pois grande parcela dos beneficiários não possui outra renda permanente, seja do trabalho informal ou formal. No caso do Benefício de Prestação Continuada, que não é um programa, mas um benefício assistencial que transfere um salário mínimo todos os meses para os idosos e portadores de deficiência a partir dos critérios estabelecidos em lei, é mais do que significativo, pois famílias inteiras vivem do benefício dos idosos, seja na cidade ou no campo. Para além disto, a questão do trabalho é central. Não há como mascarar a ineficácia das políticas de saúde, educação e habitação em conjunto com a falta de perspectiva para o trabalho versus qualificação. Com relação à unidade de referência ser a família ou o indivíduo, não escolheria nem uma nem outra. Existem programas que efetivamente devem ter como referência a família. Isto, inclusive, é indicação de trabalhos com as políticas sociais.

No momento, creio que não poderia ser desenvolvido, por exemplo, o PBF tendo como referência o indivíduo. A proposta além da renda per capita é modificar e qualificar a vida daquela família, na perspectiva interdisciplinar, intersetorial e territorial. Sem esta base, o trabalho estaria comprometido.

**IHU On-Line - A partir da sua pesquisa intitulada Renda mínima, desigualdade social e serviço social: em análise no governo Lula, que avaliação a senhora faz da aplicação do Bolsa Família no país? Em que medida esse programa representa uma transformação no combate à pobreza?**

**Ângela Vasconcelos** - Meu estudo pautou-se nas 12 metrópoles brasileiras, sendo assim, é eminentemente urbano. No que tange ao PBF, acompanhei a política de assistência social. O que posso afirmar é que pela timidez com que as políticas de educação, saúde e habitação entraram em cena no país, pelo descompasso entre trabalho, qualificação e informalidade, o PBF hoje é uma 'política social'. Ou seja, programas que deveriam ser emergenciais, se nós tivéssemos impactos positivos das políticas sociais, tornaram-se permanentes. Não há retorno! A pobreza seria quase 20% maior caso não houvesse hoje as transferências de renda, com destaque para o BPC. E sobre a proposta do Senador Suplicy sobre a transformação da renda mínima para a Renda Básica de Cidadania, onde todo o brasileiro receberá uma renda, cabe a todos esperar, trabalhando para que isto aconteça em seu território.

Acompanhem a primeira experiência brasileira em Renda Básica, em Santo Antônio do Pinhal, cidade no interior de São Paulo. Os programas de transferência de renda são parte da construção de um projeto político. Creio que a mudança é de paradigma. Antes, no governo FHC, a base era a da solidariedade e dever da sociedade civil. No governo Lula, é o direito e dever do Estado.

É importante que todos estejam atentos à discussão sobre o tema. Divulguem, por favor, a BIEN. É simplesmente fantástico conseguir reunir a grande maioria de estudiosos sobre o tema no Brasil.



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

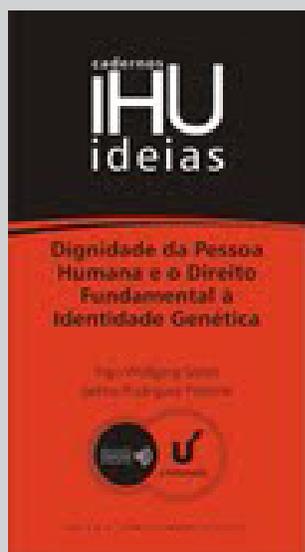
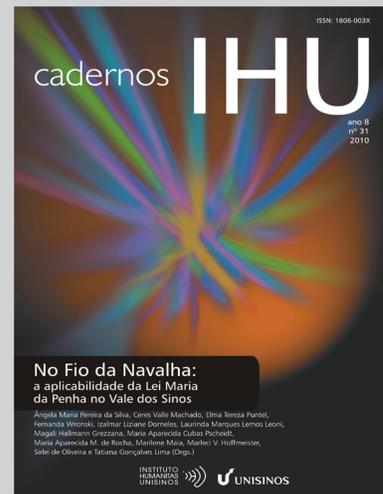
IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

**B.**

**Destques da Semana**

# CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

# Entrevista da Semana

## Arquitetura contemporânea: entre favelas e modernismos

“Niemeyer é uma figura paradoxal ao extremo. De um lado, um defensor da causa socialista, e, de outro, autor de obras que representam o poder estabelecido e que são difíceis de executar, que submetem os trabalhadores a condições perversas de produção, das mais arriscadas e complexas”, afirma o arquiteto e urbanista Pedro Arantes

POR GREYCE VARGAS

Muitos dos mitos em torno da arquitetura brasileira contemporânea são questionados nesta entrevista que Pedro Arantes concedeu à **IHU On-Line** por e-mail, publicada nas Notícias do dia em 11-06-2010. Ele analisa os vários tipos de arquitetura existentes e reflete sobre a influência financeira na área, os principais arquitetos, as construções nas favelas e, ainda, os programas do governo nesse setor. Segundo Pedro, “A esquerda precisa quebrar o mito que existe em torno de Niemeyer e ver que sua arquitetura favoreceu mais aos donos do poder e do dinheiro do que aos trabalhadores, uma arquitetura reconhecida por seus palácios e museus, mais do que por obras de interesse social”.

Pedro Arantes é arquiteto e urbanista. Atua como assessor técnico dos movimentos de luta por moradia e do MST em políticas habitacionais e urbanas. É coordenador do coletivo USINA, formador da Escola Milton Santos e professor das Faculdades de Campinas. É doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e autor do livro *Arquitetura Nova* (São Paulo: Editora 34, 2002). Atualmente, participa de um grupo interdisciplinar na pós-graduação da USP, que está analisando o Minha Casa, Minha Vida em todos os seus aspectos. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Quais as principais transformações que você percebe na forma, na tecnologia e processos produtivos na arquitetura de hoje?**

**Pedro Arantes** - Existem várias arquiteturas. Por exemplo, há a arquitetura produzida pelo mercado imobiliário, também chamada de arquitetura comercial, cujo objetivo imediato é mercantil. Há a arquitetura pública, dos equipamentos públicos como escolas, hospitais, terminais de transportes que, mesmo construída por empreiteiras, foram resultante de projetos definidos por arquitetos do poder público, supostamente em benefício das populações que serão atendidas. Há uma arquitetura feita nas periferias, a autoconstrução da casa por seus moradores, que representa mais da metade

dos domicílios brasileiros.

A arquitetura que eu pesquisei no meu doutorado ainda é de outra natureza: a que está associada ao processo de valorização simbólica do capital e do poder, uma arquitetura do espetáculo, dos grandes eventos urbanos, dos edifícios midiáticos. Os arquitetos que projetam essas obras são premiados com o prêmio Pritzker<sup>1</sup> e ocupam grande parte das revistas especializadas de arquitetura - são chamados de “arquitetos-estrela”. Procurei compreender a ideologia, a forma e a tecnologia dessa arquitetura que, a meu ver, revela em si características do capitalismo na sua era digital e financeira.

<sup>1</sup> O Prêmio Pritzker tem como objetivo agradecer um arquiteto vivo por um grande trabalho. Foi criado, em 1979, por Jay Pritzker. É considerado o mais conceituado galardão de arquitetura do mundo. (Nota da IHU On-Line)

**Museu da Arquitetura Moderna, em Curitiba**

Esses edifícios são estranhos, inclinados, retorcidos, disformes - e é disso que extraem seus ganhos simbólicos e materiais: eles são feitos para atrair as atenções, não podem reproduzir nada do que já existiu. São formas únicas, inéditas, sempre a procura do nunca realizado. Isso tem levado a que esses escritórios de arquitetura sejam também inovadores nas tecnologias digitais de projeto e construção, pois têm que conseguir desenhar, calcular, orçar e erguer edifícios muitas vezes insanos, impossíveis de se realizar com os métodos tradicionais. De um lado, eles fabricam peças customizadas em fábricas com máquinas de controle nu-

mérico e robôs para serem montadas em obra. De outro, ainda utilizam, em seus canteiros, de forma significativa, o trabalhador braçal, desqualificado, muitas vezes migrante e precarizado, sem direitos trabalhistas e com baixos salários. É essa hibridização entre o mais moderno e o mais arcaico que é possível notar nessas obras, ao mesmo tempo fabulosas e infames, as novas pirâmides do Egito dos tempos atuais.

### IHU On-Line - De que forma a dominância financeira influenciou nesse processo?

**Pedro Arantes** - Quando falamos em dominância financeira significa que há uma valorização fictícia do capital, que pode adotar diversas formas: ações de empresas na bolsa, títulos da dívida pública, renda imobiliária etc. No caso das obras que estou comentando, a dominância financeira se dá por meio do que denomino “renda da forma”. Cada edifício espetacular quer obter um ganho monopolista por meio de sua forma única e chamativa. Nesse caso, não se trata diretamente de uma renda da terra, como explicou Marx<sup>2</sup>, mas de uma renda derivada do ineditismo da forma que atrai turistas, mídia, investimentos para a localidade que construiu aquela nova “maravilha” do mundo.

Com isso, esses edifícios tornam-se ímãs que atraem riquezas produzidas noutras partes do planeta para si, sugando a produção alheia numa estratégia rentista. Ao mesmo tempo, a construção desses edifícios mobilizou muito capital (em geral na forma de fundos públicos) e trabalho, foi um campo de extração de mais-valia fenomenal. E é essa enorme quantidade de trabalho cristalizado que é mostrada a todos, como um tesouro a ser admirado. A estranheza formal dessas obras é também uma figuração da dominância financeira, que liquefaz as estruturas mais estáveis do paradigma

<sup>2</sup> Karl Marx: fundador de uma das grandes teorias que iria influenciar os séculos XIX e XX. É considerado um dos fundadores da Sociologia e militante da Primeira e Segunda Internacional. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como: Filosofia e História. A edição 278 da Revista IHU On-Line teve como tema A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx. Também sobre Marx temos a edição 41 do Cadernos IHU ideias. (Nota da IHU On-Line)

## “A estranheza formal dessas obras é também uma figuração da dominância financeira”

ma de acumulação anterior. A liberdade formal no limite do gesto aleatório, ao promover uma espécie de “instabilidade semiótica” proposital - composições inapreensíveis, que fogem das matrizes visuais asseguradoras -, converge para os fundamentos da nova economia e da desestabilização do próprio mundo do trabalho. Ao contrário da arquitetura moderna, que prometia a comunhão entre capital e trabalho com um programa reformista para as cidades e a moradia dos trabalhadores, essa arquitetura que estou descrevendo é da vitória total do capital sobre o trabalho.

### IHU On-Line - Qual o impacto da obra de Niemeyer para a arquitetura atual?

**Pedro Arantes** - O Niemeyer<sup>3</sup> é uma figura paradoxal ao extremo. De um lado, um defensor da causa socialista, e, de outro, autor de obras que representam o poder estabelecido e que são difíceis de executar, que submetem os trabalhadores a condições perversas de produção, das mais arriscadas e complexas. Arquitetura não é uma arte como as demais, ela envolve grandes investimentos e contingentes de trabalhadores, ela molda a vida das

<sup>3</sup> Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho: arquiteto brasileiro. É considerado um dos nomes mais influentes na arquitetura moderna internacional. Foi pioneiro na exploração das possibilidades construtivas e plásticas do concreto armado. Em 1956, iniciou, a convite do presidente da República, JK, colaboração na construção da nova capital, cujo plano urbanístico foi confiado a Lucio Costa, arquiteto e urbanista. Em 1958, foi nomeado arquiteto-chefe da nova capital e transferiu-se para Brasília, onde permaneceu até 1960. Em 1972, abriu um escritório em Paris. Realizou também grande número de projetos no exterior, como a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, 1967; a Universidade de Constantine, na Argélia, 1968; a sede da Editora Mondadori, em Milão, 1968. O site da Fundação Oscar Niemeyer ([www.niemeyer.org.br](http://www.niemeyer.org.br)) apresenta suas ideias, obras em arquitetura, urbanismo, mobiliário, esculturas, serigrafia, cenografia e sua bibliografia. (Nota da IHU On-Line)

pessoas da cidade à casa de uma forma tal que precisa ser vista com muita responsabilidade.

As curvas poéticas de Niemeyer têm consequências diversas e são festejadas pelos mais diferentes motivos. As empreiteiras, por exemplo, cobram um metro quadrado por obra de Niemeyer muito acima das demais obras. São feitos malabarismos construtivos em nome da forma - nem sempre justificáveis - mas que rendem orçamentos e ganhos fabulosos. Niemeyer tem projetos maravilhosos, como a Pampulha, e outros terríveis, como o Memorial da América Latina - mas em todos os casos a sua inovação formal sempre representou custos adicionais aos trabalhadores e ganhos adicionais aos construtores. Seus edifícios icônicos são reconhecidos pelos “arquitetos-estrela” da atualidade como precursores no uso midiático da arquitetura. Nesse sentido, Niemeyer soube antecipar a tendência pós-moderna de edifícios únicos e chamativos. A esquerda precisa quebrar o mito que existe em torno de Niemeyer e ver que sua arquitetura favoreceu mais aos donos do poder e do dinheiro do que aos trabalhadores, uma arquitetura reconhecida por seus palácios e museus, mais do que por obras de interesse social.

Um arquiteto que precisa ser mais conhecido pela esquerda é o João Filgueiras Lima (o Lelé)<sup>4</sup>, que produz hospitais e escolas públicas por meio de uma fábrica de componentes ligada ao Ministério da Saúde. Ele trabalhou com Niemeyer em Brasília, só que sua tarefa não era projetar os palácios, mas os alojamentos e refeitórios dos operários e engenheiros. Desde então, ele esteve muito preocupado com a pré-fabricação, com os custos de construção e com a qualidade humanizada do resultado. Ele e sua equipe produziram a incrível rede de hospitais Sarah e diversas escolas em várias cidades. Todo o estudo de pré-fabricação que realizam pensa nas condições de produção e montagem das peças pelos traba-

<sup>4</sup> João Filgueiras Lima: arquiteto brasileiro cuja obra é reconhecida especialmente pelo conjunto de projetos que desenvolveu junto à Rede Sarah de hospitais. A maior parte das obras dele encontra-se nos estados da região Nordeste do país e em Brasília, cuja construção acompanhou. (Nota da IHU On-Line)

lhadores - algumas vezes, organizados em cooperativas. Recentemente, sua fábrica foi combatida na justiça pelas empreiteiras que acusavam-na de obter resultados a muito baixo custo - ou seja, era um exemplo que questionava os ganhos fabulosos das construtoras e a má qualidade de suas obras. Por tudo isso, o Lelé é o maior arquiteto brasileiro da atualidade.

### IHU On-Line - E como você vê o impacto da arquitetura brasileira no mundo hoje?

**Pedro Arantes** - A arquitetura brasileira perdeu muita importância internacional desde o seu auge, em Brasília, até os dias de hoje. Os vinte anos de ditadura e depois do neoliberalismo produziram um impacto devastador na profissão. Multiplicaram-se as escolas de arquitetura privadas e de baixo nível, ampliou-se o mercado comercial para a profissão na mesma medida em que ela foi se retirando do debate público sobre os grandes temas do desenvolvimento urbano no país. Hoje os arquitetos são irrelevantes na decisão de rumos do país. Sequer são ouvidos - e, muitas vezes, nem merecem mesmo sê-lo.

Veja-se o caso do Minha Casa, Minha Vida<sup>5</sup>, o maior programa habitacional desde a ditadura, os arquitetos não abriram a boca, não se pronunciaram. O Instituto de Arquitetos do Brasil, as principais universidades, ninguém toma a frente para opinar sobre o pacote habitacional, para procurar melhorá-lo. O que sobra do reconhecimento internacional da arquitetura brasileira ainda é Niemeyer e agora Paulo Mendes da Rocha<sup>6</sup>, que ganhou

<sup>5</sup> Minha Casa, Minha Vida: programa habitacional do Governo Federal do Brasil que consiste no financiamento da habitação. O investimento do Governo é previsto em R\$ 34 bilhões e serão construídas 1 milhão de moradias. A parcela mínima do financiamento é de R\$ 50,00. Para participar do programa, as famílias devem ganhar até R\$ 4650,00. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Paulo Mendes da Rocha: arquiteto e urbanista brasileiro. Pertencente à geração de arquitetos modernistas. Assumiu, nas últimas décadas, uma posição de destaque na arquitetura brasileira contemporânea, tendo sido galardoado no ano de 2006 com o Prêmio Pritzker. É autor de projetos polêmicos e que constantemente dividem a crítica especializada, como o do Museu Brasileiro da Escultura e do pórtico localizado na Praça do Patriarca, ambos em São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

## “Os arquitetos-estrela são premiados justamente porque suas obras nunca disseram nada a respeito da nossa catástrofe urbana atual”

o Pritzker - mais um arquiteto de museus e obras de grife com um discurso humanista que não reflete o que faz. Paulo Mendes foi muito comemorado no exterior e seus discípulos de São Paulo conseguiram um espaço na mídia internacional por isso. Mas esse arquiteto está longe de refletir o que deveria ser a prática atual da arquitetura e do urbanismo no Brasil diante dos problemas que temos que enfrentar.

### IHU On-Line - Vemos que as favelas têm aumentado muito nas grandes cidades. Como pensar na arquitetura numa realidade como essa?

**Pedro Arantes** - Os arquitetos-estrela são premiados justamente porque suas obras nunca disseram nada a respeito da nossa catástrofe urbana atual - ao contrário, eles são os produtores das joias da coroa que querem reluzir a ponto de fazer com que esqueçamos o que se passa nas grandes cidades. Essas “estrelas” nunca irão iluminar o sombrio planeta de favelas que se tornou a urbanização na periferia do capitalismo. São outros arquitetos e atores sociais que estão envolvidos com a transformação dessa realidade, arquitetos que nunca foram premiados, trabalhando em órgãos públicos, assessorias técnicas, laboratórios universitários etc.

O problema da favela é complexo, e não existem respostas fáceis. As políticas de direita oscilaram entre dois pólos: o da remoção e o da regularização. No primeiro caso, foram removidas, sobretudo, favelas em áreas centrais e de interesse do mercado imobiliário, sendo as populações empurradas para as periferias, longe dos olhos das classes médias. No segundo, a titulação nas favelas não acompanhada de investimentos pesados em urbanização, saneamento, equipa-

mentos públicos e áreas de lazer se tornou uma bandeira milagrosa de resolver o problema apenas com uma solução jurídica e baixos investimentos. Esse foi o modelo do Banco Mundial aplicado com sucesso no Peru de Fujimori e que passou a ser exportado para todo o mundo: dar o título ao favelado para que ele tenha, na pequena propriedade, a base para se tornar um tomador de empréstimos e um pequeno empreendedor.

O que aconteceu é que se titularam áreas em situações inabitáveis, áreas de risco, áreas insalubres, consolidando e naturalizando a desigualdade social e fundiária, que é morar num barraco de favela. Uma política socialista para as cidades deve pensar a favela noutros termos: ela precisa receber investimentos pesados, é necessário abrir clarões para implantar equipamentos públicos e áreas de lazer, executar a infraestrutura com bons projetos e, sobretudo, a população que ali mora precisa ser ouvida, participar, discutir. Não dá para fazer intervenção por decreto, obras sem o envolvimento das comunidades só interessam às construtoras que descobriram na urbanização de favelas um filão lucrativo. É possível envolver os moradores na gestão dos recursos e na implementação da obra por meio de cooperativas locais que gerem renda para a população de-sempregada.

### IHU On-Line - Qual a sua visão de programas como o Minha Casa, Minha Vida, que pretende construir um milhão de moradias? Como ficam questões como saneamento e meio ambiente com esse tipo de programa?

**Pedro Arantes** - O Minha Casa, Minha Vida foi lançado no sétimo ano do governo Lula como uma forma de salvar o setor imobiliário habitacional que estava em crise já há alguns meses antes da crise mundial. As maiores empresas do setor imobiliário haviam aberto capital na bolsa alguns anos antes e estavam com um crescimento insustentável. A queda no valor das ações dessas empresas já era notada desde o início de 2008, e a crise mundial, deflagrada em outubro, poderia levar diversas delas à bancarrota. O governo acenou com a estatização das empresas pela Caixa, mas recuou e decidiu injetar 34 bilhões de recursos do tesouro em projetos di-

rigidos a uma faixa de renda mais baixa do que a que essas empresas atingiam, ao mesmo tempo salvando-as, mas orientando o mercado para produtos mais populares.

Na prática, o programa é uma privatização da política habitacional, pois é feito pelo sistema ofertista das empresas privadas que tomam fundos públicos e o FGTS para fazer o que querem - é o modelo do Banco Mundial, já aplicado no México e no Chile. Nesse sistema, o poder público não decide onde construir, não projeta, não licita - são as empresas privadas, em nome da sua eficiência e rapidez, que dizem onde e como querem construir, obedecendo a um parâmetro mínimo dado pelo governo (casas minúsculas de 32 metros quadrados de área útil e apartamentos com 35 metros quadrados). O resultado tem sido, na maioria dos casos, a produção de grandes conjuntos periféricos levando a uma expansão insustentável da mancha urbana, com problemas ambientais, de transporte e saneamento evidentes. Isso tem levado também ao aumento da especulação imobiliária e do preço da terra, pois o programa não favorece a aplicação de instrumentos de reforma urbana, e sim de mercado.

A maioria das prefeituras está de mãos atadas e tendo que aprovar qualquer projeto em seus municípios para atender a enorme demanda existente. Trata-se de um modelo insustentável e privatista de crescimento das cidades, fantasiado de política social. O que é inegável é que o nível de subsídio é enorme, mas temos que nos perguntar se ele irá beneficiar quem precisa e colaborar com cidades mais justas e melhores ou, ao contrário, irá estimular a mercantilização da cidade em níveis nunca vistos.

#### LEIA MAIS...

>> *Arquitetura ecológica: o Brasil ainda tem muito a aprender.* Entrevista com Erwin Rezelman, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 07-08-2009 e disponível em <http://migre.me/NKLL>

## Livro da Semana

GOMES, Pedro Gilberto.

*Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização* (São Paulo: Paulinas: 2009)

### A midiatização. Um novo modo de ser no mundo

POR ANTONIO FAUSTO NETO

No próximo dia 21 de junho, será lançado, na Unisinos, o livro *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização*, de autoria de Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor acadêmico da Unisinos e professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. O evento acontece na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, das 17h30min às 19h. Na ocasião, o próprio autor da obra debaterá com o público presente o tema em questão.

A convite da IHU On-Line, o professor Antonio Fausto Neto, do PPG em Comunicação da Unisinos, escreveu um breve comentário sobre o livro *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização*. Eis o artigo.

O texto ora editado e que resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq/Unisinos foca duas questões como ângulo central: na primeira, busca as raízes históricas de um fenômeno que o autor considera processual, a midiatização das práticas de religiosidades e que originalmente se denominou como "Igreja Eletrônica". E, na segunda, examina a questão da comunicação como problema para o campo religioso. O autor deixa logo claro que o que entende como problema não deve ser "algo embaraçoso para as igrejas, mas como um objeto que deva ser discutido, questionado e debatido".

A pesquisa traz um questionamento que é largamente refletido em suas partes, ao indagar se "as Igrejas viam os meios de comunicação e sua utilização na evangelização como objeto de estudo". Isto é, se a comunicação traz para elas interrogações e consequências para a qualidade e a forma de vivência religiosa dos fiéis hoje.

O texto reflete sobre esta reformulação em torno de dois subconjuntos temáticos. No primeiro, examina

o tema da Igreja Eletrônica, fazendo um exame do estado da arte, problematizando os conceitos envolvidos. O texto reflete sobre esta reformulação em torno de dois subconjuntos temáticos. No segundo, discute o tema da comunicação como problemática para o campo religioso. E, para tanto, analisa documentos de várias Igrejas Cristãs, visando detectar a compreensão que elas têm da importância que a comunicação apresenta para suas ações evangelizadoras.

Além da pesquisa, cuja metodologia se constitui numa contribuição primorosa para estudos que visam entender as processualidades complexas de práticas sociais que são afetadas pela midiatização, o livro destaca alguns resultados da investigação, os quais podem obrigatoriamente, desdobrar-se em novos objetos de estudos. Neles, constata que as Igrejas não se preocupam com a comunicação midiática uma vez que concebem os meios apenas como "dispositivos tecnológicos para potencializar o anúncio de sua mensagem ao mundo".

Os resultados são muito estimulantes uma vez que a pesquisa, ao se deslocar do lugar do diagnóstico para observações analíticas, lança novas conjecturas, o que chama de “olhando para o futuro”, e onde destaca a importância do debate teórico mais profundo acerca da midiatização. Para tanto, lança uma nova questão: “aceitar a midiatização como um novo modo de ser no mundo coloca-nos numa nova ambiência que, se bem tenha fundamento no processo desenvolvido até aqui, significa um salto qualitativo no modo de construir sentido social e pessoal”. Convite pertinente que pode repercutir sobre as futuras leituras e reflexões acerca da midiatização das práticas sociais.

São ideias que brotam de uma pesquisa séria, trazendo marcas de um diálogo amplo e cuidadoso com os atores dos caminhos e dos processos que a comunicação religiosa tem feito para se fazer entender.

#### LEIA MAIS...

>> Pedro Gilberto Gomes já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

\* *A tecnologia digital está colocando a humanidade num patamar distinto.* Entrevista publicada na revista *IHU On-Line* número 289, de 13-04-2009, disponível em <http://migre.me/OFin>

\* *O impacto da midiatização na sociedade latino-americana.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 31-08-2008, disponível em <http://migre.me/OFji>

\* *Processo de midiatização: da sociedade à Igreja.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 19-10-2007, disponível em <http://migre.me/OFky>

\* *A crise ética da comunicação nasce do impasse ético contemporâneo.* Entrevista publicada na revista *IHU On-Line* número 109, de 02-08-2004, disponível em <http://migre.me/OFoc>

>> Antônio Fausto Neto já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

\* *A midiatização e os governos latino-americanos.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 21-09-2009, disponível em <http://migre.me/OFDf>

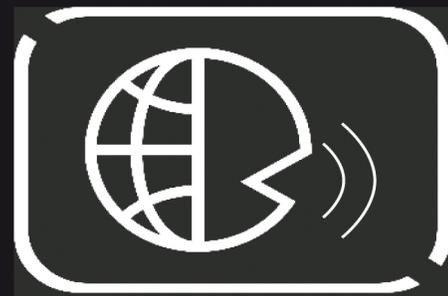
\* *“A midiatização produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim”.* Entrevista publicada na revista *IHU On-Line* do site do IHU, em 13-04-2009, disponível em <http://migre.me/OFJT>

\* *As relações entre mídia e política no espaço público.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 29-10-2006, disponível em <http://migre.me/OFFa>

\* *As estratégias midiáticas da religiosidade contemporânea.* Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* do site do IHU, em 22-05-2006, disponível em <http://migre.me/OFGH>

# SIGA O TWITTER DO IHU

[http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)



## A busca por milagres na *Matrix Tupiniquim*

POR DENIS GERSON SIMÕES\*

O Brasil de múltiplas qualidades e múltiplos problemas, um país enunciado, pelo senso comum e pela mídia, por suas belezas e alvejado por suas desigualdades. Um espaço onde a principal característica são os contrastes, seja dentro de visões positivas ou negativas. Na pura prática, é complicado ter juízo de valor ao observar uma estrutura complexa como a que compõe o Estado brasileiro, numa realidade de 510 anos de ocupação europeia e uma gigantesca herança cultural, que ultrapassa o imaginável pela sociedade.

Frente a este cenário, fechando o foco em elementos pontuais, como se isso fosse a solução de todas as problemáticas vigentes, destaca-se a questão do modelo de gestão do país, dicotomizando, muitas vezes, o tema dentro de dois termos: democracia e ditadura. Tudo se resumiria a escolha correta de um ou outro. No frígido das discussões, cai-se em inúmeros *clichês* argumentativos, sendo ressaltado, entre tantas, a ideia de *colocar ordem na casa*. Em meio a uma estrutura gigantesca, vislumbra-se um novo *Dom Sebastião*, lendário rei lusitano que viria salvar o povo, a guiar o país do futuro à ascensão. Mas ainda persiste a dúvida: por vias democráticas ou ditatoriais?

Aos críticos da vulnerabilidade de-

mocrática vem a clara imagem do *regime moderador* como maturidade de uma estrutura hierárquica bem definida, como projetos de país e uma forte repressão à violência. Há o constante retorno à ideia do revide da sociedade a punir os vândalos da ordem, a extirpar o mal pela raiz, possibilitando que o cidadão possa *consumir* livremente em uma realidade capitalista *abençoada por Deus* e justificada por ser parte da natureza humana. E em meio a tanto sofismo, vem a ironia do pensamento finalista: é através da ditadura que há a possibilidade do alcance, futuro, a uma plena democracia, depois de uma limpeza das camadas podres de uma população historicamente formada de europeus degredados, africanos explorados e indígenas desorientados. Argumentos tão sólidos quanto as vigas de um castelo de cartas.

O que se abstrai dessa discussão, no fim das contas, são indícios sobre a problemática estrutural desse grande conjunto de identidades e pluralidades chamado Brasil. Com foco no agente que empunha a *batuta* para guiar os rumos do país e na estrutura que este fará uso para isso, omite-se a necessidade de olhar o seio da própria população e buscar, antes de um modelo de governo, um projeto de nação, considerando os iguais como

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, com bolsa da CAPES, membro do Grupo de Pesquisa CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e licenciando em História pela UFRGS. E-mail: <denis@portal25.com>.

iguais e os diferentes como diferentes. Em outras palavras, pensa-se mais no cocheiro e nas amarras do veículo do que na estrada, na estrutura da carruagem e no que lhe traciona. Trata-se de uma tentativa de pluralizar os olhares sobre um arcabouço humano, que povoa a maior parte da América Latina, e que simplesmente é vista como *massa*. Igualmente, não se está buscando um salvador da pátria, (seja ele em forma de ditador, seja em estrutura democrática), mas sim procurando fracionar as responsabilidades.

E, ao pensar em dividir tarefas, decorrentemente, chega-se ao papel da própria sociedade a preparar seu espaço de ação. Em palavras diretas: evidencia-se a importância do cidadão na organização da *polis* contemporânea, não só na sua faceta de eleitor, mas como instrumento atuante e de mudança efetiva. Neste princípio, a democracia não pode partir de uma ditadura do legislativo a confabular com o executivo nacional, compondo *mensalões* e escondendo dinheiro em roupas de baixo; necessita sim é de uma comunidade que pensa o coletivo e não abdica de seu direito (e dever) de fazer a diferença. Pensar a democracia como designação mais pictórica do que prática, mantendo inevitavelmente uma ditadura das minorias instrumentalmente eleitas, é aceitar passivamente a existência de uma *Matrix do tupiniquim*, onde se vive na

ilusão da liberdade, que na realidade inevitavelmente é mediada, ou pelo homem, ou pelo capital, sem nada ser feito por parte dos *dominados*.

Chega-se, então, no difícil pensamento por alternativas ao modelo verticalmente implementado no de-

**“Aos críticos da vulnerabilidade democrática vem a clara imagem do regime moderador como maturidade de uma estrutura hierárquica bem definida, como projetos de país e uma forte repressão à violência”**

correr da história. Mesmo sem um câmbio de regime, havendo uma maior ação da sociedade civil frente às decisões do Estado já corresponderá a alterações sensíveis nos rumos da política, com efeitos de pressão sobre o executivo e legislativo. Sabendo que

mesmo em meio a mudanças há uma forte ação de preservação do *status quo* das lideranças, os agentes do Estado ficam constantemente rodeando não as novas alternativas, mas sim às já testadas e aprovadas pelas classes dominantes (a qual pertencem), na busca por apoiar-se em experiências que consolidem sua hegemonia. Em outro lado da *trincheira*, numa situação que chega a comicidade, a população homologa e apoia, em inúmeros casos, essa manutenção da posição de primazia intelectual dos *gerentes* das nações, acreditando que ainda ganharão *brioche*s dessa *monarquia*, enquanto nem pães têm. Em tempos de menor apatia social, esperar-se-ia uma ação oposta.

Volta-se, assim, constantemente, na aposta a esse dualismo de soluções, já testadas e conhecidas dentro da lógica capitalista, mas que, no fundo, exclui as maiorias do real processo decisório. Querendo ou não, as lideranças poderosas de seu tempo, nominadas com os mais distintos títulos, acabaram, seja com slogans democráticos, seja com autoritários, a manter a ditadura já apontada anteriormente, que é a das minorias a preservar sua posição privilegiada, que na atualidade está subjugada também a do capital. Relação semelhante pode-se fazer sobre com a mídia nacional. No decorrer dos fatos, a sociedade se depara com um cenário pouco esperançoso, mas igualmente provocativo a novas ações, com o intuito de alterá-lo.

**PPGCC UNISINOS**  
Especialização · Mestrado · Doutorado

Fone: (51) 3591.11.22  
Ramal 1356

*Para a Compreensão da Economia Política da Teledramaturgia*



NÚCLEO DE ANÁLISE DA  
**TELEDRAMATURGIA**

[www.grupocepos.net/nat](http://www.grupocepos.net/nat)

**Contatos:**

[nat@grupocepos.net](mailto:nat@grupocepos.net)

[Val.bri@terra.com.br](mailto:Val.bri@terra.com.br)

[Kalikoske@hotmail.com](mailto:Kalikoske@hotmail.com)

## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) de 08-5-2010 a 12-5-2010.



**Código Florestal: ‘Não dá mais para tratar a natureza como um modelo de negócio’**  
Entrevista com Carlos Alberto Scaramuzza, ecologista, superintendente da Ong WWF  
Confira nas **Notícias do Dia** de 08-06-2010

Disponível no link <http://migre.me/Nqaq>

A bancada ruralista na Câmara dos Deputados aposta que a discussão e votação do relatório do deputado Aldo Rebelo (PC-doB-SP), que modifica o Código Florestal, deva acontecer ainda este mês. Se for aprovado, o novo código também alterará a lei dos crimes ambientais.



**“Eu sou socialista. Serra, Dilma e Marina são capitalistas”**  
Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio, candidato à Presidência pelo PSOL  
Confira nas **Notícias do Dia** de 09-06-2010

Disponível no link <http://migre.me/Nqcf>

Aos 80 anos, Plínio de Arruda Sampaio é candidato à presidência da República. Ele apresenta suas ideias, avalia sua saída do PT e a política de esquerda atual no Brasil.



**Biopoder e educação**

Entrevista com Rejane Ramos Klein, pedagoga, professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Antônio Bemfica Filho, em São Leopoldo (RS)

Leopoldo (RS)

Confira nas **Notícias do Dia** de 10-06-2010

Disponível no link <http://migre.me/NqjR>

O Conselho Nacional de Educação lançou uma proposta que prevê que, nos três primeiros anos escolares, não haja reprovação. Mesmo que o projeto não tenha sido homologado ainda, gerou um grande debate em torno do tema.



**Anonimato na Internet: ‘absolutamente necessário’**

Entrevista com Fernanda Bruno, doutora em Comunicação, professora da UFRJ

Confira nas **Notícias do Dia** de 12-06-2010

“A discussão sobre a legitimidade do anonimato em esferas ou espaços públicos não é um privilégio da atualidade e marcou calorosas disputas na modernidade”, diz a pesquisadora. Para ele, o anonimato é absolutamente necessário para indivíduos e grupos que vivem em regimes totalitários ou sob censura.

**Leia as Notícias do Dia  
no sítio do IHU  
[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# C.

## IHU em Revista

# **XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL O (DES)GOVERNO DA VIDA HUMANA**

**13 a 16 de setembro de 2010**

Informações e inscrições: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

ou Central de Relacionamento Unisinos - (51) 3591 1122

Local: Unisinos • Anfiteatro Pe. Werner • Av. Unisinos, 950 • São Leopoldo • RS

# UNHU: O NO BIOPOLÍTICO NA

Apoio:



Promoção:



# Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.  
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

<b>Dia 17/6/2010</b>
<p>Evento: Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana Palestrante: Prof. Dr. Paulo Cesar Duque Estrada - PUC-Rio Tema: Derrida e o pensamento da desconstrução Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h</p>
<p>Evento: IHU ideias Palestrantes: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues - Unisinos Tema: Conquista recuperada e liberdade restituída: a expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão (1759). Pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30min às 19h</p>
<b>Dia 19/6/2010</b>
<p>Evento: Escola de Formação Fé, Política e Trabalho - 2010 Palestrante: Prof. MS Lucas Henrique da Luz - Unisinos Tema: Contexto cultural na pós-modernidade na sociedade capitalista Horário: 08h30min Local: Centro Diocesano de Formação Pastoral, Rua Emílio Ataliba Finger, 685 - Bairro Colina Sorriso, Caxias do Sul, RS</p>
<b>Dia 20/6/2010</b>
<p>Evento: Escola de Formação Fé, Política e Trabalho - 2010 Palestrante: Profa. Dra. Marilene Maia - Unisinos Tema: Democracia participativa: políticas públicas e sociais, espaços de participação e controle social Horário: 14h Local: Centro Diocesano de Formação Pastoral, Rua Emílio Ataliba Finger, 685 - Bairro Colina Sorriso, Caxias do Sul, RS</p>
<b>Dia 21/6/2010</b>
<p>Evento: Sala de Leitura Palestrante: Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes - Unisinos Tema: Lançamento do Livro Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30min às 19h Eventos de parceiros do IHU</p>

## SEMINÁRIO JOGUE ROAYVU: HISTÓRIA E HISTÓRIAS DOS GUARANI

DATA DE INÍCIO: 12/08/2010 DATA DE TÉRMINO: 14/10/2010

INFORMAÇÕES EM [WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)

# Notas

## Abertas inscrições para comunicações no XI Simpósio Internacional IHU

Estão abertas as inscrições para apresentação de comunicações científicas e pôsteres no XI Simpósio Internacional IHU: **O (des)governo biopolítico da vida humana**. O prazo vai até 30 de junho, e a divulgação dos trabalhos escolhidos acontecerá em 31 de julho. Pesquisadores das áreas de Filosofia, Direito, Ciências Sociais e Políticas, História, Teologia, Antropologia, Bioética, Educação, Psicologia, Saúde Coletiva e áreas afins podem se inscrever. Para maiores detalhes, acesse <http://migre.me/OKiw>. O XI Simpósio Internacional IHU realizar-se-á nos dias 13 a 16 de setembro, na Unisinos.



## XII Simpósio Internacional IHU abre inscrições para apresentação de trabalhos

Estão abertas as inscrições para apresentação de comunicações científicas e pôsteres no XII Simpósio Internacional IHU - **A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**, que acontece de 25 a 28 de outubro. Os interessados devem acessar <http://migre.me/OKrM> e enviar seus trabalhos até 30 de julho. A divulgação dos trabalhos aceitos será feita em 30 de agosto. Pesquisadores das áreas de História, Educação, Arquitetura, Arqueologia, Antropologia, Filosofia, Ciências Sociais, Direito, Teologia, e outras afins podem se inscrever.



## ObservaSinós debate políticas públicas do Vale

O Observatório de Indicadores do Vale do Rio dos Sinos é um projeto do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Seu objetivo é reunir, analisar e publicizar os dados da realidade, promovendo o debate sobre o seu impacto nas políticas públicas implementadas na região pelas notícias semanais de análises.

Confira a seguir as matérias produzidas pelo Observatório dos Indicadores da Realidade e Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos, publicadas no sítio do IHU.

- Emprego formal cresceu 2,19% no Vale do Rio dos Sinos, em 2009. Publicada em 17-4-2010, e disponível no link <http://migre.me/C3Hh>;
- Emprego no Vale do Sinos tem o melhor desempenho dos últimos 14 anos. Publicada em 24-4-2010. Acesse em <http://migre.me/C3IP>;
- O perfil dos trabalhadores do Vale do Sinos. Publicada em 4-5-2010 e disponível em <http://migre.me/C5IH>.
- Índice de pobreza e indigência no Vale dos Sinos: a caminho dos Objetivos do Milênio. Publicada em 22-5-2010 e disponível em <http://migre.me/HUX6>.
- Vale dos Sinos dificilmente alcançará redução da mortalidade infantil em 2015. Publicada em 12-6-2010 e disponível em <http://migre.me/ONJK>

# Eventos

## Derrida e o pensamento da desconstrução

Partindo da filosofia de Jacques Derrida, Paulo César Duque Estrada debate a questão do sujeito, e explica que a desconstrução é o pensamento que busca a origem e os limites para a pergunta “o que é?”

POR MÁRCIA JUNGES

**D**e acordo com Paulo César Duque Estrada, “a desconstrução consiste em um pensamento sempre comprometido em pensar a origem e os limites da questão ‘o que é?’”. E completa: “A desconstrução nos convida a realizar a heterogeneidade que habita toda identidade”. Recuperando ideias de Jacques Derrida, acentua que, para esse filósofo, “nada existe em si mesmo, ‘enquanto tal’, como um átomo indivisível anterior às referências que possam ser feitas a ele”. As afirmações fazem parte da entrevista a seguir, concedida, por e-mail, à IHU On-Line.

Duque Estrada é o conferencista de 17-06-2010 do Ciclo de Estudos Filosofias da Diferença - Pré-Evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana, com o tema Derrida e o pensamento da desconstrução. A programação completa do evento pode ser conferida em <http://migre.me/OK1L>. A apresentação será feita a partir de uma problemática específica, a questão do sujeito, ou seja, como fica o sujeito no pensamento de Derrida, qual o seu lugar, se é que ele tem algum ou, antes, se ele foi ultrapassado, eliminado. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre e doutor em Filosofia. O mestrado foi realizado na PUC-Rio, e o doutorado no Boston College, nos Estados Unidos. É pós-doutor pela New School for Social Research, também nos EUA. Atualmente, leciona no departamento de Filosofia da PUC-Rio e é pró-reitor de pós-graduação e pesquisa dessa instituição. Organizou as obras *Espectros de Derrida* (Rio de Janeiro: NAU/PUC-Rio, 2008), *Desconstrução e Ética: ecos de Jacques Derrida* (São Paulo: Loyola/PUC-Rio, 2004) e *Às Margens: a propósito de Derrida* (São Paulo: Loyola, 2002). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que aspectos o pensamento de Derrida<sup>1</sup> é uma filosofia da diferença?**

**Paulo César Duque Estrada - O tema**

<sup>1</sup> Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/s8bA>. (Nota da IHU On-Line)

da diferença em Derrida encontra-se intimamente relacionado à sua tentativa de viabilizar um pensamento para além de uma grande ilusão que ele chama, com um termo genérico, de “metafísica da presença”. Trata-se, na verdade, de um pressuposto - metafísico por excelência, mas que não comanda apenas os discursos filosóficos - em relação ao qual Derrida nos convida a problematizar. Numa palavra, o pressuposto ilusório de um significado existindo em si mesmo, independentemente da rede referencial de significantes que venha a se referir a ele. Como se o significado pré-exis-

tisse à referência que um determinado discurso venha a fazer a ele. O tema da diferença encontra aqui a sua raiz. Segundo Derrida, nada existe em si mesmo, “enquanto tal”, como um átomo indivisível anterior às referências que possam ser feitas a ele.

**IHU On-Line - O que podemos compreender por pensamento da desconstrução?**

**Paulo César Duque Estrada -** Seguramente não se trata de um método, o “método desconstrutivo” como às vezes se ouve. Não se trata também de uma teoria previamente construída sobre o

ser, as coisas em geral, o homem, a razão, a história etc. O trabalho de pensamento, quando se fala em “pensamento da desconstrução”, nada tem a ver com a subordinação do que é pensado a uma teoria prévia. Trata-se, antes, de um trabalho de pensamento que procura investigar os limites de toda teorização e, portanto, de toda pretensão de totalização que se encontra operante em um discurso. O próprio Derrida diz em algum lugar que a desconstrução consiste em um pensamento sempre comprometido em pensar a origem e os limites da questão “o que é?”.

**IHU On-Line - Por que você considera ético o pensamento desse filósofo?**

**Paulo César Duque Estrada** - Antes de mais nada, uma observação sobre a palavra “ética”. Em relação ao pensamento de Derrida, ele tem um emprego muito específico, e o próprio Derrida deixa em aberto se, posteriormente, se deveria buscar alguma outra palavra para substituí-la. De qualquer modo, a palavra “ética” que pode qualificar o pensamento derridiano aponta para o fato absolutamente originário da abertura ao outro. Isto já se pode entender desde os textos considerados mais teóricos como *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973) por exemplo; algo que eu antecipei na resposta à primeira pergunta: nada existe que não seja em relação, no âmbito de uma estrutura referencial, etc. “Ética” se refere aqui a esta radical abertura ao outro. Coloco o termo entre aspas porque, de fato, esta abertura ao outro diz respeito a tudo, não se limitando, portanto, ao homem. De qualquer modo, por se caracterizar como um pensamento comprometido com uma vigilância, que se quer permanente e incondicional, contra as inumeráveis formas de denegação desta abertura ao outro, ou ao que é outro ou de outra ordem, pode-se lançar mão da palavra “ética”, contanto que se deixe claro o sentido específico de seu emprego aqui.

**IHU On-Line - Pode-se falar de uma “virada ética” em seus escritos, por quê?**

**Paulo César Duque Estrada** - Como disse acima, por ser atravessado, des-

**“Ética se refere aqui a esta radical abertura ao outro. Coloco o termo entre aspas porque, de fato, esta abertura ao outro diz respeito a tudo, não se limitando, portanto, ao homem”**

de o início, pela experiência da alteridade, isto é, da abertura de tudo ao que é outro, o pensamento de Derrida é, desde o seu início, marcado por uma atitude, uma postura, que poderíamos entender como sendo da ordem de uma ética radical, se podemos dizer assim. A chamada “virada ética” pode, contudo, cumprir uma função pedagógica quando se pretende buscar uma visão de conjunto da obra de Derrida já que, num determinado momento, os seus textos passam, com mais frequência, a se voltar para temas mais rapidamente reconhecidos como de natureza ético-política; por exemplo, o feminismo, a pena de morte, o direito internacional, o colonialismo, a globalização, o racismo, a Universidade etc. Todos estes temas são, no entanto, tratados em absoluta conformidade com o que se lê nos seus textos considerados mais teóricos.

**IHU On-Line - E o que seria uma ética da desconstrução?**

**Paulo César Duque Estrada** - Não existe uma teoria ética da desconstrução previamente construída. A “ética da desconstrução” só existe como um procedimento, uma postura de pensamento comprometida em responder às investidas dogmáticas de toda ordem que excluem ou impedem a experiência do outro que, como uma sombra, acompanha os discursos do “mestre” ou do “colono”, das mais refinadas hermenêuticas ou da brutalidade pura e simples, a sugerir, com a fragilidade de um silencioso “talvez”, que tudo poderia ser de outra ordem.

**IHU On-Line - Em que sentido este tipo de pensamento é característico da pós-modernidade?**

**Paulo César Duque Estrada** - Derrida nunca aceitou o selo de filósofo “pós-moderno”. Contudo, se, por pós-moderno, entendemos a retirada de cena de qualquer fundamento como centro do pensamento, como, por exemplo “o sujeito”, que será o ponto de referência da minha apresentação, então, nesse caso, a desconstrução estaria dentro de uma configuração pós-moderna. Se, contudo, o termo “pós-moderno” apontar para uma ideia de que algo ficou em definitivo para trás, superado, terminado, liquidado, então o termo nada tem a ver com a desconstrução.

**IHU On-Line - De que forma a desconstrução funciona como um encorajamento à pluralidade e à alteridade?**

**Paulo César Duque Estrada** - Derrida não é um filósofo da pluralidade. Pluralidade significa uma coexistência de inúmeras unidades atômicas, auto-identificadas, configurando o que ele mesmo chamou de inumeráveis células narcísicas. A própria ideia de alteridade impede que se pense desta forma. Se não existe o simples, o indivizível, o “enquanto tal”, é porque tudo, radicalmente tudo, só existe na relação com o outro. Isto significa que toda identidade é diferente de si mesma; uma cultura, uma pessoa, uma língua, uma identidade de qualquer tipo, é sempre e já diferente de si mesma. Neste sentido, Derrida não é um filósofo da pluralidade, mas sim da heterogeneidade. O termo “alteridade” vai de par com a heterogeneidade, e não com a pluralidade que, em verdade, insiste numa proliferação de estruturas fixas e auto-identificadas. A desconstrução nos convida a realizar a heterogeneidade que habita toda identidade. Trata-se, portanto, de uma defesa da heterogeneidade, não da pluralidade.

**IHU On-Line - Nesse sentido, qual é a influência de Lévinas na obra de Derrida?**

**Paulo César Duque Estrada** - Lévi-

nas<sup>2</sup> constrói, principalmente através de uma longa meditação sobre Heidegger<sup>3</sup>, um caminho de afastamento da ontologia, fundada por uma lógica do “mesmo”, para a ética, que seria fundada pela lógica do “outro”. Permite-me, quanto a isto, fazer uma referência ao meu artigo “A questão da alteridade na recepção levinasiana de Heidegger” - Veritas. Porto Alegre. Vol. 51, n.2, 2006. Este movimento do pensamento levinasiano teve um importante impacto no pensamento de Derrida que, dentre outras coisas, irá radicalizar a experiência levinasiana da alteridade, estendendo-a ao “estar em relação com” em geral.

2 Emmanuel Lévinas (1906-1995): filósofo e comentador talmúdico lituano, naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, conferir a edição número 277 da IHU On-Line, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro*, disponível para download em <http://migre.me/Dsy6>. (Nota da IHU On-Line)

3 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNty>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU Em Formação* intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

## A expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues considera que a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, afetou de forma direta a um número importante de pessoas, instituições e bens móveis e imóveis e, indiretamente, a todas as instâncias da monarquia portuguesa

POR PATRICIA FACHIN

**D**ia 17 de junho acontece a palestra “Conquista recuperada e liberdade restituída: a expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão (1759)”. O Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues, da Unisinos, falará sobre o tema. A atividade é um pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira, que será realizado na Unisinos, de 25 a 28 de outubro deste ano.

Para adiantar o tema aos leitores da IHU On-Line, entrevistamos por e-mail o professor Luiz Fernando, que explica que o atentado ao rei D. José I “inseriu-se na escalada antijesuítica que, de certa forma, teve o seu maior conflito com a aplicação do Tratado de Madrid (1750) no sul da América Portuguesa, onde os jesuítas espanhóis mantinham as suas reduções com os índios guarani, e em 1755, após o terremoto que destruiu Lisboa, com os vaticínios do P. Gabriel Malagrida. Neste sentido, entendeu-se que o atentado ao rei fora fruto de uma aliança entre a nobreza ressentida e os jesuítas”. (...) Ao contextualizar historicamente o episódio da expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão, Luiz Fernando Rodrigues esclarece que “D. José I e Sebastião José acreditavam que, esmagando a força dos jesuítas, estariam eliminando o principal entrave político interno para um maior controle da economia por parte do Estado, o que possibilitaria a formação de forças políticas mais racionais de fomento manufatureiro. E o Grão-Pará era peça central nesta nova política de fomento. Daí que o extermínio dos jesuítas propiciaria o estabelecimento de um controle do Estado sobre todos os aspectos da sociedade civil, permitindo a construção de uma sociedade cujas atitudes sociais futuras seriam mais adequadas com a visão que Sebastião José tinha das Luzes do século XVIII”. E declara: “as relações político-econômicas entre a América Luso-espanhola e a Europa foram essencialmente marcadas pela ação dos jesuítas”.

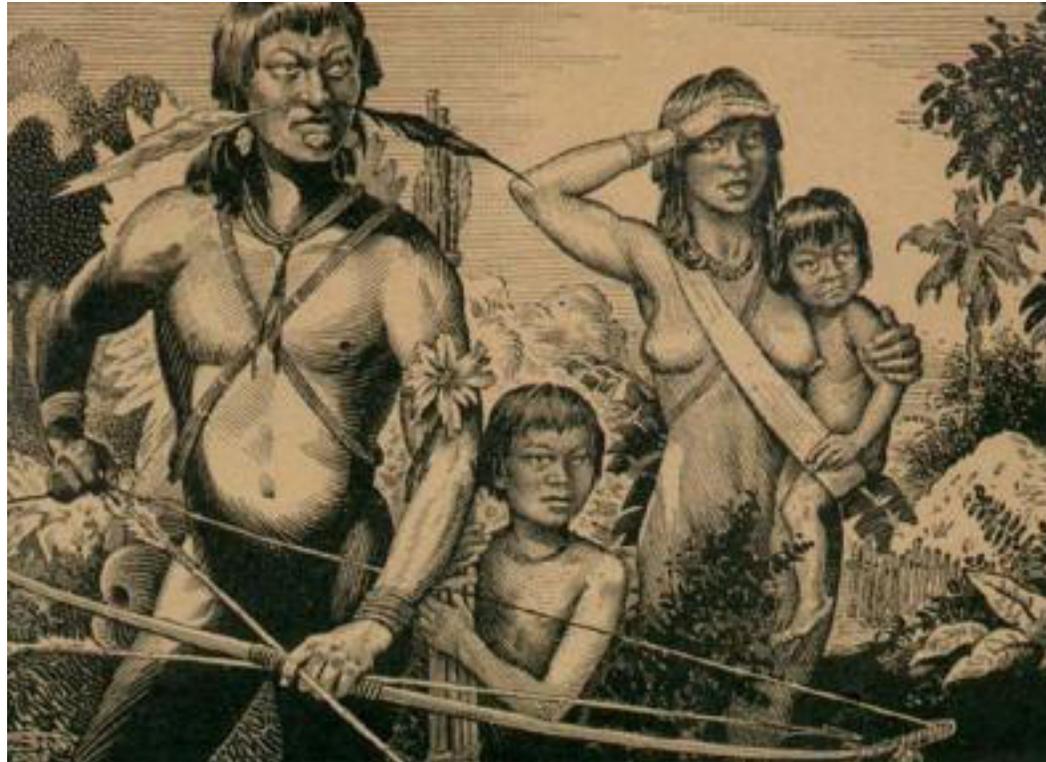
Professor do PPG em História da Unisinos, Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, SJ, voltou recentemente à universidade, após 23 anos de vida e trabalho em Roma. Ele é o atual curador adjunto do Memorial Jesuíta. Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma, Itália, seus temas de pesquisa são missões e congregações religiosas na América Colonial; fontes missionárias e história indígena na Amazônia; crônicas e cronistas coloniais; e historiografia colonial. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - O senhor pode contextualizar o momento histórico em que ocorre o episódio da expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão, em 1759?**

**Luiz Fernando Rodrigues** - Ao subir ao trono em 1750, D. José I aliou-se a alguns segmentos da sociedade portuguesa interessados em promover tanto a reforma do Estado quanto da própria sociedade portuguesa. O processo reformador que então se iniciou iria convulsionar o reino Português e suas colônias até a sua morte, em 1777. O conjunto destas ações reformistas foi concebido no gabinete de seu ministro de estado da guerra e dos negócios estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo. Em linhas gerais, as ações deflagradas por Sebastião José buscavam, conforme o espírito do assim chamado século das luzes, implantar no reino português modelos econômicos e políticos já desenvolvidos tanto na Inglaterra quanto na Áustria e, através deles, resolver os problemas estruturais de Portugal.

### **Uma situação crítica para o reino português**

Para se entender o alcance e a urgência da implantação destas reformas, deve-se ter presente que o tratado de Methuen - assim denominado, em honra do seu negociador britânico, John Methuen -, celebrado entre Portugal e Inglaterra em 1703, inseria Portugal no contexto da reordenação da ordem da política internacional da época. Neste sentido, a Inglaterra capitalizava a sua economia e isolava politicamente a França e a Espanha, no quadro da guerra de sucessão espanhola. Ora, as consequências da aplicação deste tratado geraram uma situação - que podemos definir - crítica para o reino português, tanto para a metrópole quanto para suas colônias. Inglaterra e Portugal comprometiam-se numa aliança ofensiva e defensiva e estabeleciam um acordo econômico. No conflito europeu, Portugal aliava-se com a Inglaterra; no acordo econômico, a Inglaterra conquistava o mercado português e consolidava a sua indústria, principalmente através do mono-



pólio dos tecidos ingleses em Portugal, isentando-os de impostos, em troca da exclusividade da importação dos vinhos portugueses. A balança comercial era claramente favorável aos ingleses porque o volume do consumo dos manufaturados ingleses em Portugal era muito superior ao do vinho português importado pela Inglaterra, ainda mais, tendo um preço favorável, tendo em vista a popularização da produção. A consequência foi a desestimulação do inteiro setor manufatureiro lusitano, inibindo qualquer iniciativa no sentido de substituição das importações britânicas. Mesmo sem exagerar as vantagens concedidas à Inglaterra, o tratado de Methuen representou, até o reinado de D. José I, o desdramatamento de uma política de subordinação da economia lusitana a grupos estrangeiros. Para Portugal, o período sucessivo a sua independência (1640) trouxera consigo graves problemas financeiros e uma guerra com a Holanda pela reconquista das áreas colônias, além do colapso do estado da Índia. De consequência, a parceria com nações estrangeiras, especialmente com a Inglaterra, representava a possibilidade de superação das graves limitações na disponibilidade de capitais. Era

a extrema tentativa de dar um novo respiro ao mercantilismo português, tendo em vista as dificuldades de Portugal financiar a sua máquina estatal - burocrática e não ao passo com as necessidades que os tempos exigiam -, administrativa e militar de um império colonial que começava a sofrer a concorrência das nações hostis.

### **Fortalecer o poder real**

Sebastião José fora diplomata em Londres e Viena e teve contato com vários intelectuais iluministas, tornando-se um ardente defensor das ideias de modernização do Estado português. Uma vez membro do gabinete do monarca, passou a aplicar com obstinado rigor e intransigência os princípios da economia e da política ilustrados, de forma nem sempre harmoniosa, convivendo com a arbitrariedade e o terror. Basicamente, tratava-se de fortalecer o poder real a fim de torná-lo de fato o executor de uma política capaz de capitalizar os setores produtivos, e propiciar o desenvolvimento manufatureiro, terminando com a fragmentação e o loteamento do aparelho do Estado. Carvalho e Melo pretendia que suas ações de poder fossem norteadas pela razão humana, ca-

paz de tudo ordenar, inclusive a organização do Estado e da sociedade. Razão que deveria ser interpretada de forma ideal pela figura do soberano. Assim, contra o poder da razão ilustrada, qualquer outra força seria desagregadora e, portanto, desprovida de toda e qualquer legitimidade. Eram estes “interesses nacionais”, racionalmente entendidos, que deveriam nortear toda ação política e, de consequência, também econômica e social.

### Um atentado ao rei

É óbvio que semelhantes impostações de governo facilmente gerariam tensões e descontentamentos, sobretudo nos setores mais tradicionais da sociedade portuguesa, tanto leiga quanto religiosa. Sebastião José não exitará opor-se, até mesmo com o uso da violência, os setores mais tradicionais da sociedade lusitana no sentido de erradicar qualquer força política que pudesse colocar entraves ao alcance dos seus objetivos reformadores.

O motivo para uma ação definitiva advirá de uma estranha tentativa de assassinato do rei D. José I. Em setembro de 1758, quando o rei voltava da casa de sua amante, a esposa do marquês de Távora, sua carruagem foi alvejada. Ferido, o monarca recolheu-se, e a rainha assumiu como regente. As investigações, durante o mês de dezembro, apontaram os membros da alta nobreza, os quais foram imediatamente presos; entre eles os integrantes da família dos Távoras (o número total de prisioneiros chegou a mais de mil, a maioria dos quais jamais foi julgada formalmente). Em 12 de janeiro de 1759, o duque de Aveiro e diversos membros da família dos Távoras foram condenados à morte.

O atentado ao rei inseriu-se na escalada antijesuítica que, de certa forma, teve o seu maior conflito com a aplicação do Tratado de Madrid (1750) no sul da América Portuguesa, onde os jesuítas espanhóis mantinham as suas reduções com os índios guarani, e em 1755, após o terremoto que destruiu Lisboa, com os vaticínios do P. Gabriel Malagrida. Neste sentido, entendeu-se que o atentado ao rei fora fruto de uma aliança entre a nobreza ressentida e os

## “O norte do Brasil, em especial a região amazônica, sempre fora teatro de acirrada disputa entre colonos e religiosos, sobretudo jesuítas, acerca da liberdade dos índios e da mão-de-obra compulsória dos mesmos”

jesuítas. As confissões sob tortura dos supostos implicados na conspiração reuniram o P. Malagrida e os jesuítas no atentado de regicídio. Malagrida fora missionário na Vice-Província do Grão Pará e Maranhão, onde o irmão de Sebastião José, Francisco Xavier de Mendonça Furtado era governador e acusava os jesuítas de contínuas violações e abusos. O processo contra o P. Malagrida, como réu de lesa-majestade, acusado de cumplicidade da tentativa de regicídio e autor principal do atentado, foi o fio condutor para uma ação definitiva de Sebastião José para eliminar os principais opositores, entre eles, a Companhia de Jesus. D. José I e Sebastião José acreditavam que, esmagando a força dos jesuítas, estariam eliminando o principal entrave político interno para um maior controle da economia por parte do Estado, o que possibilitaria a formação de forças políticas mais racionais de fomento manufatureiro. E o Grão-Pará era peça central nesta nova política de fomento. Daí que o extermínio dos jesuítas propiciaria o estabelecimento de um controle do Estado sobre todos os aspectos da sociedade civil, permitindo a construção de uma sociedade cujas atitudes sociais futuras seriam mais adequadas com a visão que Sebastião José tinha das Luzes do século XVIII.

IHU On-Line - O que era a Compa-

nhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e como ela influenciava nas missões?

**Luiz Fernando Rodrigues** - No esforço de reorganização administrativa do império português, durante o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, um dos objetivos principais era a nacionalização do comércio externo português de estímulo à produção e à industrialização manufatureira no reino e da exploração racional das colônias. Esta fase também correspondeu a uma nova gestão no Estado do Maranhão e do Grão-Pará, o qual passou a constituir, em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo como governador o meio irmão de Carvalho, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O norte do Brasil, em especial a região amazônica sempre fora teatro de acirrada disputa entre colonos e religiosos, sobretudo jesuítas, acerca da liberdade dos índios e da mão-de-obra compulsória dos mesmos. Como desdobramento das suas Instruções Régias Públicas e Secretas, Francisco Xavier recebera dois importantes vetores para a sua ação de governo: promover a secularização da administração das aldeias e a declaração da “liberdade” dos índios, com a consequente supressão do poder temporal dos religiosos e a criação de uma companhia geral de comércio para o Grão-Pará. As instruções secretas tratavam sobre os fundamentos a serem seguidos pelo governador ao longo do seu governo. Além da preocupação pela ocupação efetiva do território e também deveria ocupar-se com a sua defesa. Estas duas linhas de governo faziam emergir três questões indissociáveis: a “liberdade dos índios”, a abolição do governo temporal das aldeias dos missionários; e o incentivo à produção e ao comércio da capitania. É no âmbito do fomento ao comércio que se concebe a criação de uma Companhia de Comércio. Segundo as cartas informativas de Francisco Xavier para o rei, os colonos necessitavam dispor de grandes capitais para a importação da escravatura africana, capitais estes que não dispunham. Assim, em 1754, o governador propôs ao monarca a instituição de uma companhia geral de comércio nacional<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Esta companhia foi a primeira das quatro

## A introdução de escravos negros

Francisco Xavier cogitava uma companhia para a introdução dos escravos negros no Grão-Pará e Maranhão e, num futuro não muito distante, para abastecer de escravos também as minas de Mato Grosso. Era opinião geral que a introdução de escravos negros, aliás, ideia proposta pelo P. Antônio Vieira, prevista no Regimento das Missões de 1680, não fora suficiente para abastecer as necessidades da colônia; muito embora os colonos do Grão-Pará temessem os altos preços das “peças” vindas da África. Mendonça Furtado imaginava que a introdução de negros no mercado resolveria o crucial problema da escassez de mão-de-obra no Grão-Pará, e mudaria definitivamente a situação dos índios, assegurando-lhes liberdade e plena integração no sistema econômico-social da região. Segundo a sua análise, assim sucedera na Brasil, no século XVI. A introdução do africano como mão-de-obra meteria em movimento todo o sistema econômico: os colonos fariam os seus engenhos, enriqueceriam, e poderiam pagar mais dízimos ao monarca. E a capitania, finalmente, poderia ter os recursos necessários para construir as fortalezas necessárias ao longo da linha divisória com os espanhóis. Desta forma, a Companhia passou a ser concebida não apenas para a importação e a introdução da mão-de-obra africana

---

grandes companhias de comércio criadas pelo gabinete pombalino. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão terá os seus estatutos publicados em Lisboa, a 6 de junho de 1755, e confirmados com o alvará de 7 de junho do mesmo anos. Instituição da Companhia geral do Grão-Pará, e Maranhão, na «Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor. Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do senhor Rey D. Joaão o V. do anno de 1749». Tomo I. Lisboa: na oficina de Miguel Rodrigues Galhardo, 1771, ff. 121r-129v (BNL, Reservados, cod. 453). O melhor trabalho escrito sobre esta Companhia de Comércio ainda é a tese de Manuel Nunes Dias, “Fomento ultramarino e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”, publicada em 14 artigos na Revista de História de São Paulo, dos vols. 66 (1966) a 84 (1970). Depois republicada com o título de Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). «Coleção Amazônia, Série José Verissimo», 2 vols., [Belém do Pará], Univ. Federal do Pará, 1970. (Nota do entrevistado)



no Grão-Pará, mas também como um empreendimento comercial que deveria envolver todos os setores produtivos da colônia e da metrópole; e como tal, deveria atuar tanto no desenvolvimento da produção colonial por parte dos colonos quanto no processo de nacionalização do comércio português, concorrendo com os produtos e ações das companhias estrangeiras.

### A Companhia de Comércio e o papel para o Brasil

No que diz respeito à integração da criação da companhia no projeto de administração de Sebastião José, o ministro do rei articulou a fundação da Companhia de Comércio com a introdução dos negros no Grão-Pará, com a taxação das côngruas dos religiosos e com a liberdade dos índios, a fim de atuarem na mesma direção. Desta maneira, ao mesmo tempo em que se criava uma companhia para fomentar o comércio, retirava-se dos religiosos o controle que exerciam sobre a

mão-de-obra indígena e sobre o próprio comércio, entregando-o a civis, revertendo tudo isto em benefícios para a coroa e provocando um círculo virtuoso na economia tanto local quanto mercantil do Atlântico Sul. A companhia foi fundada em 1755, com o poder de monopólio estabelecido em um prazo de vinte anos. Sua estrutura não é muito diferente das demais companhias de comércio da época, com acionistas e corpo administrativo. Todavia, teve um caráter fortemente estatal por força do “Alvará Secreto” de 1757 no qual a Companhia incorporou poderes governamentais. Além disso, como geralmente acontece com o estabelecimento de monopólios, a ação e a corrupção na gerência local da Companhia de Comércio geraram protestos por parte dos colonos. Além disto, na sua ação externa, a Companhia não conseguiu impedir a concorrência na África. Concluindo, creio poder afirmar que entre os historiadores não há um consenso sobre o efetivo papel da Companhia de Comércio no

desenvolvimento do norte do Brasil e da sua eficiência no comércio transatlântico.

**IHU On-Line - O que provocou a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão?**

**Luiz Fernando Rodrigues** - A expulsão dos Jesuítas da América portuguesa em 1759 afetou de forma direta a um número importante de pessoas, instituições e bens móveis e imóveis e, indiretamente, a todas as instâncias da monarquia portuguesa, tendo a ver com a política regalista de D. José I, encabeçada no reino pelo seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, e no Grão-Pará, pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. As causas forma múltiplas e interligadas. Aos 3 de setembro de 1759, D. José I, rei de Portugal, proclamava a lei de extermínio, proscricção e expulsão dos seus reinos e domínios ultramarinos dos regulares da Companhia de Jesus, com o imediato sequestro geral das suas casas e bens. O rei declarava os jesuítas, incorridos no seu desagrado e, portanto, «Notorios Rebeldes, Traidores, Adversarios, e Aggressores»<sup>2</sup>. Para os jesuítas do Pará e Maranhão, tratava-se de um clamoroso ato da monarquia que significava um trágico desfecho, numa longa série de atritos entre os religiosos da Vice-Província do Grão-Pará e Maranhão, o bispo do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões, O.P., e o governador Francisco Xavier, a respeito do empenho dos jesuítas para proteger os índios, mantendo-os apartados da sociedade colonial, e a exigência dos colonos de desfrutar sem restrições o trabalho indígena, num processo de integração e domínio territorial da Amazônia portuguesa e de fomento comercial com a metrópole. Como pano de fundo, pode-se individuar uma causa fundamental: a “liberdade” dos índios como condição *sine*

<sup>2</sup> Cf. «Ley por que Vossa Magestade he servido exterminar, proscrever, e mandar expulsar dos seus Reinos, e Dominios os Regulares da Companhia de Jesu, e prohibir que com elles se temnham qualquer communicacão verbal, ou por escrito [...] Palacio de Noffa Senhora da Ajuda, 3 de setembro de 1759», in *Collecção de Leis, Decretos, e Alvarás, ordens regias e editaes, que se publicarão deste o anno de 1759 até 1764*. Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1959-1764, ff. 3r. (Nota do entrevistado)

**“Os religiosos em geral, e os jesuítas em particular, eram constantemente acusados pelos colonos e pelas autoridades locais de se aproveitarem da sua condição de missionários para extrapolar as suas funções espirituais e monopolizarem os índios para empregá-los em atividades de interesses particulares, ‘arruinando’ a economia local”**

*qua non* para o estabelecimento da tão desejada implantação de uma nova forma de exploração do trabalho na colônia portuguesa. Portanto, tratava-se da questão do domínio sobre a mão-de-obra indígena. Os religiosos em geral, e os jesuítas em particular, eram constantemente acusados pelos colonos e pelas autoridades locais de se aproveitarem da sua condição de missionários para extrapolar as suas funções espirituais e monopolizarem os índios para empregá-los em atividades de interesses particulares, “arruinando” a economia local. Outro ponto de atrito, estreitamente ligado a este, foi a secularização das aldeias administradas pelos religiosos. A preocupação da coroa com o poder temporal dos religiosos, suas fazendas e cabedais, foi continuamente alimentada pelas denúncias do governador do Grão-Pará, as quais atribuíam ao domínio dos religiosos (leia-se sempre, dos Jesuítas) sobre os índios a principal causa da

“ruína” daquela capitania. Conforme suas denúncias, os jesuítas obstruíam com todas as suas forças e de todas as formas possíveis o acesso ao trabalho indígena aos colonos, destruindo suas plantações e lavouras, absorvendo para si próprios o inteiro comércio da capitania; e, de consequência, acumulando bens e capital de forma restrita entre os seus colégios, residências e missões, em detrimento dos demais moradores da capitania e do almoxarifado do Grão-Pará. Para o governador, o poder dos jesuítas baseava-se nas aldeias que administravam e nas fazendas que possuíam, sendo imperioso retirar-lhes a administração das aldeias e a propriedade das fazendas, e entregá-las à administração civil. Desta forma, seriam arrecadados os dízimos suficientes (que os religiosos eram isentos) para cobrir as despesas com as cômputas dos missionários e ainda sobraria o suficiente para a geração de capitais para os cofres reais.

Todavia, a questão da abolição do governo temporal esbarrava numa outra questão igualmente importante: a alegada obstrução dos jesuítas à execução do Tratado de Limites de 1750 no norte do Brasil. De fato, Francisco Xavier abonava a acusa contra os jesuítas enquanto sabotadores e, portanto, responsáveis pelo fracasso das partidas de delimitação das fronteiras no norte da colônia portuguesa na América, além de promoverem escravizações injustas e de realizarem contrabando com os jesuítas espanhóis. As questões econômicas ligadas aos jesuítas e a resistência que fizeram diante das medidas de secularização das missões, na conjuntura de um anti-jesuitismo europeu e do antenado a D. José, culminaram com a expulsão dos Jesuítas no Estado do Grão Pará e Maranhão.

**IHU On-Line - Qual a influência, neste episódio, de Marquês de Pombal e da política religiosa de Portugal da época?**

**Luiz Fernando Rodrigues** - Por muito tempo, a historiografia luso-brasileira considerou a história da Companhia de Jesus no Brasil e em Portugal, entre 1750 e 1777, como a história da “Época pombalina”. Ocupava-se então unicamente com a figura de Sebastião José



de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Todavia, com o desenvolvimento das pesquisas, velhos posicionamentos sobre a expulsão dos jesuítas foram ultrapassados. Hoje, considera-se a efetiva responsabilidade de D. José I e da sua participação nas ações comandadas por Pombal contra os jesuítas. As medidas políticas de reforma com cunho regalista se inseriram no movimento europeu de atitudes basicamente antijesuítas intimamente ligados com a problemática econômica e social do Brasil e de Portugal. Após a criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, a reação contrária da população da cidade do Porto culminou com o motim popular da quarta-feira de cinzas de 1757. A atribuição de um suposto envolvimento de jesuítas no motim foi causa para primeira e importante medida antijesuítas concreta em Portugal: a demissão de todos os jesuítas ao serviço da corte de Lisboa. Em 21 de setembro de 1757, os jesuítas foram expulsos da corte e foi emitida uma proibição geral de entrada na corte a todos os membros da Companhia de Jesus. Antecipando uma possível reação de Roma, devido à relevância do direito eclesiástico de acusações aduzidas a uma ordem religiosa, o embaixador português em Roma, Francisco de Almada e Mendonça, foi instruído, em 8 de outubro de 1757, para justificar a corte portuguesa perante o Papa Bento XIV. A missão

era de apresentar uma extensa lista de queixas contra os jesuítas. Na audiência de 9 de março de 1758, Portugal colocava os termos da questão: total extinção da Companhia de Jesus ou uma rigorosa reforma dos jesuítas em Portugal e suas colônias. A partir daí, abre-se uma ofensiva diplomática de Almada e Mendonça, buscando o apoio dos membros do colégio cardinalício, que terminou com a nomeação do cardeal português Francisco Saldanha para reformador e visitador da Província portuguesa da Companhia de Jesus. O breve papal foi datado em 1 de abril de 1758. A visitação à Companhia não fez outra coisa que acirrar ainda mais a repressão às atividades civis e pastorais dos jesuítas, especialmente no Brasil.

#### Malagrida e o atentado ao rei

Um segundo ato importante contra a Companhia foi a falsa acusação de envolvimento do P. Malagrida no atentado ao monarca. Malagrida, afastado de Lisboa, em degredo, enquanto confessor da velha marquesa de Távora, atraiu suspeitas sobre a sua participação. Regressou, em dezembro ao colégio de Santo Antão de Lisboa, onde, na noite de 12 de janeiro de 1759, com outros nove jesuítas, dados como possíveis cúmplices, foi detido. O prosseguimento do processo desembocou no decreto de 19 de janeiro de 1759, o qual determinou o imediato confis-

co de todos os bens da Companhia de Jesus. E o motivo direto apresentado pelo decreto era a fictícia participação dos jesuítas na conspiração contra o rei. Por traz de todas estas ações estava a mente e a mão de Sebastião José de Carvalho e Melo, fiel executor da vontade de D. José. Os fatos que se seguiram culminaram com a expulsão dos jesuítas, degredo e aprisionamento para a maior parte destes. Pois bem, de problema interno, resolvido com a expulsão, foi elevado a questão internacional. O primeiro passo nesta internacionalização da questão jesuítas foi o corte das relações diplomáticas entre Portugal e a Cúria de Roma, no ano seguinte à expulsão dos jesuítas. Enquanto crítico à visitação de Saldanha, o nuncio Acciaiuoli, já em 1758, tinha protestado oficialmente contra a injustificada suspensão de todos os jesuítas de suas atividades no Patriarcado de Lisboa, o que, junto a Sebastião José e ao próprio Saldanha, valeu-lhe a reputação de “amigo dos jesuítas”. Depois do decreto de expulsão deu-se o confronto aberto entre o nuncio e os adversários da Companhia, muito embora, devido à confusa situação, Acciaiuoli, a partir do outono de 1758, se tivesse distanciado dos jesuítas. Em 24 de setembro de 1760, Clemente XIII nomeou-o cardeal. A demora de reconhecimento da sua nomeação foi fato indicativo de um primeiro alheamento entre o soberano português e o nuncio. Em 15 de junho de 1760, o nuncio foi expulso com o pretexto da sua violação do protocolo por ocasião da cerimônia de casamento da infanta D. Maria. Em julho, os súditos portugueses residentes na corte romana foram intimados a abandonar os Estados da Igreja. Consumava-se a ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé.

#### O antijesuitismo na Europa

A orientação dos outros Estados na Europa pelo modo de proceder antijesuítico de Portugal é patente numa informativa do embaixador português em Roma, Almada e Mendonça, a Sebastião José, referido-se a ação da Corte de Viena, a qual afastara os jesuítas da Universidade. Pode-se dizer,



portanto, que após a decisão fundamental de Lisboa contra a Companhia de Jesus, os círculos concêntricos do antijesuitismo na Europa foram traçados de forma cada vez mais estreita. A todos os níveis, a Companhia de Jesus foi rapidamente liquidada a exemplo do que fizera Portugal. Por sua parte, também nos Estados da Igreja, os jesuítas foram destituídos de toda e qualquer possibilidade de ação apostólica e espiritual. A propaganda pombalina, inclusive com uma imprensa clandestina em Lugano, reafirmava - em Roma e no restante da Europa - de forma martelante a clara incompatibilidade entre a política de reformas dos governos esclarecidos e a estrutura internacional da Companhia de Jesus. Talvez o fato mais chocante foi que a “reforma” de setores da Igreja foi encabeçada por meio da ação do poder civil, marginalizando os máximos porta-estandartes do poder papal, os jesuítas.

IHU On-Line - Como este episódio repercutiu na imagem dos Jesuítas na

52

sociedade europeia, brasileira e nos Estados da Igreja?

**Luiz Fernando Rodrigues** - Os efeitos da expulsão da Companhia de Jesus foram múltiplos, especialmente os pastorais e os culturais, bem como eventuais reações que se seguiram. Tais consequências não se explicam sem se compreender o alto grau de adesão da Companhia, tanto nas populações urbanas, quanto entre os próprios índios das missões. Dito em outro modo, as imagens da Companhia de Jesus eram ao menos duas e uma só: havia uma imagem que o antijesuitismo criara; mas havia também a imagem de profundo engajamento dos jesuítas nos seus respectivos campos de apostolado. Como não podia deixar de ser, a expulsão dos Jesuítas refletiu-se nas interpretações que passaram então a ser feitas sobre a natureza histórica de tal evento. Tratava-se de um momento marcado pela difusão do pensamento ilustrado, intrinsecamente em oposição à fidelidade jesuítica ao papado, à racionalidade da filosofia escolástica e ao modelo cultural e ideológico de defesa dos índios dos quais a Companhia de Jesus era a máxima expressão. Neste movimento de despotismo ilustrado, as extremas medidas adotadas por D. José e pelo seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, contra os jesuítas, em geral, foram saudadas como benfeitoras dos povos e triunfo da razão iluminada<sup>3</sup>. Os que ousaram interferir com tal política e defender os jesuítas ou foram perseguidos ou obrigados a buscar a efêmera proteção no Estado Pontifício, que logo também baniria a Companhia de Jesus, quer, excepcionalmente, da Rússia de Catarina II, que abrigaria no seu Império ao que restava da Companhia. A furiosa campanha anti-jesuítica, em linha de máxima, gerada pela máquina propagandística pombalina sediada em Lisboa e Lugano, difundiu-se por quase todos os estados da Europa ocidental<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A estátua do Marquês de Pombal, em Lisboa, exemplifica muito bem esta mentalidade. (Nota do entrevistado)

<sup>4</sup> Por exemplo, a *Colleção dos Negocios de Roma no Reinado de El-Rei Dom José I. Ministerio do Marquês de Pombal e pontificados de Benedicto XIV e Clemente XIII: 1755-1760*. Três partes em 4 vols., Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1875. (Nota do entrevistado)

O “dedo na ferida” de Portugal

O impacto da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios continuou a monopolizar o debate político-cultural dos intelectuais e dos simples cidadãos portugueses e brasileiros. De modo geral, a imagem que ficava era a de que o rei e o seu primeiro ministro, proclamando o ato da expulsão dos jesuítas, teriam posto o “dedo na ferida” quanto às causas da decadência político-econômica e moral de Portugal e, sobretudo, no Ultramar. Em outras palavras, a coroa teria adotado uma série de medidas reformistas de caráter político-econômico no sentido de sedimentar a autonomia do Estado e de fomentar a industrialização manufatureira do Reino, abatendo as forças contrárias, representadas em primeira instância pela Companhia de Jesus. A Companhia de Jesus e a sua ação missionária, especialmente na Amazônia, eram vistas como eminentemente prejudiciais e, até mesmo, adversárias do bem comum da sociedade; dotada de um caráter nocivo, comprovado pela ampla campanha de panfletos anti-jesuíticos. Aos jesuítas do Grão-Pará imputava-se a responsabilidade pela estagnação de todos os setores da vida dos colonos, e, em consequência, da própria inviabilidade das reformas intentadas. Por outro lado, algumas poucas e tímidas vozes denunciaram a sequência de atos pombalinos, como atos fundados exclusivamente no arbítrio do despotismo e na criminal violência de um governo que esquecia voluntariamente as tradições cristãs sob as quais fundava a razão de ser do próprio Reino e a partir das quais deveria orientar a sua ação e política de administração. Mas no seu complexo, o imaginário popular de toda a Europa, inclusive na corte pontifícia, reteve o retrato da Companhia difundido pelos vários panfletos da época nos quais os jesuítas são apresentados como criminais, conspiradores, assassinos e ávidos ladrões.

IHU On-Line - Por que o senhor usa os termos “conquista recuperada” e “liberdade restituída” para falar do episódio?

**Luiz Fernando Rodrigues** - Em mar-

## “Pelos vários panfletos da época (...) os jesuítas são apresentados como criminais, conspiradores, assassinos e ávidos ladrões”

ço de 1759, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado entregou definitivamente a administração do governo do Estado do Pará ao seu sucessor (Manuel Bernardo de Melo e Castro - 3.3.1759) e se preparava para embarcar para Lisboa, José Gonçalves da Fonseca, até então seu secretário na administração do Estado, pronunciou o discurso encomiástico, cujo título era Conquista recuperada e liberdade restituída<sup>5</sup>. Com magna pompa, o autor exaltava a ação governativa de Francisco Xavier, reconquistando a Capitania do Grão-Pará, indevidamente apropriada pelos religiosos da Companhia de Jesus, e a restituição da liberdade aos índios e colonos, seus escravos. Creio que estes termos sintetizam de ótima maneira o centro das tensões

5 Conquista recuperada e Liberdade restituída, Promovida huma e outra felicidade nas Capitânicas do Gram Pará, e Maranhão no tempo em que o Ill[ustrissim]o e Ex[celentissim]o Senhor Francisco X[avi]er de M[endon]ça Furtado do Conselho de S[ua] Majestade Fidelissima foi Governador e Capitam General daqueles estados. Em hum Discurso encomiastico dedicado ao Il[ustrissim]o e Ex[celentissim]o Senhor Sebastião José de Carv[alho] e Melo, Conde de Oeira, do Conselho do Rey Fidelissimo Nosso Senhor, e seu Secretario de Estado dos Negocios do Reino. BNL, Coleção Pombalina, vol. 139, ff. 1r-32r. (Nota do entrevistado)

que se estabeleceram no Grão-Pará e Maranhão entre as autoridades governamentais e eclesiásticas, os colonos e a Companhia de Jesus. A Companhia era acusada de ter conquistado política e economicamente o Grão-Pará ao Estado português. As ações de governo de Francisco Xavier teriam revertido a situação, reconquistado a soberania portuguesa da capitania e devolvendo legitimidade de governo aos portugueses. Por outro lado, os jesuítas, sob o pretexto da missionação dos indígenas, teriam, de fato, submetidos os índios a um regime de escravidão, impedindo-os de gozarem da liberdade de súditos portugueses qual eram. Desta forma, segundo José Gonçalves da Fonseca, ao opor-se à ingerência da Companhia de Jesus nos negócios do Estado naquela capitania, e por extensão, em toda a América portuguesa, Francisco Xavier teria efetivamente restituído a posse territorial a Portugal e restituído a liberdade dos índios.

**IHU On-Line - Em que sentido esse episódio contribui para as reflexões a cerca da experiência missioneira jesuítica nos 400 anos da fundação**

das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai? Luiz Fernando Rodrigues - Entre a experiência missioneira jesuítica das primeiras reduções da Província jesuítica do Paraguai e a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, emerge a complexidade do desenvolvimento histórico das ações da Companhia de Jesus, onde se percebem coesões e fragmentações e, no meio disto, um extraordinário brilho intelectual e apostólico. Em certo sentido, poder-se dizer que as relações político-econômicas entre a América Luso-espanhola e a Europa foram essencialmente marcadas pela ação dos jesuítas. A expulsão dos jesuítas do Brasil, em concomitância com todos os demais do império português, anunciou à Companhia de Jesus a irresistibilidade de uma grande viragem da experiência reducional cuja máxima expressão concretizou-se justamente nas reduções paraguaias. Por conseguinte, não se pode entender a onda antijesuítica do século XVIII, que avançará sobre todas as instituições, sem considerar a história missionária portuguesa e espanhola na América. Daí que a importância da fundação das primeiras reduções no Paraguai está intimamente ligada tanto ao processo das relações político-diplomáticas quanto ao plano cultural e das ideias, entre América e Europa, que influenciou na questão jesuítica.

XII Simpósio Internacional IHU  
A experiência missioneira:  
território, cultura e identidade

25 a 28 de outubro de 2010



Local: Unisinos - Auditório Pó. Werner  
de. Unisinos - 950 - São Leopoldo - RS  
Informações e inscrições:  
www.ihu.unisinos.br ou (51) 3591.1122



**XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU**  
**- A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA: TERRITÓRIO,**  
**CULTURA E IDENTIDADE**

**DATA DE INÍCIO: 25**  
**DE OUTUBRO DE 2010**

**INFORMAÇÕES EM**  
**WWW.IHU.UNISINOS.BR**

## IHU Repórter

## Mario Corso

POR GRAZIELA WOLFART | FOTO ARQUIVO PESSOAL

**N**a edição desta semana da IHU On-Line, entrevistamos o psicanalista e professor do Curso de Formação de Escritores da Unisinos, Mario Corso. Ao relatar os aspectos mais importantes da sua trajetória pessoal e profissional, Corso confessa que a irreverência e o deboche são características pessoais que fazem parte dele. “Isso já me custou muito caro. Minha dificuldade é provar para as pessoas que, mesmo sendo irreverente e debochado, sou muito sério. E isso é difícil de transmitir”, explica. Saiba mais sobre o pai de Laura e Júlia:

**Origens** - Nasci em uma cidade onde nunca morei, Passo Fundo. A família da minha mãe é de lá. Morávamos em Porto Alegre quando eu nasci, e só estávamos de passagem por lá. O que não me faz um passofundense menos orgulhoso de sua terra! Por questões profissionais dos meus pais, nos mudamos para São Sebastião do Caí e depois para Carazinho. Então, fui viver com meus avós em Santa Maria, e voltei a morar em Porto Alegre. Circulei muito pelo interior do estado. Passava férias com meus tios em Ijuí. Eu sou meio cigano, mas sempre dentro do estado, por isso tenho uma identidade muito forte com o Rio Grande do Sul. Sou gaúcho de várias cidades. Meu pai foi professor do estado, depois entrou no Senai, terminando sua vida profissional como diretor de escolas do Senai. Minha mãe é bioquímica-farmacêutica. Sou o filho mais velho entre três. Meu irmão é físico e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Minha irmã é professora da rede pública de ensino municipal de Joinville.

**Formação** - Minha história de formação é triste. Minha melhor experiência escolar foi no primário, em uma escola lassalista, em Carazinho. Depois, peguei a crise do ensino nas escolas privadas, que eram religiosas e sofriam com a crise vocacional dos professores que saíam, e entravam outros de fora, que não eram mais os irmãos e irmãs, no caso dos colé-

gios de freira. Eu não tenho boas recordações do ginásio e nem do científico. Foram trajetórias negativas, porque não foram em bons momentos dessas escolas. Isso é importante, porque me marcou e criou em mim o vício problemático do autodidatismo. O que me ajudou é que eu sempre fui um leitor onívoro, desde pequeno lia muito, mas tinha que descobrir sozinho os bons livros. Quando fui cursar a faculdade, em Porto Alegre, entrei em duas universidades. Uma boa, a PUCRS, onde estudei dois anos de Engenharia como um dos piores alunos, engenharia não era a minha praia. Fui estudar Psicologia na UFRGS e me achei. Era na época da ditadura, uma escola jovem, com poucos professores dentro da área de humanas, e, justamente esses, que iam me formar, foram cassados. Foi de novo uma experiência negativa. Hoje, a escola de Psicologia da UFRGS é muito boa. Eu é que tive muito azar do momento do curso. Sou muito grato à formação política que o movimento estudantil me deu, que juntava muita gente inteligente. A luta contra a ditadura criou isso de bom: havia muita gente pensando diferente e ensinando uns aos outros. O ensino oficial me dava menos marcas do que as que eu encontrava fora. Só encontrei uma alteridade legítima quando comecei a estudar Psicanálise e iniciei minha análise. Depois de me formar em Psicologia na UFRGS, segui com a formação psicanalítica. Também decidi estudar Antropologia, matéria



pela qual sou apaixonado, queria fazer um mestrado, mas não fiz. Creio que as más experiências com o ensino como um todo me travaram. Isso é o que hoje mais me arrependo. Mas virou meu hobby intelectual, e acabou gerando a produção de um livro sobre folclore brasileiro, intitulado *Monstruário: inventário de entidades imaginárias e de mitos brasileiros* (2ª ed. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004), que é um dicionário de seres míticos do folclore nacional. E também foi um jeito de me encontrar um pouco com a minha brasilidade. Paralelamente, a APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre) foi fundada, e eu tive um papel nisso que me absorveu bastante e me distanciei da vida acadêmica. A APPOA tem um curso de formação da qual sempre fui professor.

**Torneiro mecânico** - Eu poderia ter sido presidente da república, porque fiz a mesma escola que o presidente Lula. Sou torneiro mecânico formado pelo Senai. E costume dizer que tenho duas mãos direitas. Tenho uma habilidade manual natural. Meu pai sempre foi ligado ao Senai e ele achava que eu deveria ter uma profissão prática também, caso tudo desse errado na vida. Foi assim meu primeiro contato com a classe trabalhadora. Um menino criado em escola particular encontrou ali outros de trajetória humilde, que faziam aquele curso porque era o seu destino, e que não iriam fazer facul-

dade. Enquanto que, para mim, era uma espécie de hobby, ou uma segunda questão para desenvolver uma capacidade motora que sempre tive. Foi bem importante ter colegas da classe operária e frequentar esta escola, que me deu outra perspectiva de vida. Foi algo que me ensinou muito mais do que qualquer sala de aula.

**Trabalho infantil** - Minha mãe tinha um laboratório. Em função da minha habilidade com as mãos, ela descobriu que quem menos quebrava as coisas lá dentro era eu. Então, trabalhei muitos anos no laboratório dela. Quando as pessoas falam de forma crítica em relação ao trabalho infantil, eu sempre acho estranho, porque eu trabalhei. Minha função era lavar e esterilizar toda a vidraria usada durante o dia. Todo mundo nasce com algum dom na vida. O meu dom é lavar pratos e coisas miúdas sem quebrar. Eu trabalhava várias horas por dia, não era brincadeira. Mas foi muito interessante, porque eu era pequeno e adquiri uma visão do mundo fantástica. A cidade passava por dentro do laboratório. Dava para conhecer uma cidade inteira dali. Aprendi um bocado. É preciso pensar bem antes de dizer que crianças não podem trabalhar. Eu fui uma criança que trabalhei. E só cresci com isso. Não vejo que eu tenha uma infância ou uma adolescência perdida. Eu estudava, brincava e trabalhava. Tinha tempo para tudo. Era uma empresa familiar, eu nem ganhava nada. Eu ajudava, a gente pegava junto, em família. Eu era voluntário e me achava importante ajudando. É a exploração do trabalho que faz mal para as pessoas e especialmente para as crianças, não a experiência de trabalhar. Para mim, um dos dilemas da educação hoje é a falta de experiências concretas, tudo é passivo, as crianças não fazem coisas, apenas estudam sobre elas. Uma das razões do sucesso da Internet é que ali elas podem ser ativas e protagonistas de coisas que na vida não são.

**Família** - Conheci a Diana, minha esposa, na faculdade, no curso

de Psicologia. Começamos a namorar e, anos mais tarde, fomos morar juntos. Só casamos, no papel, um bom tempo depois. Após alguns anos, tivemos duas filhas: a Laura, que tem 21 anos, e estuda Psicologia na UFRGS; e a Júlia, que está se preparando para fazer vestibular para Jornalismo.

**Psicanálise** - O mundo mais do que nunca precisa de psicanalistas. Está todo mundo completamente doído. A Psicanálise tem alguns princípios, mas está em mutação constante, porque o homem tem mudado muito neste último século. O homem para o qual a Psicanálise nasceu não existe mais. Os tipos de neuroses e doenças mentais mudaram muito. A Psicanálise nunca foi bem aceita e bem-vinda em lugar nenhum, porque ela não é uma ciência. A ciência acredita em uma objetividade possível, e a Psicanálise, não. Ela sempre acha que o investigador deforma o objeto. Não existe observador neutro. A Psicanálise segue dizendo que a sexualidade tem um papel muito preponderante na formação da subjetividade, e o homem comum não quer acreditar na força da sexualidade e do inconsciente. Ela nunca será popular, pois questiona as pessoas de tal maneira que sempre desassossega o outro.

**O ser humano e a morte** - Todo mundo é contra o crack. Ficar mobilizado contra o crack é ótimo. Só que a campanha é completamente equivocada. Ela erotiza a questão da droga, dando a ela uma importância que não tem, é um exagero. A mobilização pelo medo não tem eficácia. Nas carteiras de cigarro, hoje, há sempre a estampa de uma doença, tentando ligar o fumo à morte. Mas as pessoas fumam porque mata! É justamente isso. Outra coisa que a Psicanálise tem a dizer e que ninguém entende é a função de morte no ser humano. Tem um pedaço da gente que está sempre querendo destruir, matar e se matar. Isso faz parte de nós, não gostaríamos que fosse assim, mas é. Assustar as pessoas com a morte é burrice, porque isso vai fazer com que elas fumem mais ainda. Acreditar que o exercí-

cio de educação na consciência vai conseguir reprimir coisas inconscientes é uma grande ilusão.

**Trabalho** - Quando me formei, o meu primeiro emprego foi no sistema judiciário, trabalhava como perito criminal, na Penitenciária Estadual do Jacuí. Enquanto eu era estudante, eu traduzia livros do espanhol ao português. A Psicanálise argentina era importante naquela época, e muitos livros vinham da Argentina. Diana, minha esposa, é uruguaia. A língua materna dela é o espanhol, e nós dominávamos o vocabulário. Traduzimos muito para a Editora Artmed. Lá, eu fazia revisão de texto, revisão técnica como psicanalista, e depois escolha de títulos. Então, publiquei um livro pela editora, que é *Fadas no Divã* (Porto Alegre: Artmed, 2006). Hoje atendo meus pacientes no meu consultório particular, onde trabalho com minha esposa.

**Autor** - Freud e Levi-Strauss.

**Livro** - História de Heródoto.

**Filme** - *Os sete samurais*, de Kurosawa.

**Nas horas livres** - Cuido dos meus cactos, tenho uma paixão por eles.

**Sonho** - Eu tinha, mas quebrou! Será que ainda tenho chance de ser centroavante do Inter?!

**Unisinos** - Um lugar aberto, de muita circulação de pessoas e de ideias. Gosto muito do campus, da parte física, do ambiente da universidade.

**Instituto Humanitas Unisinos** - O que a universidade pode oferecer para a sociedade? Um núcleo de pessoas pensantes para refletir sobre o seu tempo. O saber não está dado. O mundo muda muito rápido. E o papel central de uma universidade não é só formar pessoas, é formar um pólo de circulação de ideias. E é isso o que o IHU faz. Ele é o reflexo da preocupação da Unisinos com a formação humanística das pessoas.

# Destaques



## Derrida e o pensamento da desconstrução

Dia 17-06-2010 acontece a palestra do Ciclo de Estudos Filosofias da Diferença - Pré-Evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana, com o tema *Derrida e o pensamento da desconstrução*. O palestrante será o professor Paulo César Duque Estrada. A programação completa do evento pode ser conferida em <http://migre.me/OK1L>. De acordo com Duque Estrada, em entrevista publicada nesta edição da IHU On-Line. “a desconstrução consiste em um pensamento sempre comprometido em pensar a origem e os limites da questão ‘o que é?’”. E completa: “A desconstrução nos convida a realizar a heterogeneidade que habita toda identidade”.

## A expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão

Dia 17 de junho acontece na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU a palestra “Conquista recuperada e liberdade restituída: a expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão (1759)”. O Prof. Dr. **Luiz Fernando Rodrigues**, do PPG em História da Unisinos, é quem falará sobre o tema. A atividade é um pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira, que será realizado na Unisinos de 25 a 28 de outubro deste ano (mais informações em <http://migre.me/OMnc>). Luiz Fernando Rodrigues considera, em entrevista publicada na presente edição, que a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, afetou de forma direta a um número importante de pessoas, instituições e bens móveis e imóveis e, indiretamente, a todas as instâncias da monarquia portuguesa.

## Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização

No próximo dia 21 de junho, será lançado, na Unisinos, o livro *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização* (Edições Paulinas, 2010), de autoria de Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor acadêmico da Unisinos e professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos. O evento será realizado na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, das 17h30min às 19h. Na ocasião, o próprio autor da obra debaterá com o público presente o tema em questão. A convite da IHU On-Line, o professor **Antonio Fausto Neto**, do PPG em Comunicação da Unisinos, escreveu um comentário sobre o livro *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatização*. Leia nesta edição.



Apoio:

